

O protesto dos trabalhadores exige...



Bailarinos protestam na quinta-feira contra a política da SEC - Págs. 26 e 27



Cordão humano promovido pela CGTP em Lisboa na passada sexta-feira - Pág. 10

... o Portugal melhor que a CDU propõe



Encontro de candidatos e activistas da CDU no passado sábado - Págs. 3, 4 e 5

PRÓXIMO
NÚMERO

SUPLEMENTO

ARTISTAS
DA FESTA

Horas de reflexão e debate



Ampla participação no Encontro Nacional da CDU

RESUMO

10 Quarta-feira

Estatísticas oficiais revelam que 305.512 pessoas foram vítimas de acidentes de trabalho, no ano passado, em Portugal, mantendo-se assim a tendência para o aumento deste tipo de sinistros. A gravidade dos acidentes centralizou-se em Lisboa, onde se verificaram 100 dos 203 casos mortais registados. Termina, em Lisboa, a terceira ronda de conversações entre Portugal e os Estados Unidos para revisão dos acordos sobre a base militar das Lajes. A CEE aprova em Haia o mandato de uma delegação de observadores que acompanharão na Eslovénia a aplicação dos compromissos de paz estabelecidos em Brioni. Bush comunica a Mandela o levantamento das sanções contra a África do Sul, decisão entretanto contestada no próprio Congresso dos Estados Unidos.

11 Quinta-feira

Conselho de Ministros decide escolher o consórcio liderado pelo Gás de Portugal e pela Gaz de France para a construção e exploração da rede de gás natural, em detrimento da Petrogal. Em início na Amadora, Carvalhas afirma que o que está em jogo nas eleições de Outubro é se, em conjunto, PS e PCP elegem uma maioria de deputados. Durante quase sete minutos milhões de pessoas puderam observar, em alguns pontos da faixa entre o Hawai e Amazonas, um eclipse total do sol, considerado «o maior fenómeno astronómico do século». O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Alexander Bessmertnykh afirma, em Washington, que são mais técnicas que políticas as divergências ainda existentes sobre o acordo START.

12 Sexta-feira

Centenas de manifestantes concentram-se no Rossio, desfilando depois até à residência oficial do primeiro-ministro, numa iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa, contra a aprovação do pacote laboral. O ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, Genscher, de visita a Portugal, afirma que a Alemanha apoia os esforços da ONU para encontrar a solução para o problema de Timor. Gorbachov declara ter obtido o acordo do Presidium do Soviète Supremo para as posições a adoptar na cimeira dos Sete em Londres. É assassinado em Tóquio o tradutor de Salman Rushdie, o autor dos «Versículos satânicos».

13 Sábado

Realiza-se, em Lisboa, o Encontro nacional dos Candidatos e Activistas da CDU. Carlos Carvalhas critica o triunfalismo do PSD e a miragem da maioria absoluta por parte do PS. Milhares de curdos

manifestam-se em diversas localidades da Anatólia contra repressão policial. Adoptada na Mauritânia, por referendo, uma nova Constituição que consagra o multipartidarismo, a existência de duas Câmaras, a eleição do Presidente por voto universal e a independência dos poderes legislativo, executivo e judicial. Estimativas oficiais indicam que 90 milhões de pessoas foram afectadas pelas cheias que desde Maio assolam 18 das 30 províncias da república Popular da China e que fizeram pelo menos 1300 mortos e 2300 feridos.

14 Domingo

Incêndio no concelho de Santa Comba Dão provoca encerramento da linha da Beira Alta ao trânsito de comboios, nomeadamente os internacionais. É assinado em Palmela o contrato para a construção da nova fábrica do consórcio Ford/VW, consagrando o maior investimento realizado no país. O presidente francês, Mitterrand, declara que seria «justa» uma intervenção militar contra o Iraque, a pretexto da protecção das populações e para impedir que este país venha a possuir armas nucleares. A Síria e a China afirmam, em comunicado conjunto, a necessidade de proceder à realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente sob a égide da ONU.

15 Segunda-feira

Dois mil agricultores cortam a estrada que liga Óbidos a Peniche, em protesto contra a política agrícola do governo. A cimeira dos sete países mais industrializados abre os seus trabalhos em Londres com uma agenda que inclui, desde a análise económica no plano internacional à situação do Golfo. A cimeira aparece profundamente marcada pela presença de Gorbachov, no fim dos trabalhos. Os presidentes dos países da América Latina iniciam, em São Salvador, uma cimeira destinada a reforçar a sua cooperação. Pedro Pires é reeleito como secretário-geral no V Congresso do PAICV.

16 Terça-feira

Agricultores voltam a cortar estradas e caminhos-de-ferro em Dagorda, Rio Maior, Faro e Mogadouro, para protestar contra a política do Governo e exigir apoios à produção nacional. Industriais têxteis dão prazo ao Governo para criar gabinete de crise da indústria têxtil. A Comissão Política do PCP manifesta preocupação em relação ao acordo Ford-Volkswagen, embora reconheça aspectos positivos. Mandela encontra-se, em Joanesburgo, como representante da secção portuguesa do Movimento Anti-Apartheid. Silas Cerqueira. Gorbachov chega a Londres para encontro com líderes das sete maiores potências.

Nas proximidades de um acto eleitoral que pode influir de modo decisivo no desenvolvimento do processo democrático em Portugal e no melhoramento da qualidade de vida dos portugueses é oportuno salientar duas facetas marcantes da actualidade portuguesa que vêm ao de cima com crescente nitidez:

Uma, a natureza intrínseca da política do Governo PSD/Cavaco Silva;

Outra, a natureza efémera à luz de uma semovente conjuntura externa das hilariantes conclusões «definitivas» tiradas pelos palradores cavaquistas.

Na primeira, torna-se patente que a aplicação em termos legislativos e executivos das alterações introduzidas no texto da Constituição pela revisão de 1989, com o peso preponderante do PSD e a ajuda do PS para a formalização dos dois terços necessários à aprovação dos dispostos mais controversos do novo texto constitucional, modificou de modo radical neste último ano de legislatura maioritária do PSD a própria natureza do Estado democrático criado no processo da «revolução dos cravos».

A reconstituição dos grupos monopolistas é já uma realidade inofismável dos dias actuais.

As reprivatizações do Sector Empresarial do Estado e de serviços de grande impacto social da Administração Pública, com o volumoso complemento das indemnizações já pagas e a pagar aos antigos detentores da riqueza, expropriados pela sua acção sabotadora no processo da Revolução de Abril - que não só mantiveram como ampliaram de forma directa e indirecta nas novas condições os abastados cabedais acumulados na época fascista -, abriram as portas ao regresso em força dos velhos grupos monopolistas e colonialistas e à formação de novos grupos, uns e outros estreitamente associados ao grande capital estrangeiro. Ei-los de novo em terreno conquistado do Espírito Santo, os Mellos da antiga CUF, os Champalimaud e outros.

Por seu lado, a extinção por via legislativa da Zona de Intervenção da Reforma Agrária veio coroar a pertinaz e demolidora ofensiva contra as UCP/Cooperativas que fez regressar em pleno e em formas porventura mais odiosas aos campos do Alentejo e do Ribatejo a velha casta de latifundiários que no passado fascista condenou à fome, à miséria e ao desemprego dezenas de milhares de assalariados agrícolas.

E como complemento necessário do poder dos monopólios, a nova legislação laboral da direita em vias de execução, que pretende, por sua vez, restabelecer as velhas formas discriminatórias de exploração dos trabalhadores sobre a qual se alicerça fundamentalmente a acumulação da riqueza e o domínio económico e político do capital financeiro sem pátria.

Na segunda dessas marcantes facetas da actualidade nacional, o período de «vacas gordas» da conjuntura internacional favorável a Portugal, que supriu largamente o «saco azul» eleitoral do Governo cavaquista, começa a sofrer o refluxo de «vacas magras» que se acentua na presente conjuntura do capitalismo mundial.

Mitos e conceitos eleitoralistas de fachada do cavaquismo governante, construídos sob esta areia movediça que temos denunciado pelo seu carácter falho de realismo e de objectividade, começam a adquirir sob a erosão do refluxo conjuntural do sistema os seus verdadeiros contornos.

- O mito da estabilidade governativa erigido em estabilidade política, social e económica cai sob a verdade dos factos;

- O do crescimento económico sem tradução no desenvolvimento harmonioso da economia nacional e na redução dos nossos atrasos produtivos e tecnológicos, dos nossos desequilíbrios e assimetrias sociais, sectoriais e regionais, salta aos olhos do observador mais atento;

- A propalada melhoria das condições de vida da nossa população, a baixa do desemprego, a elevação do valor real dos salários não resistem à verificação objectiva da sua lógica interna, do agravamento das desigualdades e injustiças sociais, das carências indissolúveis nos domínios da Saúde, da Habitação, do Ensino, da defesa do ambiente, da instabilidade e insegurança no mercado do trabalho, do agravamento do défice democrático em sectores vitais da actividade e da existência dos portugueses;

- O conceito de independência nacional degrada-se sob a nossa crescente e efectiva dependência externa, afunda-se na submissão aos objectivos militaristas da NATO e dos Estados Unidos.

A lenda do melhoramento contínuo da imagem moral e política do Governo cavaquista e do seu chefe, do crescente apoio popular à sua gestão dos negócios públicos nas sondagens de encomenda, soçobra irremediavelmente face ao alastrar da corrupção nas áreas do poder, não se coaduna com a contestação de massas que cresce nos sectores mais variados e representativos da população portuguesa.

Como concluir da melhoria da imagem e do apoio político a Cavaco Silva e ao seu Governo face à vasta movimentação contestatória da sua política que se verifica no momento actual?

Greves e lutas várias de forte participação dos trabalhadores da Carris, da CP, dos operários têxteis do Vale do Ave e das Beiras, dos operadores e assistentes de câmara da informação da RTP, de sectores diversos da Função Pública e dos trabalhadores das autarquias, dos agricultores do Oeste que desde segunda-feira em número superior a 3 mil cortaram a estrada e a via férrea na região de Peniche/Bombarral/Óbidos/Caldas, dos médicos,

do pessoal de enfermagem, dos professores, dos magistrados, dos trabalhadores das Alfândegas, da Automática Eléctrica Portuguesa, dos jornalistas, dos bailarinos e músicos do S. Carlos, dos técnicos superiores da Saúde, dos guardas da PSP, dos sargentos dos três ramos das Forças Armadas - eis o quadro sugestivo da intensa movimentação social no momento que passa.

Contra quem lutam? Que política condenam e contestam?

Não é evidente que se dirigem contra o Governo PSD e a sua política?

Transformar este potente movimento de contestação social em afirmação política por meio do voto em 6 de Outubro contra Cavaco, o seu Governo e a sua política, é uma tarefa central de todo o movimento democrático português, e ela se entrega com determinação o Partido Comunista Português e os seus aliados na CDU.

As campanhas eleitorais - designadamente a que no momento actual visa as eleições legislativas de Outubro - permitem ainda extrair conclusões úteis e fazer a verificação liminar da acção dos partidos integrantes da batalha eleitoral, em particular: do carácter e do comportamento de cada força concorrente; da coerência entre os projectos e a acção concreta, entre a propaganda e a prática política, entre as palavras e os actos de cada interveniente.

Pudemos verificar nos últimos dias a forma conflituosa e as rivalidades de interesses na preparação para esta batalha em tantos aspectos decisivos dos dois partidos de maior expressão parlamentar no momento actual - o PSD e o PS. O panorama é concludente.

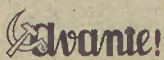
Amanhã reúne o Comité Central do PCP cujo ponto central de ordem de discussão é a aprovação do Programa Eleitoral do nosso Partido que no sábado será levado ao conhecimento público.

O Projecto que vai ser submetido ao CC beneficia das contribuições de um vasto leque de sectores de trabalho, especialistas e dirigentes do PCP e pode considerar-se desde já um documento de alto valor.

É um documento que testemunha a capacidade de reflexão do PCP sob os problemas nacionais, de um partido que tem um projecto para o presente e o futuro da sociedade portuguesa e uma visão responsável e construtiva da vida nacional.

Por ele podem ser avaliadas a seriedade e a clarividência política dos comunistas portugueses face às novas situações e realidades da hora actual. É um documento de informação e consulta indispensável para conhecer as grandes orientações defendidas pelo PCP.

É um instrumento de consciencialização para o voto útil e necessário na CDU em 6 de Outubro. Armados com ele mobilizemos a adesão e a participação activa de todos os portugueses amantes da democracia e do progresso social.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heskia Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) - 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS - 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA - 50 números: 7.090\$00

MACAU - 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE - 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARRCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) - 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA - 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.



Logo no início dos trabalhos, uma numerosa multidão ocupou o vasto salão do Altis e não arredou pé



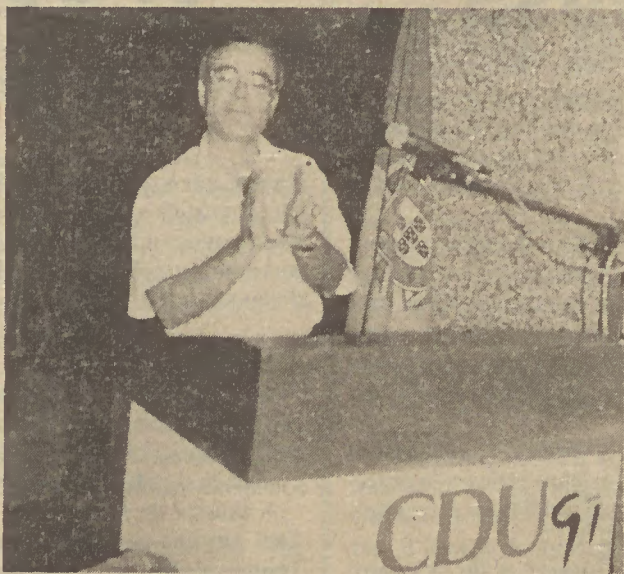
Pormenor da assistência

Encontro Nacional da CDU

A confiança na vitória

Quando o professor Avelãs Nunes, que presidiu aos trabalhos, deu início ao Encontro Nacional de candidatos e activistas da CDU que decorreu na tarde de sábado passado no hotel Altis, em Lisboa, já o vasto salão reservado à iniciativa se encontrava cheio de uma multidão que nunca abrandou, durante as quase cinco horas que durou a parte política do Encontro — e fazemos a distinção porque, no final dos trabalhos, o convívio prosseguiu no magnífico Terraço do Vitória, já em ar de festa e se animada cavaqueira. E prolongando o que foi óbvio neste Encontro: a confiança na vitória democrática.

O Encontro integrou uma vasta mesa (cuja composição especificamos ao lado) e produziu 23 intervenções, incluindo as quatro proferidas no final, sucessivamente, por Mário Tomé, pela UDP, Raul Castro, pela Intervenção Democrática, André Martins, pelo Partido Ecologista «Os Verdes» e Carlos Carvalhas, pelo PCP, que condensamos nestas páginas.



O comissário Santinhos, um dos oradores do Encontro

José Casanova, da Comissão Política do CC do PCP, deu o «pontapé de saída» com uma breve intervenção sobre a importância da CDU no nosso panorama político e, concretamente, na batalha eleitoral que se avizinha, seguindo-se de imediato o período de intervenções da assistência apenas sujeitas a uma regra — a inscrição na mesa.

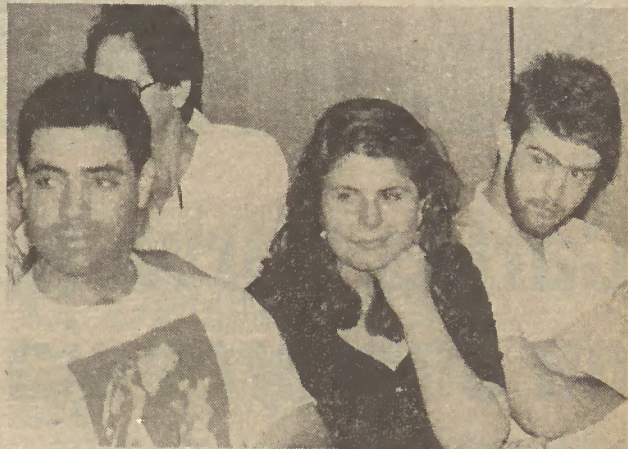
Foram 19, essas interven-

ções, produzidas entre as 15.15 e as 18.15, numa sucessão só quebrada por um breve intervalo aproveitado para um encontro com a Imprensa, que também referimos ao lado.

A diversidade das intervenções proferidas teve, obviamente, como tônica comum o reforço da CDU e a disposição de lutar por um bom resultado eleitoral, ao mesmo tempo que levou a público um conjunto vasto

de problemas onde se encontrou novo denominador comum: a desastrosa política do Governo do PSD e a urgente necessidade de substituir por uma alternativa democrática, através de uma vitória sobre a direita — colocando-a em minoria — e do reforço da CDU, condição indispensável para a concretização dessa alternativa.

Concretamente, usaram da palavra no Encontro Nacional da CDU de sábado passado António Queirós, António Filipe, o comissário Joaquim Santinhos (um independente que apoia a CDU), Carlos Grilo, José Salvato Sampaio (outro conhecido independente), um delegado sindical da Entrepósito, Elmina Lopes (candidata da JCP), Lurdes Hespanhol, Carlos Marques (candidato à Presidência da República apoiado pela UDP), José Amaro, Corregedor da Fonseca, Fraião, José Cruz, Luís Garra, António Augusto, Fernando Pratas, Apolónia Teixeira e um representante do Funchal. Foram 19 intervenções



Os jovens também estavam lá

onde não faltou o humor e onde, sobretudo, afloraram numerosas questões que afligem actualmente o nosso povo, em alguns casos abordadas com profundi-

dade, além duma evidente confiança no reforço da CDU e numa vitória democrática nas próximas eleições.



A Mesa

Uma vasta Mesa, dominando o amplo auditório do hotel Altis, presidiu aos trabalhos do Encontro Nacional de candidatos e activistas da CDU; era a seguinte, a sua composição:

Pelo PCP: Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Luís Sá, Agostinho Lopes, José Casanova, Octávio Teixeira.

Pelo Partido Ecologista «Os Verdes»: Heloísa Apolónia, Anabela Botelho, André Martins, Luís Cardoso.

Pela Intervenção Democrática: Blasco Hugo Fernandes, Raul Castro, Corregedor da Fonseca, Luís Catarino.

Os independentes: Avelãs Nunes, Inês Fontinha e Feliciano David.

Pela JCP, Cristina Vieira e Jorge Amador.

Pela UDP, Mário Tomé e Carlos Marques.



Uma Mesa vasta, perante um auditório numeroso e atento

Encontro Nacional da CDU



Carlos Carvalho



Raul Castro

Carlos Carvalho na conferência de imprensa

Carlos Carvalho, secretário-geral adjunto do PCP, encerrou os trabalhos do Encontro Nacional de candidatos e activistas da CDU realizado no passado sábado no hotel Altis, em Lisboa. Uma hora antes, em conferência de Imprensa, sintetizaria as linhas fundamentais do seu discurso numa intervenção que aqui transcrevemos.

No final da primeira parte deste Encontro Nacional de candidatos e activistas da CDU é possível, desde já, apresentar três conclusões essenciais:

- 1) A CDU vai levar por diante uma forte, dinâmica e esclarecedora campanha eleitoral;
- 2) A CDU continua a reforçar e alargar a sua influência;
- 3) Estão criadas condições favoráveis para que, com o prosseguimento do trabalho, a CDU alcance em 6 de Outubro os objectivos definidos.

A primeira destas conclusões resulta do balanço, feito neste Encontro, à actividade pré-eleitoral da CDU. Com efeito, o vasto conjunto de iniciativas levadas a cabo — plenários de activistas, sessões de esclarecimento, comícios, festas populares, iniciativas temáticas — e o êxito alcançado pela generalidade dessas iniciativas confirmam as enormes potencialidades de intervenção e perspectivam uma campanha eleitoral participada, confiante, serena e eficaz.

Ultimadas as listas para todos os círculos eleitorais é com satisfação que sublinhamos a clara democraticidade que presidiu à sua elaboração, a sua amplitude unitária e a elevada qualidade da sua composição — tudo isto assegurando plenamente o trabalho, a honestidade, a competência e a qualidade da intervenção dos futuros deputados eleitos pela CDU; tudo isto confirmando o contributo inestimável da CDU para a vida política democrática, o seu conhecimento profundo e rigoroso das situações, a sólida identificação das suas propostas com os problemas e as aspirações do povo português.

Da programação da campanha eleitoral já concretizada ou em estado avançado de elaboração, sobressai como tónica essencial a preocupação do esclarecimento, do debate amplo e aberto, construtivo sobre os grandes problemas com que se debate a população e as grandes reformas de que Portugal necessita.

Queremos aumentar a votação da CDU, pensamos que esse aumento é do interesse de todas as portuguesas e portugueses porque julgamos que o Portugal melhor que defendemos corresponde aos anseios da generalidade dos cidadãos, e estamos confiantes e trabalharemos para obter um bom resultado em 6 de Outubro. Mas rejeitamos a caça ao voto, o eleitoralismo sem fronteiras, o «carnaval» eleitoral, a manipulação e a instrumentalização de pessoas e de consciências. A esta visão de campanha eleitoral espectáculo desviando as atenções dos problemas e desafios que defrontamos e vamos defrontar, contrapomos o respeito pela inteligência e pela sensibilidade das portuguesas e portugueses, a confiança nas suas capacidades e na sua lucidez, a validade democrática do debate amplo e capaz de abrir caminho à concretização da alternativa democrática.

O reforço e o alargamento da CDU ressalta com grande evidência do debate até agora travado neste Encontro Nacional.

De facto, multiplicam-se as manifestações de simpatia e

apreço pelas candidaturas da Coligação Democrática Unitária; milhares de cidadãos, não filiados partidariamente e intervindo em todas as áreas da vida nacional, têm declarado o seu apoio à CDU; a mensagem, as propostas e a prática da CDU afirmam-se em sectores cada vez mais amplos da população portuguesa.

Esta realidade confirmando a CDU como espaço aberto de diálogo e debate democrático, como ponto de encontro de múltiplas sensibilidades democráticas, como força propulsora decisiva para o entendimento das forças democráticas — indicia excelentes perspectivas eleitorais e desenha com grande nitidez os caminhos da necessária convergência.

Derrotar a direita e reforçar a influência eleitoral da CDU na perspectiva da alternativa democrática, são objectivos que este Encontro Nacional de candidatos e activistas considera estarem ao alcance da CDU.

O triunfalismo do PSD, do Governo e do Primeiro-Ministro e os métodos a que vêm recorrendo para convencer o eleitorado daquilo em que nem eles próprios acreditam, correspondem a uma ânsia frenética do ocultar a realidade e desvendam cada vez mais uma prática política caracterizada pela banalização da violação das regras democráticas, pela ausência de transparência, pela manifesta incapacidade de diálogo e de confronto de opiniões, pela assimilação de uma «ética pragmática» assente no primado do vale tudo.

Mesmo estribado em sondagens de validade e rigor duvidosos o PSD perde mais de 10 pontos percentuais pelo que só numa grande mistificação pode continuar a difundir uma imagem de partido perto da maioria absoluta. Tal imagem, despidamente fabricada esbarra, contudo, com a realidade do dia-a-dia. Quer o movimento social reivindicativo e de protesto envolvendo milhares de trabalhadores nos mais variados sectores; quer o avolumar dos problemas nos grandes centros urbanos e no mundo rural; quer, ainda, alguns indicadores que, apesar de tudo, as sondagens sublinham (quebra acentuada do PSD em relação às legislativas de 1987), tornam absurdas e ridículas as manifestações de auto-satisfação do Primeiro-Ministro e do seu Governo e constituem sinais iniludíveis da necessidade de uma nova política nacional e da possibilidade real de os resultados de 6 de Outubro serem um ponto de partida para o seu suporte.

A persistência do PS na trupe e na miragem da «maioria absoluta» introduz na análise da situação factores de perturbação que importa esclarecer. O irrealismo de tal fantasia e os prejuízos daí decorrentes para a alternativa democrática estão abundantemente demonstrados pela experiência passada. É preciso dizer e repetir igualmente que a questão de o PS vir ou não a ser o partido mais votado é uma questão secundária. O que está em jogo nestas eleições não é saber qual é o partido mais votado, mas sim se no seu conjunto a CDU e o PS elegem mais deputados de que o PSD e o CDS. A formação de um governo de alternativa ao do PSD depende exclusivamente da constituição de uma maioria parlamentar democrática e da subsequente convergência entre comunistas e socialistas, facto que torna ainda mais saliente a importância do reforço da CDU nas eleições de Outubro.

O ambiente transmitido ao Encontro Nacional da CDU acentua as perspectivas de uma ampla mobilização democrática para a batalha eleitoral e justifica a confiança com que encaramos as próximas eleições.

Raul Castro

«S. Bento tem na hora da

Raul Castro proferiu, em nome da Intervenção Democrática — ID, um discurso repassado de ironia que provocou fartas gargalhadas no Encontro e foi fortemente aplaudido. Ei-lo, na íntegra, para deleite dos nossos leitores.

«Com a boa disposição que nasce da confiança que todos depositamos no reforço da votação da CDU, tenho o prazer de vos apresentar a telenovela «Progresso e Estabilidade», injustamente rejeitada pela TV, excepcionalmente esquecida do pluralismo que todos lhe reconhecem.

A música de fundo desta telenovela, excepto na parte final em que a música é outra, é o conhecido fado «Ó Tempo, Volta Para Trás», com nova letra do afamado poeta governamental, Dias Loureiro.

«A telenovela tem duas partes, abordando-se na primeira o brilhante estado do País, e na segunda, o não menos brilhante estado em que se encontra o seu responsável, vulgarmente conhecido por Governo PSD de Cavaco Silva.

«Assim, na primeira parte, e em grande angular, projectam-se alguns aspectos mais eloquentes do estado a que chegou o nosso país.

«Logo no início, uma bela imagem da ponte S. João, sem comboios, e da placa da inauguração «com a presença de Cavaco Silva» (onde não foi ainda possível substituir a palavra «com» pela palavra «sem») e o resumo das vicissitudes da antecipação da sua inauguração, assim resumidas, em 10 do corrente, pela comissão de trabalhadores da CP: «em cada dia, há uma história para contar».

«Seguem-se imagens dum enorme monte de notas de cinco contos, com a legenda: Gastamos milhões de contos, mas vamos antecipar inaugurações por todo o País até ao dia das eleições, focando-se, em grande plano, «o ministro Valente de Oliveira a inaugurar pela quinta vez a «barragem da Marateca», em Castelo Branco, reproduzindo-se uma passagem do seu notável discurso: «muito embora o concelho não esteja ainda dotado de todas as acessibilidades de que tem necessidade, temos de apostar para já na formação da gente», referindo a seguir que «é preciso ter em conta que a população do nosso País está a aumentar», sendo logo projectado um quadro onde se lê: «com o PSD, nasceram 600 000 crianças».

«Em grande destaque, com fundo cor de laranja, transcreve-se a afirmação dum membro do Governo: «tudo o que puder ser privatizado, será privatizado», seguindo-se afirmações do banqueiro Ricardo Espírito Santo: «o processo de privatização do BESCL foi claro e transparente, repudiando categoricamente as notícias que acusam aquele banco de ter violado o sigilo bancário fornecendo ao seu grupo informações privilegiadas» (em off uma voz feminina comenta: «que querido!»).

«A seguir, aparece a imagem do «Diário da República» de 15.10.90, com o «Decreto-Lei N.º 321-B/90», sobre o arrendamento urbano, transcrevendo-se, no preâmbulo: «A Constituição de 1976, no seu Artigo 65, considera a habitação como um direito que assiste a todos os portugueses. Em consequência cabe ao Governo criar todas as condições, tomar as medidas, utilizar todas as políticas, programas e meios que permitam que aquele preceito constitucional se torne uma realidade concreta».



André Martins



Mário Tomé

mais encanto despedida»

E o locutor acrescenta: segundo o porta-voz do Governo, a falta de 750 000 habitações, o preço médio dum apartamento, em Lisboa, de 31 000 contos, vão ser coisas do passado, pois com este diploma tudo vai mudar, indo aparecer de novo escritos de casas para arrendar. E se é certo que quase um ano decorrido só têm aumentado as acções de despejo, e não se vê uma casa sequer com escritos, em 1992 (depois das eleições) a realidade vai ser outra...

«A Câmara foca depois uma praia no Algarve, com muitos estrangeiros, e comenta-se: nos últimos três anos, só um terço da população, safu de casa, para férias, dentro ou fora do país.

«Porque é que você não há-de ir para férias? Sabe o que diz a CEE de Portugal? Não sabe que o relatório do segundo programa europeu considera Portugal o país mais pobre da CEE?

«Claro que na região do Vale do Ave há 12 000 operários com salários em atraso, mais de 2000 trabalhadores do sector têxtil do Concelho de Coimbra estão em perigo de perder o emprego, e o mesmo se passa com 653 trabalhadores da "CAMAC", em Santo Tirso, e de tantas outras empresas, mas é preciso reagir. Somos um país em grande progresso e com estabilidade, capazes de encontrar soluções originais, como aconteceu há dias, na Universidade do Minho, em que 200 candidatos ao Ensino Superior prestaram provas de aptidão em matemática em instalações em construção, expostos ao vento; e você julga que não se encontrou uma solução? Foram-lhes distribuídos agasalhos.

«E sabia que alguns jornalistas, galardoados com o prémio «Gazeta do Jornalismo» de 1990, subsistem com subsídio de desemprego? Mas lá vão subsistindo.

«Considerou-se encerrar a primeira parte da telenovela com a recente afirmação de Cavaco Silva de que o país está a meio da ponte, mas foi considerada inconveniente quer porque lembra a ponte S. João, quer porque ninguém tem paciência para esperar tantos anos para chegar ao fim da ponte.

«E passou-se então à segunda parte da telenovela, em que se procura desmentir a falta de coesão do Governo, considerando-se meras fugas de informação afirmações como «listas abrem feridas no PSD», «Nogueira fez tudo para colocar os seus candidatos nos melhores lugares», «Pedro Roseta diz não se rever na lista de candidatos pelo seu distrito» já se demitiram três elementos da lista de Lisboa e finalmente, o comentário vernáculo do secretário-geral Falcão e Cunha, «merda, quem se lixou fui eu», a propósito de ter sido retirado de número um por Viseu.

«O porta-voz do Governo afirmou mesmo que já foi para evitar problemas destes que a maioria PSD na Assembleia da República fez terminar os trabalhos do plenário mais cedo, e, como o Primeiro Ministro nunca se engana, não é possível haver as propaladas divisões.

«E o Governo está tão coeso que todos se reuniram para cantar a conhecida balada coimbrã, com letra adaptada às circunstâncias, e que se intitula «S. Bento tem mais encanto na hora da despedida».

«E aqui acaba a telenovela, e, pela minha parte, não me despeço de todos vós «porque na CDU a gente vê-se».

«Viva a CDU!»

André Martins Agir pela mudança

Após saudar todos os candidatos e activistas da CDU, André Martins, do Partido «Os Verdes», afirmou:

«Agir pela mudança significa um grande esforço mobilizador para garantir uma forte e empenhada participação nas próximas eleições legislativas. Eleições que (na cada vez mais estreita forma de participação a que nos remetem), surgem como uma oportunidade, uma grande oportunidade para operar a mudança. A hipótese real de pôr cobro a 11 infundáveis anos de PSD no Governo...! Anos infundáveis de autoritarismo, de corrupção e de demagogia, que apesar do crescimento foram anos de cinzento e de frustração.»

Portmenorizando o autoritarismo do PSD ao governamentalizar as instituições e órgãos de soberania e a corrupção que promoveu, a par duma actuação cinzenta e medíocre, o orador denunciou igualmente a degradação do ambiente fruto da política governamental, afirmando mais adiante:

«E a mudança é possível. Não se trata de nenhuma utopia, já que a CDU é parte integrante dessa mudança. Garante-a pela justiça e adequabilidade das suas propostas, assentes na resposta aos problemas de hoje e aos desafios que se colocam ao nosso país e à sociedade portuguesa. Propostas que assentam designadamente na defesa dos direitos sociais, económicos, culturais e políticos, bem como das liberdades e garantias consagrados na Constituição da República;

«No desenvolvimento do sistema democrático e no aprofundamento do exercício da democracia participativa, através nomeadamente: da criação e instituição das regiões administrativas, da descentralização e da desburocratização da administração pública e da criação de condições que propiciem uma aproximação crescente das populações à administração;

«No desenvolvimento autónomo de Portugal no quadro da integração europeia;

«Na implementação de uma política de defesa do ambiente, do património cultural, natural e construído e na promoção de acções de informação e sensibilização pública por forma a garantir uma relação harmoniosa e duradoura do Homem com a natureza.»

E mais adiante:

«Mantendo-se fiéis a um projecto que preconiza uma abordagem ecologista da sociedade e que por isso mesmo não pode minimizar a dimensão social, económica, cultural e política inerente à própria existência e vida do Homem em sociedade, «Os Verdes» desde muito cedo na sua existência compreenderam a necessidade de convergir com outras forças políticas para afastar a direita do poder em Portugal.

«Os resultados dos esforços empreendidos são em nosso entender amplamente positivos, tanto para os partidos que juridicamente constituem a CDU (PCP e «Verdes») como para Portugal e os portugueses.»

Assim, «o grande objectivo e oportunidade que se coloca nas próximas eleições, contribuir para a construção de uma alternativa democrática, implica que trabalhem para reforçar a votação na CDU e alcançar uma vitória política, em 6 de Outubro, com estas condições certamente os militantes socialistas chamarão a atenção da direcção do seu partido para a necessidade de convergir esforços com a CDU para encontrar a alternativa à esquerda.»

Mário Tomé O consenso da CDU

Mário Tomé, falando pela UDP, começou por assinalar que «a campanha que se avizinha, mas que, de facto, já começou, vai ser marcada no seu conjunto pelo importante contributo, aqui evidenciado, de uma política fundamentada num sério estudo da realidade do nosso País, valorizado pelo enraizamento dos participantes deste Encontro no sentir e na vida concreta do nosso povo». E acrescentou:

«No meu entender, defrontamo-nos com um adversário difícil, que tem uma experiência de poder — e de nele se conservar e reforçar — de 12 anos, recusando-se no entanto a aceitar o balanço negativo desses 12 anos. É um adversário que construiu, peça a peça, uma monstruosa máquina de controlo, de concentração de poder, de tráfico de influências, de nepotismo, amiguismo e corrupção. E se é verdade que tais máquinas apodrecem, nós não temos tempo para esperar o seu apodrecimento. É preciso desligá-la, é preciso parar o seu funcionamento mórbido, desagregador do que à sociedade tem de mais são, de gerador de progresso, de liberdade e de cultura. Estamos perante um adversário, Cavaco Silva, controlador da maioria que o devia controlar, que esconde a sua fraqueza essencial — a incapacidade de aceitar a vida genuinamente democrática e participativa das instituições e do povo — por detrás de números fáceis, mais volúveis que rigorosos, de um crescimento arbitrário, iníquo, mistificador, promotor de favores e temores, adutores e corruptos e, principalmente, de injustiça social.»

«O bem estar sem democracia — disse ainda — é só para alguns e a democracia sem bem estar reduz-se a uma formalidade. O Governo PSD integra formalmente um Estado democrático mas não passa de uma tentacular comissão de negócios fáceis de um grupo restrito, hipotecado aos monopólios estrangeiros.»

Mais adiante o dirigente da UDP afirmou:

«O cumprimento da Constituição visa assegurar a realização dos direitos dos cidadãos. Tudo o que é permitido tem de ser possível. Os cidadãos precisam de novos direitos: tudo o que é possível tem de ser permitido. Eis o objectivo de uma nova maioria — uma nova maioria resultante de um entendimento político na AR entre os eleitos do PS e da CDU, para uma nova política num rumo de democracia e solidariedade.»

Frisando esta ideia, Mário Tomé acrescentou a seguir:

«A vitória da Coligação «Por Lisboa» constitui um ensinamento da vida que não deve ser ignorado. Não são os esforços de convencimento por parte do PCP ou da UDP que fazem andar o PS. Foi a «cura» de oposição, a brutal evidência do «Estado laranja», a sua erosão nas empresas públicas que levaram o PS a dizer que «tudo o separa do PSD». Pois bem: será uma grande votação na CDU que irá demonstrar que tudo terá de aproximar o PS dum amplo consenso à esquerda.»

Finalmente — e após relatar a sua recente viagem à África do Sul para assistir, a convite, à 48.ª Conferência Nacional do ANC, o dirigente da UDP reforçou a ideia de que «é na CDU que, hoje, convergem os ideais, as políticas, os sentimentos das mulheres e dos homens, a cultura da luta pelo progresso da Humanidade, em consonância plena com as lutas que hoje marcam o mundo», acrescentando: «A unidade entrou num novo estádio, catalizador de mais unidade — o que já é uma vitória. Agora vamos, não ainda à conquista dos céus, mas tirar o PSD do poder. Por uma nova maioria, por uma nova política, viva a CDU!».

Sondagens eleitorais A manipulação dos números

No passado dia 5 de Julho, os leitores de jornais foram confrontados com duas sondagens de opinião sobre intenção de voto para as próximas eleições legislativas, publicadas no Diário de Notícias e no Independente.

Poderíamos referir muitas outras já publicadas, adjudicadas ou ainda em negociações com as empresas fazedoras de números, mas limitemo-nos apenas àquelas duas, que ilustram como se assiste impunemente à especulação, com interpretações descabidas surgidas aparentemente do rigor da estatística.

Sondagens que confrontadas entre si revelam discrepâncias gritantes, pouco abonatórias para os jornalistas que as interpretam e para os técnicos que as efectuam.

Num trabalho sério, e independentemente da metodologia utilizada pelas empresas, os resultados das sondagens não podem ser muito díspares; se o são, algo está errado no modo como foram realizadas.

Analisando as metodologias utilizadas pelas duas empresas - Marktest (sondagem do Diário de Notícias) e Euroteste (sondagem do In-

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Ou seja, o Independente limita-se apenas a apresentar percentagens pouco sérias, ou sérias mas que não podem ser avaliadas...

dependente), — verifica-se que em relação à Euroteste nada se sabe. Não está publicada a ficha técnica. Os resultados apresentados mais não são do que percentagens de que nada se sabe; apenas que foram realizadas 958 entrevistas.

Desconhece-se se tais entrevistas foram ou não a nível nacional, se são ou não representativas da população, se foram entrevistas directas ou telefónicas. Neste último caso, seria importante dizer que a implantação do telefone em Portugal abrange apenas cerca de 35 por cento da população e que a sua distribuição pelo país não é homogénea.

Portalegre Carvalhas na apresentação dos candidatos

O secretário-geral adjunto do PCP deslocou-se anteontem a Portalegre onde interveio na sessão pública de apresentação dos candidatos CDU. Reproduzimos de seguida alguns excertos da sua intervenção.

Precisamos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento da agricultura portuguesa.

O PSD detém a pasta da agricultura há mais de onze anos. A agricultura tem sido um sector marginalizado. A política de preços, de crédito e de seguro agrícola tem sido uma política de asfixia da produção. Os dados oficiais relativos à agricultura são claros na condenação desta política.

O défice da balança alimentar agravou-se em 141% durante a 1.ª etapa do período de transição.

Mais, em Portugal, onde é opinião consensual que a produção hortofrutícola detém grandes vantagens naturais comparativas, a evolução ainda foi mais negativa. Nas frutas passámos de uma situação em que, em 1985, exportávamos duas vezes mais do que importávamos, para uma situação, em 1990, em que importamos três vezes mais do que exportamos: nos hortícolas frescos passámos de uma situação, em 1985, em que exportávamos 10 vezes mais do que importávamos, para um quadro de 1990, em que as importações já igualam as exportações. Simultaneamente, os rendimentos dos agricultores baixaram, entre 1985-1988, verificando-se uma redução, em ter-

mos reais, de 23% nos rendimentos, enquanto na CEE aumentaram 2%.

O desenvolvimento e apoio à agricultura do Alentejo não passa pela reconstituição do latifúndio, em total conflito com o texto constitucional. A irrigação, o apoio técnico e à comercialização, a diminuição das taxas de juro e a acessibilidade ao crédito são questões essenciais para se inverter a situação na agricultura. É necessário aproveitar os recursos e as imensas potencialidades do Alentejo. Não podemos continuar a assistir ao envelhecimento e à desertificação desta região...

No distrito de Portalegre é necessário valorizar a agro-indústria e os seus recursos e as imensas potencialidades do Alentejo. Não podemos continuar a assistir ao envelhecimento e à desertificação desta região...

No distrito de Portalegre é necessário valorizar a agro-indústria e os seus recursos naturais, como é o caso dos mármorees, e aumentar o seu valor acrescentado nacional...

A Barragem do Alqueva é a *Fénix* sempre renascida em todas as campanhas eleitorais. Promessas de estudo efectivo e de futura realização têm-se sucedido em todos os actos eleitorais...

Jantar convívio CDU-Porto

A apresentação à Imprensa da lista de candidatos da CDU pelo círculo do Porto foi mais um pretexto para um primeiro convívio com os jornalistas que já acompanham a campanha da Coligação Democrática Unitária do que um momento para grandes discursos políticos de fundo.

Foram pois breves, e anunciadas como tal, as intervenções proferidas à sobremesa de um jantar que se prolongou pela noite num conhecido bar da Ribeira portuense e que teve o condão de mostrar o empenhamento de todas as forças que integram a coligação ou que a apoiam.

O primeiro candidato pelo círculo, Luís Sá, da Comissão Política do PCP, deu a tônica de um dos temas a desenvolver pela campanha da CDU — a de-

núncia da política económica do Governo de Cavaco Silva cuja impotência para gerar um verdadeiro desenvolvimento é crescentemente notória.

Outro orador atentamente escutado pelos jornalistas foi Carlos Marques, dirigente da UDP, que integra a lista como independente.

Este ex-candidato à Presidência da República salientou a dinâmica da CDU como potenciadora de uma alternativa democrática e apelou ao PS para que dê sinais de abertura a uma verdadeira mudança na política de Portugal, mesmo sem o compromisso formal de anunciar coligações pós-eleitorais à esquerda.

Para Carlos Marques um tal sinal potenciaria ainda mais a enorme alegria que já se adivinha nesta campanha para as legislativas, en-

tre todos quantos apoiam a Coligação Democrática Unitária e estão esperançados de fazer reavivar valores que o actual Governo quis fazer esquecer.

Raul de Castro, da Intervenção Democrática, também não poupou o Governo na sua intervenção, fortemente irónica, principalmente quando se referiu à inauguração da ponte de S. João e ao ridículo de tal prática política, cujo expoente máximo ainda está na Barragem da Marateca, já inaugurada cinco vezes.

Crítico foi também o jovem representante do Partido Ecologista «Os Verdes». O Governo, de facto, parece não ter ponta por onde se possa conceder-lhe um mínimo benefício de dúvida. Substituir este Governo é, de facto, pelo menos uma medida ecológica.

Vantagem clara do PSD mas sem maioria absoluta
— revela sondagem nacional exclusiva DN/Marktest

O PSD tem uma vantagem de cerca de 10 pontos percentuais nos votos de voto do Português para o Parlamento, mas, embora o partido se mantenha à frente a par de outros, não tem maioria absoluta. Logo, a vitória por uma maioria absoluta, não é possível.

Inquiridos querem Presidente e primeiro-ministro de partidos diferentes

Primeiro-ministro antes de diferentes blocos políticos. Consideram-se mais uma vez, sondagem realizada em 958 indivíduos, com trabalhos de campo até 21 de Junho.

Efeito Soares: PSD desce 1%, PS sobe 1,5%

O efeito Soares é claro. O PSD desce 1%, o PS sobe 1,5%. Os comunistas perdem voto útil. Podem ser os frutos do conflito entre Soares e Cernado. É o que diz a sondagem mensal da Euroteste, feita a 958 indivíduos, com trabalhos de campo até 21 de Junho.

Jovens com rumo novo animaram espaço antigo

Os Estudantes Comunistas do Ensino Secundário e os seus colegas de todas as escolas do distrito de Lisboa, conviveram no passado sábado no Castelo de S. Jorge, sob o lema «Num espaço antigo um rumo novo». Os jovens comunistas do ensino secundário decidiram animar de uma forma inédita o Castelo de S. Jorge.

ses se mantêm vivos entre os nossos jovens.

Pelas 14 horas abriu o Café-Concerto, no Castelo, com animação própria. Entre os presentes, de referir Amélia Pardal, candidata jovem nas listas da CDU pelo distrito de Lisboa.

Jorge Lomba, Retiro dos Patacos, Abandaládarua e Ex-Votos animaram o grande espaço central do castelo de S. Jorge, onde teve início um espectáculo pelas 17 horas.

A discoteca foi outro dos espaços que funcionou e encheu logo depois das 21 horas.

Cerca das 11 horas da manhã, iniciaram-se os Jogos Populares (corrida de sacos, malha, pão, etc.), em que os estudantes do ensino secundário mostraram que os jogos tradicionais portugue-

Candidatos CDU

Vila Real

Por lapso, na lista de candidatos por Vila Real que divulgámos na semana passada não foi incluído o nome que figura em quarto lugar:

Gabriela de Figueiredo - 53 anos, professora na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Eleita na AM de Vila Real em 1985 e em 1989. Residente em Vila Real. Candidata independente.

Castelo Branco

Luís Pereira Garra - 34 anos, operário têxtil. Residente na Covilhã. Presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa. Coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da AM da Covilhã. Membro da DOR de Castelo Branco do PCP.

Joaquim Manuel de Castro Bonifácio da Costa - 35 anos, arquitecto, professor na Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Natural e residente em Castelo Branco. Membro do CN do PEV.

Maria de Lurdes Abrantes Figueira - 40 anos. Residente no Fundão. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro. Membro da AM do Fundão. Membro do PCP.

Luís António Nunes Lourenço - 37 anos, professor na Universidade da Beira Interior. Natural da Sertã e residente na Covilhã. Membro da DOR de Castelo Branco do PCP.

Manuel Proença Romano - 45 anos, técnico de emprego. Natural de Idanha-a-Nova e residente em Castelo Branco. Membro da DOR de Castelo Branco do PCP.

Joaquim Marques da Silva - 35 anos. Natural e residente na Covilhã. Dirigente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa. Eleito da AM da Covilhã. Membro do CN da UDP.

António Dias Lopes - 40 anos, empregado bancário. Natural de Idanha-a-Nova e residente em Penamacor. Membro da Comissão Concelhia de Penamacor do PCP.

Francisco Ribeiro Delgado - 43 anos, operário químico. Natural de Idanha-a-Nova e residente no Barreiro. Vice-presidente do Grupo de Amigos de São Pedro, Proença-a-Nova. Membro do PCP.

Maria Dulce Ribeiro Pinheiro - 31 anos, professora do Ensino Básico. Natural e residente em Belmonte. Dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro. Membro da Comissão Concelhia de Belmonte do PCP.

Manuel dos Santos Barreto - 47 anos, operário industrial. Natural e residente em Vila Velha de Ródão. Membro da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão do PCP.

Guarda

José Manuel Costa - 36 anos, professor. Natural de Torre de Moncorvo e residente na Guarda. Membro da Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP. Membro da União dos Sindicatos da Guarda e do Executivo Regional do Sindicato dos Professores

Humberto Manuel de Sena Mota Veiga - 53 anos, técnico administrativo da EDP. Natural e residente em Seia. Membro da DORGuarda do PCP. Membro da AM de Seia. Secretário-coordenador da sub-CT da Região Centro da EDP.

Luís Manuel Cambra Nogueira - 52 anos, professor, membro do CD da Escola Preparatória de Gouveia. Director da Biblioteca «Vergílio Ferreira» e do Grupo Cénico «Objectiva». Membro do PCP.

Maria Luísa Avelãs Nunes - 34 anos, empregada bancária em Pinhel. Natural e residente na Guarda. Membro do PCP.

Luís Ferrão Saraiva - 37 anos, chefe de serviços da Administração Escolar. Natural de São Pedro, Manteigas. Fundador do Grupo de Teatro de Manteigas, da Cooperativa Jornalística de Manteigas, da Associação Centro Cívico, da Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela e ainda da Turmontanha. Independente.

António Carlos Figueiredo Martins - 31 anos, professor e membro do CD da Escola C+S de Sernancelhe. Natural de Lageosa do Mondego, Celorico da Beira. Independente.

Luís Manuel Branquinho Pinto - 25 anos, engenheiro, a leccionar na Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa. Membro do PCP.

António Ferreira Machado - 62 anos, empregado bancário reformado, actualmente agricultor. Natural de Nespereira, Gouveia. Presidente da AF de Nespereira. Membro dos

corpos gerentes da Cooperativa Agrícola Horta Serrana e das direcções da Associação Distrital dos Agricultores da Guarda e da CNA. Membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

Beja

Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol - 40 anos, professora. Residente em Ferreira do Alentejo. Deputada. Vereadora da CM de Ferreira do Alentejo. Membro da direcção do MDM. Membro da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.

Miguel Urbano Rodrigues - 64 anos, jornalista. Natural de Moura. Deputado. Foi director do jornal «o diário», redactor do «Diário de Notícias» e chefe de redacção do «Diário Ilustrado». Foi presidente da AM de Moura. Membro do PCP.

José Jorge Munhoz Frade - 36 anos, médico. Residente em Beja. Presidente da AM de Beja. Membro da DORBeja do PCP.

António Manuel dos Santos Murteira - 43 anos, engenheiro técnico agrícola. Residente em Beja. Foi responsável na área da reforma agrícola no Alentejo, e director do jornal «Reforma Agrária». Membro da Associação de Defesa do Alqueva. Coordenador da DORBeja e membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP.

José Joaquim Coutinho Carvalho - 36 anos, licenciado em Filosofia e Humanísticas. Residente em Odemira. Presidente da AM de Odemira. Independente.

Orlando Romão Chaço - 28 anos, licenciado em Direito. Residente em Aljustrel. Vereador da CM de Aljustrel. Membro da Comissão Executiva do CN do PEV.

Miguel Domingos Condeça Ramalho - 29 anos, empregado. Natural de Moura. Foi dirigente estudantil em Beja e Moura. É membro da DORBeja do PCP.

João Manuel Rocha da Silva - 40 anos, engenheiro. Residente em Serpa. Presidente da CM de Serpa e da Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana. Membro da DORBeja do PCP.

Portalegre

Casimiro António da Piedade Menezes - 46 anos, médico. Natural de Goa e residente em Portalegre. Membro da AM de Portalegre. Membro da Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP.

José Mariano Abelho Amante - 45 anos, engenheiro técnico agrícola. Natural de Orada, Borba e residente em Ponte de Sôr. Presidente da CM de Ponte de Sôr. Membro da DOR de Portalegre do PCP.

João Manuel Matias Vintém - 35 anos, funcionário público. Natural de S. Vicente e Ventosa, Elvas. Vereador da CM de Elvas. Membro da DOR de Portalegre do PCP.

Esmeralda da Cruz Carrilho de Almeida - 29 anos, médica veterinária. Natural de S. Simão e residente em Nisa. Vereadora da Câmara Municipal de Nisa. Membro da DOR de Portalegre do PCP.

João Fernando Dias Serra - 37 anos, operário agrícola. Natural e residente em S. Saturnino, Fronteira. Presidente da JF de S. Saturnino. Suplente do CC e membro da DOR de Portalegre do PCP.

Diogo Júlio Cleto Serra - 37 anos, empregado de escritório. Natural e residente em Assunção, Arronches. Coordenador da União dos Sindicatos de Portalegre. Vereador da CM de Arronches. Membro da DOR de Portalegre do PCP.

Leiria

João Luís Rodrigues Sousa Gabriel - 42 anos, arquitecto. Natural da Marinha Grande. Vereador da CM da Marinha Grande. Presidente da Coumag, secretário-geral do Instituto Superior de Matemáticas e do Instituto Superior de Humanidades e Tecnologia. Presidente da AG. Membro do PCP.

Aleixo Pereira Braz - 39 anos, motorista marítimo. Natural de Peniche. Membro da Direcção da Unicoopesca e da Confecoop. Membro do Executivo da DORLEI e do Comité Central do PCP.

Fernando da Conceição Serra Lourinho - 56 anos, médico, director da maternidade do Hospital Distrital de Leiria. Natural de Portalegre. Membro do PCP.

Maria Teresa da Conceição Ramires Neves - 28 anos, engenheira. Residente em Leiria. Secretária da AM da Marinha Grande. Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do PEV.

Rogério Manuel Madeira Raimundo - 40 anos, professor. Natural de Cela, residente em Alcobaca. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro. Presidente do Centro Cénico de Cela. Membro da Comissão Concelhia de Alcobaca do PCP.

Licínio António Saraiva de Sousa - 28 anos, empregado de escritório. Natural e residente na Marinha Grande. Membro

da CT e da Comissão Sindical da FEIS. Membro da AM da Marinha Grande. Independente apresentado pela UDP.

Jorge Alberto Bombas Amador - 26 anos, presidente do Jardim de Infância de Serra del Rei. Natural de Peniche. Membro da Assembleia Municipal de Peniche. Membro do Secretariado da DN da JCP e da DORLEI do PCP.

Ana Maria Rodrigues Rebelo da Silva - 40 anos, professora. Natural de Caldas da Rainha. Membro da AF de Caldas da Rainha.

Sérgio Inácio Salgueiro Moiteiro - 46 anos, vidreiro. Natural da Marinha Grande. Membro da Direcção do Sindicato Vidreiro e da Executiva da União dos Sindicatos de Leiria. Membro da AM da Marinha Grande. Membro do PCP.

José Célio Mil-Homens Filipe - 62 anos, técnico de farmácia reformado. Natural do Bombarral. Membro da AM do Bombarral. Fundador do Cine-Clube Bombarral. Membro do PCP.

António Pereira Carvalho - 39 anos, técnico verificador tributário. Natural de Alqueidão da Serra, Porto de Mós. Foi membro da Direcção do Sindicato da Função Pública da Zona Centro. É membro da DORLEI do PCP.

Maria Helena dos Santos Sousinha Piló - 34 anos, professora. Natural e residente na Nazaré. Membro do PCP.

Manuel Prates Mendes Miguel - 42 anos, escritor. Natural e residente em Ansião. Dirigente da cooperativa editora do jornal «Voz do Arunca», de Pombal. Independente.

José António Almeida Rodrigues - 34 anos, controlador geral de produção. Residente em Caldas da Rainha. Membro da DORLEI do PCP.

Eduardo Jorge Braga Barros Lino - 20 anos, funcionário público e animador juvenil. Natural da Marinha Grande. Membro da Direcção Nacional e do Secretariado Distrital da JCP.

Viseu

Cílio Pereira Correia - 34 anos, médico. Natural e residente em Canas de Santa Maria, Tondela. Membro da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP.

Manuel Rodrigues - 37 anos, professor, coordenador da equipa de Educação Especial de Viseu. Natural e residente em Oliveira de Frades. Membro da DOR de Viseu do PCP. Presidente da Direcção do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, membro da direcção da CNA, presidente da Direcção da Assol.

António Macário Monteiro - 38 anos, trabalhador da Função Pública. Natural de Vila Nova de Paiva e residente em Viseu. Membro da DOR de Viseu do PCP. Membro do Conselho Nacional da CGTP, do CN da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, coordenador da União dos Sindicatos de Viseu.

Deolindo Leal Pessoa - 42 anos, médico. Natural de Coimbra e residente em Lamego. Membro da DOR de Viseu do PCP. Fundador do Grupo de Teatro «Caixa Mágica» e seu encenador.

Maria do Carmo Bica Chã Madeiras - 28 anos, engenheira técnica agrícola. Natural e residente em Vouzela. Membro da DOR de Viseu do PCP. Membro da AM de Vouzela e da Comissão Promotora da ARAVIS.

Manuel Martins da Costa - 59 anos, professor do Ensino Secundário. Natural e residente em S. Pedro do Sul. Membro da ID.

Mário Caetano Telxeira Ferreira - 36 anos, industrial. Natural de Mondim da Beira e residente em Tarouca. Presidente da JF de Mondim da Beira. Independente.

Edgar Figueiredo - 59 anos, advogado. Natural e residente de Canas de Senhorim, Nelas. Presidente da AF de Canas de Senhorim. Membro do Conselho Directivo da ANAFRE, membro do Movimento para a Restauração do Concelho de Canas de Senhorim. Independente.

António Cândido Minhoto - 38 anos, operário mineiro desempregado. Natural de Nelas, residente em Caldas das Felgueiras, Nelas. Membro do CN da UDP.

José dos Santos Lopes Martins - 27 anos, técnico de telecomunicações. Natural e residente em Viseu. Membro da DOR de Viseu do PCP. Membro da Direcção da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes, e do Conselho Consultivo Regional de Viseu do Instituto da Juventude.

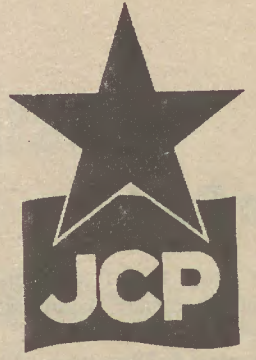
Maria Luísa Delgado Pardo Teixeira dos Santos - 37 anos, chefe de secretaria da Escola C+S de S. João da Pesqueira. Natural e residente em S. João do Trovões, S. João da Pesqueira. Secretária da Junta de Freguesia de Trevões. Membro do PCP.

Manuel Almeida Basílio - 45 anos, empregado bancário. Natural e residente em Lamego. Membro da DOR de Viseu do PCP. Vogal da JF de Almacave. Membro da Subcomissão de Trabalhadores da Zona Centro dos Bancários.

Rui da Silva Gouveia Nobre - 37 anos, guarda-rios. Natural de Mortágua e residente em Viseu. Membro da DOR de Viseu do PCP. Membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública de Viseu.

José Eduardo Rodrigues - 42 anos, técnico de contas. Natural e residente em Moimenta da Beira. Membro da AM de Moimenta da Beira.

JCP reúne Direcção Nacional Juventude CDU revela actividade crescente



Reunida no passado domingo, a Direcção Nacional da JCP analisou a preparação da campanha eleitoral das próximas legislativas e a realização da Festa do «Avante!», nomeadamente o conteúdo da Cidade da Juventude. Segundo foi anunciado este ano naquele espaço decorrerão a exposição/concurso «Tomar a iniciativa», dedicada desta vez à cerâmica artística, apresentações de moda por jovens estilistas, demonstrações de skate e um *paddy paper*, para além dos já consagrados Café-Concerto e do espaço de artesanato.

Igualmente anunciadas para os próximos meses foram as iniciativas a realizar a 2 de Agosto no Terraço do CT

Vitória, o encontro com Álvaro Cunhal em Alcochete, o Festival Juvenil da Canção, em Castelo Branco e o Acampamento da Juventude CDU, em Coimbra e Algarve.

No debate do actual momento pré-eleitoral, a DN da JCP registou a dinamização da *juventude CDU*, que «começa a revelar uma actividade crescente e a envolver muitos jovens por todo o País». A reunião afirmou o empenhamento da organização «no desmascaramento da política do PSD para a juventude e no combate à sua demagogia eleiçoeira e inauguracionista». Por outro lado, foi salientada a importância de «desenvolver uma cam-

panha eleitoral juvenil, dinâmica, festiva e ao mesmo tempo-assente em propostas concretas para a resolução dos mais graves problemas da juventude, que demonstre a diferença da CDU em relação às demais forças políticas e a necessidade de uma forte votação na coligação para a garantia de uma real alternativa democrática ao PSD».

A JCP lamentou a posição divulgada no passado fim-de-semana pela Juventude Socialista de «não aceitar a convergência pós-eleitoral do seu partido com o PCP com vista à constituição de um futuro democrático». Os jovens comunistas afirmam que a posição da JS, «in-

sistindo na miragem de uma maioria absoluta em que nem os dirigentes do PS acreditam, resulta objectivamente em claro benefício do PSD e da sua estratégia eleitoral».

A Direcção Nacional da JCP examinou ainda o ano lectivo recentemente terminado, considerando-o como uma «clara demonstração de que a euforia, o triunfalismo e a demagogia do Governo PSD e do seu ministro Roberto Carneiro não correspondem minimamente à realidade».

Relativamente a este assunto, foi referido que «no ano em que se anunciou o afluxo de muitos milhões de contos para a educação, verificou-se a acentuação dos

mais graves desequilíbrios estruturais da educação».

A rede escolar viu agravada a situação de penúria e de carência de equipamentos sociais e educativos, os estabelecimentos de ensino superior estão financeiramente com a corda na garganta e com o funcionamento comprometido no próximo semestre. Neste sentido, a JCP condena a política do Governo PSD, de asfixia, encarecimento e privatização do ensino superior e manifesta a sua firme oposição aos aumentos brutais de propinas, cantinas e residências que o Governo procura insistentemente aplicar, apesar da oposição dos estudantes. Pela sua importância, foi chamada especial

atenção para a apresentação na AR no final da legislatura de um Projecto de Lei do PCP, que cria um novo regime de acesso ao ensino superior e preconiza o fim da PGA e do *numerus clausus*.

A situação dos jovens regista, segundo a DN da JCP, «traços preocupantes que não são retratados nas manifestações de euforia do Governo a propósito do desenvolvimento do País». Citando dados do Departamento de Estatística do Ministério e da Segurança Social, a Direcção Nacional sublinhou que apenas 28,5 por cento das novas admissões no quarto trimestre do ano passado foram contratos permanentes.

Nota do PCP sobre Defesa Nacional

Alertado por notícias veiculadas através dos órgãos de comunicação social, segundo as quais o Governo se prepara para apresentar e propor novos sistemas de forças em reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional convocada para amanhã, o PCP salienta:

Primeiro: que a prioridade na área da defesa nacional está na **revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional**, primeiro dos documentos em que se consubstancia a política de defesa nacional e que, por força da lei, antecede uma sucessão de documentos, designadamente, o conceito estratégico militar, a definição das missões concretas das Forças Armadas e a aprovação dos sistemas de forças.

Segundo: que o PCP demonstrou, com a recente apre-

sentação dum documento sobre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, estar em condições de participar a qualquer momento no debate sobre essa revisão, incluindo em reuniões da Assembleia da República convocadas para o efeito.

Terceiro: que é **inadmissível e absolutamente condenável**, que o Governo, tendo deixado chegar ao fim a legislatura sem ter tomado qualquer iniciativa, evitando e fugindo ao debate na Assembleia e no País, queira agora aproveitar este período, de encerramento dos trabalhos do Plenário até à entrada em funções da próxima Assembleia, para **tomar quaisquer decisões de fundo, ou decisões que devem depender da reformulação conceptual a realizar com a participação da Assembleia**.

Finalmente, o PCP chama a atenção para a gravidade da actuação do Governo, **violando a Lei de Defesa Nacional e as competências próprias dos diferentes órgãos de soberania**.

11.7.91

O Gabinete de Imprensa do PCP

DORS condena vedações em Tróia

Como é do conhecimento público, a administração da Torralta, com o pretexto de defender o interesse da empresa, decidiu recentemente implantar vedações e controlar as entradas do complexo turístico de Tróia, ultrapassando o licenciamento concedido pela Câmara Municipal de Grândola.

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP condena a forma arbitrária e propotente como tais medidas foram postas em prática.

Não pondo em causa o direito da Torralta salvar interesses próprios, a DORS considera no entanto «não ser admissível que a empresa o faça em prejuízo do interesse e o direito de milhares de pessoas que, numa sociedade

que queremos mais justa, não devem ser vítimas de uma ainda maior discriminação económica e social mas, ao contrário, devem melhorar a sua qualidade de vida».

Assim, a DORS do PCP, não menosprezando a importância dos empreendimentos turísticos, entende «ser necessária a sua compatibilidade com o direito de as populações poderem usufruir em condições satisfatórias, das praias da Península de Tróia, o que pressupõe que os concessionários das praias em articulação com as entidades responsáveis devem garantir acessos fáceis, transportes colectivos eficientes e serviços de apoio nas praias nomeadamente, de higiene e limpeza, instalações sanitárias, socorros a naufragos e primeiros socorros.

PCP comenta privatização do BESCL

1. As notícias vindas a público sobre a forma como se processou a privatização de 40% do BESCL (e na sequência do que se passou com o BPA, a Bonança, a Aliança Seguradora, a Unicer, etc.) põem mais uma vez em causa a total falta de transparência com que tem vindo a decorrer o processo de privatizações.

Por tudo aquilo que já chegou ao conhecimento público, o principal grupo económico interessado em dominar o BESCL, o Grupo Espírito Santo, ter-se-á utilizado dos ficheiros de depositantes do banco, das suas instalações e, até, de alguns dos quadros, para obter direitos de subscrição de acções em seu favor. Isto é, o GES ter-se-á portado durante a fase de subscrição como autêntico «dono e senhor» do BESCL.

2. O PCP considera absolutamente inaceitável que tais factos, violadores dos princípios que devem reger um Estado de direito democrático, possam ocorrer com cumplicidade (ao menos pela sua passividade) do Governo.

O PCP exige que seja posto fim à opacidade do processo de privatizações, e que sejam objecto de apreciação e clarificação por entidades independentes do Governo (designadamente Procuradoria-Geral da República, Provedor de Justiça, Alta Autoridade Contra a Corrupção) as condições em que se processaram **todas** as privatizações já efectuadas.

3. Ao recusar o projecto de deliberação do PCP que visava a presença do ministro das Finanças na Assembleia da República, o PSD impediu que aquele membro do Governo pudesse prestar os necessários esclarecimentos, e mais uma vez impossibilitou que a AR exercesse as suas funções de acompanhamento e fiscalização da actividade do Governo.

Mas a obstrução do PSD não elimina as responsabilidades do Governo, a quem compete zelar pela legalidade, transparência e honestidade nos processos de privatizações.

O PCP considera exigível que o Governo preste públicos e imediatos esclarecimentos sobre todo este obscuro processo, e que se proceda ao apuramento de responsabilidades com todas as suas consequências legais e penais.

11.7.91

O Gabinete de Imprensa do PCP



Parabéns! Girassol faz dez anos

Saiu o número 37 do «Girassol», boletim da Casa do Pioneiro, que comemora o décimo aniversário da sua publicação. Datada do mês de Junho, a presente edição tem oito páginas a duas cores e aborda o tema do 1 de Junho, Dia Mundial da Criança. Importante espaço é igualmente dedicado às iniciativas promovidas recentemente pelos Pioneiros, nomeadamente ao 5º Encontro Nacional de Pioneiros que decorreu em Abril no castelo de S. Jorge em Lisboa.

Nota da Comissão Política

Reforma da PAC preocupa PCP

A Comissão Política do PCP, na sua reunião de 15 de Julho de 1991, apreciou aspectos da actualidade nacional e da evolução da actividade do Partido.

1. A Comissão Política analisou a concretização oficial do acordo relativo à instalação do projecto Ford/VW no concelho de Palmela e os seus principais aspectos.

De acordo com as informações disponíveis aquele projecto apresenta aspectos positivos para a economia portuguesa, quer no que respeita à previsão de postos de trabalho qualificado a criar, quer no que concerne ao previsível impacto sobre as contas externas do País.

Mas o PCP recusa o triunfalismo provinciano e propagandístico do Governo, e entende chamar a atenção para alguns riscos e vulnerabilidades do projecto, e para a necessidade de atempadamente se tomarem as imprescindíveis medidas para os evitar ou reduzir.

Desde logo, importa ter presente que o projecto só veio para Portugal porque o Governo ofereceu mais benefícios financeiros que a Espanha, e não por quaisquer méritos políticos do Governo.

Em segundo lugar, o valor acrescentado nacional (VAN), incorporado no veículo a produzir, com um máximo previsto de 55%, apresenta-se demasiado baixo para a cabal rentabilização dos 130 milhões de contos oferecidos pelo Governo e para os interesses objectivos da indústria portuguesa.

A este propósito, o PCP alerta para a necessidade de os potenciais efeitos estruturantes do projecto Ford/VW se repercutirem sobre a indústria portuguesa e não virem a beneficiar, fundamentalmente, a indústria espanhola.

Em terceiro lugar, o facto de o Governo apenas ter garantido a produção da fábrica num reduzido período de 7 anos suscita dúvidas sobre a dimensão do subsídio oferecido e coloca a necessidade de, desde já, se prevenir e tomarem as medidas necessárias para que o eventual encerramento da fábrica em 2001, não ter consequências desastrosas para o distrito. Essa necessidade é tanto mais evidente quanto se conhece a vulnerabilidade da indústria automóvel à conjuntura internacional, e quanto é certo que, com este novo projecto a somar-se aos já existentes da Ford, da Renault e da General Motors, essa indústria passará a ter um peso dominante na economia do distrito de Setúbal.

Tendo em conta estes riscos e vulnerabilidades, a Comissão Política do PCP entende necessário que sejam concedidas condições equivalentes às empresas nacionais que visem a maximização do VAN do projecto Ford/VW ou que se proponham o aproveitamento do potencial endógeno do distrito de Setúbal de forma a reduzir a dependência da estrutura industrial da região em relação ao sector automóvel.

Por outro lado, o PCP considera exigível que o município de Palmela seja indemnizado pelo Governo dos montantes dos benefícios fiscais concedidos à Ford/VW no âmbito da Sisa e da Contribuição Autárquica, e bem assim que os vários municípios afectados pelo investimento sejam compensados pe-

los encargos financeiros que terão de suportar com a construção de novas infra-estruturas.

Finalmente, a Comissão Política do PCP rejeita a hipótese de o Governo utilizar o argumento do projecto Ford/VW para inviabilizar a travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril por um transporte ligeiro que sirva as deslocações das populações na Área Metropolitana de Lisboa.

2. A Comissão Política analisou igualmente os últimos acontecimentos relacionados com o processo de privatizações, designadamente os relacionados com a Bonança e o BESCL.

A Comissão Política considera absolutamente inaceitável que tais factos, violadores dos princípios que devem reger um Estado de direito democrático, possam ocorrer com a cumplicidade do Governo, que se recusa a sobre eles prestar públicos esclarecimentos, e exige que sejam objecto de apreciação por entidades independentes do Governo as condições em que se processaram todas as privatizações já efectuadas.

O PCP chama a atenção para o facto de acontecimentos da mesma natureza, de completa ausência de transparência, se terem igualmente verificado noutras privatizações, desde as das cervejeiras às da Tranquilidade, Aliança Seguradora, Diário de Notícias, etc.

A Comissão Política manifesta a intenção do PCP de, após as eleições de 6 de Outubro e com uma nova composição da Assembleia da República, tomar as iniciativas necessárias para que a Procuradoria-Geral da República e a Alta Autoridade contra a Corrupção analisem os processos de privatizações com vista ao apuramento de responsabilidades com todas as suas consequências legais e penais.

3. A Comissão Política do PCP considera absolutamente inaceitáveis para a agricultura portuguesa as propostas de reforma da PAC recentemente apresentadas pela Comissão das Comunidades Europeias.

Com tais propostas, não só Portugal teria de reduzir as suas produções de cereais, carne, leite, oleaginosas e proteaginosas, agravando a nossa dependência alimentar, como seriam gravemente reduzidos os rendimentos dos agricultores portugueses.

O PCP responsabiliza o Governo pelo que possa vir a resultar da reforma da PAC, exigindo-lhe que, ao contrário do que sucedeu com a negociação da 2ª fase de adesão, sejam firmemente defendidos os interesses inequívocos da agricultura portuguesa.

Nomeadamente, exige-se que seja efectivamente reconhecida a especificidade da agricultura portuguesa e, se necessário, a utilização do direito de veto para impedir a concretização de uma reforma que pode liquidar a produção agro-pecuária nacional e acentuar o papel marginal da economia portuguesa. Simultaneamente, o PCP exige a tomada imediata de medidas que conduzam à redução do preço dos factores de produção agrícolas para níveis idênticos aos vigentes nos outros países comunitários, e sem as quais estará posta em causa a sobrevivência de muitos milhares de agricultores portugueses.



4. A tomada de posse da Comissão que irá instalar a Fundação de Apoio ao Desporto, exige um comentário e um alerta da Comissão Política do PCP.

É possível que muitos agentes desportivos antevejam a possibilidade de, por este meio, obterem recursos indispensáveis à sua actividade e que lhes têm sido recusados pelo Governo.

Mas torna-se evidente que a motivação principal do Governo ao apadrinhar esta iniciativa é o acentuar de uma política de desresponsabilização própria em relação ao desenvolvimento do desporto nacional.

O PCP recorda que ao Estado compete em primeira linha a criação de condições de infra-estruturas e de apoio financeiro que permitam o acesso dos portugueses à prática desportiva, e rejeita as tentativas do Governo de transferir essa responsabilidade para terceiros.

5. A Comissão Política apreciou favoravelmente a forma viva e confiante como decorreu o Encontro Nacional de Candidatos e Activistas da CDU realizado com ampla participação no passado sábado em Lisboa.

As numerosas intervenções de candidatos dos vários distritos do País deram testemunho da crescente receptividade das populações à mensagem e às propostas políticas da CDU, e do dinamismo da sua intervenção.

As informações e opiniões veiculadas no Encontro Nacional da CDU reforçam a confiança do PCP de que é possível no próximo acto eleitoral afastar o PSD do Governo e aumentar o peso eleitoral da CDU, bases essenciais para a constituição de um Governo democrático.

Finalmente, a Comissão Política apreciou alguns aspectos relacionados com a reunião do Comité Central do PCP marcada para o próximo dia 19, e cujo ponto principal da ordem de trabalhos visa a aprovação do Programa Eleitoral do PCP para as eleições legislativas de 6 de Outubro, a divulgar no dia 20.

16 de Julho de 1991

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Carvalhas em Alenquer

Os indicadores oficiais

são a condenação da política do PSD

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, esteve na passada sexta-feira num jantar-convívio realizado em Alenquer, que juntou mais de duas centenas de pessoas. Na ocasião, o dirigente comunista fez uma intervenção, da qual publicamos alguns extractos.

«A agricultura portuguesa está hoje mais longe da agricultura comunitária.

Os agricultores do Concelho de Alenquer, predominantemente agrícola, podem com rigor julgar o que tem sido a política do PSD, partido que conserva a pasta da agricultura há mais de onze anos.

Marginalização da agricultura, diminuição dos rendimentos dos agricultores, agravamento do nos-

so défice agro-alimentar.

Os indicadores oficiais, técnico-económicos relativos ao valor da produção, à evolução da produtividade, à Balança Comercial Agrícola e ao auto-abastecimento alimentar e ao rendimento dos agricultores são, por si, a condenação clara da política do Governo para a agricultura.

A dificuldade de escoamento dos produtos, (como é agora o caso do vinho), os elevados custos dos factores de produção, a governamentalização e a descriminalidade na concessão de fundos da CEE, as exorbitantes taxas de juro, o praticamente nulo apoio técnico, têm conduzido à regressão da agricultura e à acumulação de incertezas e falta de perspectivas para o

futuro para muitos agricultores.

Vejamos um exemplo concreto. Em Portugal é opinião consensual que a produção hortofrutícola detém grandes vantagens naturais comparativas relativamente a outros países da CEE. Como evoluiu este sector entre 1985 e 1990? Nas frutas passámos de uma situação em que, em 1985, exportávamos duas vezes mais do que importávamos, para uma situação, em 1990, em que importámos três vezes mais do que exportámos; nos hortícolas frescos passámos de uma situação, em que exportávamos duas vezes mais do que importávamos (1985), para um quadro, em 1990, em que as exportações já igualavam as importações. Esta é infeliz-

mente a realidade e o resultado de uma política. O Governo não tem uma estratégia nacional para o desenvolvimento da agricultura, vai a reboque da PAC. O Governo não tem uma política nacional de orientação do investimento. Este é socialmente restritivo, afasta a esmagadora maioria dos agricultores, além de ser manifestamente desequilibrado no plano regional.

As regiões mais deprimidas foram aquelas que menos beneficiaram dos fundos e, com a exclusão dos pequenos agricultores do acesso aos fundos estruturais da CEE, reg. 787, o Governo está a condenar desde logo uma boa parte da agricultura portuguesa.

O Ministro da agricultura anda agora a dizer que Por-

tugal não pode aceitar a nova reforma da PAC. São palavras para consumo interno. Acordou tarde. O que é que o Ministro faz ou tem feito para potenciar o poder negocial de Portugal? Nada. Então é só agora que

o senhor Ministro se dá conta de que a especificidade da agricultura portuguesa tem que ter tradução prática na reforma do PAC? Só à beira das eleições é que se deu conta? (...)

CAMARADAS FALECIDOS

CATARINA CORDA

Faleceu recentemente Catarina Antónia Silva Corda, de 64 anos. Estava reformada e era membro do Partido desde 1975. Activista do MDM, pertencia ao Grupo Coral da Associação dos Reformados e ao Grupo Cénico «Recordar é Viver», do Pinhal Novo.

JORGE PEREIRA

Faleceu Jorge Manuel Gonçalves Pereira, que contava apenas 27 anos de idade. Era natural e militante do Partido na Freguesia de Vale do Paraíso, concelho da Azambuja.

Aos familiares e amigos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES



Cordão humano contra «pacote laboral»

A eventual aprovação do «pacote laboral» antes das eleições legislativas é uma atitude à qual «falta ética», afirmaram na passada semana em Lisboa os promotores de um «cordão humano» de protesto contra aquela medida legislativa.

Convocado pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL), filiada na CGTP, o cordão concentrou centenas de pessoas no Rossio, tendo depois desfilado até à residência oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento.

Aqui uma delegação da

Comissão Executiva da USL, composta por Félix Pinho, Rosa Maria Xisto e João Silva, tentou em vão, ser recebida pelo Primeiro-Ministro.

Félix Pinho disse aos jornalistas, à saída, que a audiência foi pedida há oito dias, mas Cavaco Silva,

«como é habitual», não esteve disponível para receber os sindicalistas.

Cavaco Silva, frisou o dirigente sindical, prefere «andar a fazer campanha eleitoral à custa do erário público».

Os sindicalistas deixaram uma carta dirigida ao chefe do Governo em que consideram «inoportuna qualquer alteração à legislação laboral» antes das eleições de 6 de Outubro próximo.

«Hoje é claro, sr. Primeiro-Ministro, que as intenções governamentais conhecidas são, no mínimo, controversas, polémicas e de repercussão social acentuada», refere a missiva, que foi distribuída aos jornalistas e lida aos manifestantes, através de um megafone.

Para os promotores da iniciativa — que se mostraram bastante satisfeitos com a adesão verificada —, o «pacote laboral» vai «aumentar a conflitualidade nas empresas», o que, sublinharam, influirá na produtividade das mesmas.

Comunicação Social Situação preocupa SJ

O Sindicato dos Jornalistas enviou recentemente uma petição ao Parlamento Europeu para que este órgão se pronuncie sobre a situação da comunicação social portuguesa. A inexistência de leis sobre a concentração da propriedade dos órgãos de informação e a redução das competências dos conselhos de redacção são dois dos assuntos acerca dos quais o Sindicato pede ao Parlamento para que se pronuncie.

Do documento constam ainda a situação criada pela extinção do Conselho de

Imprensa, a inexistência de um órgão que assegure a representatividade social nas empresas públicas de comunicação e o exercício generalizado da profissão de jornalista sem o título profissional exigido pela lei.

O recurso sistemático a tarefeiros e as sanções disciplinares impostas a profissionais que não aceitam o regime de exclusividade são outras questões abordadas pelo sindicato.

O órgão representativo dos jornalistas portugueses anunciou, por outro lado, a

realização de um ou mais debates, durante o próximo período eleitoral, para auscultar os partidos políticos acerca das suas intenções para a área da comunicação social.

O sindicato recorda, em comunicado emitido a propósito deste assunto, que entregou, há cerca de um ano, ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro um extenso «dossier» acerca da «preocupante» situação da informação em Portugal.

NACIONAL

Estádio Universitário de Lisboa deixado ao abandono

A Comissão de Utentes do Estádio Universitário de Lisboa alertou mais uma vez para os atrasos e degradação das obras de recuperação e construção das novas instalações daquele local. Esta comissão aguarda há 16 meses ser recebida pelo Ministro da Educação para manifestar as suas preocupações sobre o assunto.

Já em Abril do ano passado esta comissão fora recebida pelo professor Eduardo Monteiro, colocando o problema e entregando um abaixo-assinado de duas mil e 500 assinaturas, havendo já mais sete mil e 500 a entregar oportunamente.

Esta comissão, em comunicado à imprensa, lembra que o custo das obras do complexo fora avaliado em 1988 em 600 mil contos com conclusão prevista para 1991, segundo declarações então feitas por Miranda Fer-

reira, na altura director do Estádio Universitário de Lisboa.

Mas segundo o Ministro da Educação, em declarações feitas à imprensa em 10 de Maio de 1990, as obras custariam afinal cerca de quatro milhões de contos e no orçamento de Estado para 91 seriam mesmo elevadas para quatro milhões e 600 mil contos, num plano de construção que se estenderia até 1995. Mas a verba disponibilizada acabaria por se situar apenas nos 300 mil contos.

Segundo a Comissão de Utentes deste estádio, a situação terá já levado a FIAA, responsável máximo do atletismo mundial, a optar por Seul para a organização dos campeonatos mundiais de atletismo de 1992, anteriormente previstos para as instalações lisboetas.

Diga-se, aliás, que no

quadro de compromissos públicos então assumidos por responsáveis nacionais na apresentação do projecto do complexo do Estádio Universitário, afirmou-se que Portugal serviria de antecâmara para o estágio de selecções internacionais antes dos Jogos Olímpicos de Barcelona.

Há muito preocupada com a situação, a Comissão de Utentes iniciou desde logo contactos com várias entidades oficiais: Assembleia da República, Federação Portuguesa de Atletismo, Câmara Municipal de Lisboa-Pelouro do Desporto, Comité Olímpico Português, todas as Reitorias das Universidades Públicas e Privadas e Presidência da República.

A Presidência da República enviaria uma missiva desta comissão ao Primeiro-Ministro que na resposta, em Novembro do ano passado,

informaria que a mesma fora «submetida à consideração do Ministério da Educação» garantindo que os signatários seriam directamente informados da decisão que viesse a ser tomada.

Cinco meses depois a comissão voltou a insistir por carta junto do Gabinete do Primeiro-Ministro que voltou a responder que o assunto fora «novamente submetido à consideração do Ministério da Educação».

Entretanto a Comissão de Utentes foi recebida pelo Presidente do Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo, professor Veiga Simão, que se mostraria muito sensível às actuais dificuldades e insuficiências deste estádio universitário, chegando a dizer que envidaria todos os esforços no sentido de procurar que o «estado de grande degradação não se mantenha».



STCP Luta dá frutos

Confrontado com a unidade dos trabalhadores do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP), o Conselho de Gerência (CG) foi obrigado a ceder. De luta em luta, durante cerca de dois meses, os três mil e seiscentos trabalhadores do STCP conseguiram que os representantes do Governo na empresa acabassem por vir ao encontro de algumas das suas reivindicações essenciais: um aumento salarial global de cerca de 16,5 por cento; redução do horário de trabalho semanal para 43 horas, a partir de 1 de Outubro próximo; e ainda a integração, na tabela, de um subsídio em vigor. Esta última cláusula acordada, além de beneficiar os trabalhadores no activo, beneficia cerca de dez mil reformados do STCP que obtiveram em aumento de cerca de 21 por cento no complemento de reforma pago pela empresa.

Respondendo à convocatória dos sindicatos da empresa, cerca de dois mil trabalhadores, em plenário realizado faz hoje oito dias, mandataram, entretanto, as organizações sindicais para procederem à assinatura do acordo de empresa (AE) e para negociarem, fora do âmbito desse acordo, as matérias de carácter social que não estão ainda contempladas.

Dentro de dias vão reiniciar-se as negociações do Regulamento de Carreiras pelo que foi já lançado pelos sindicatos um apelo à continuação da unidade e determinação de forma a ser possível garantir «melhores condições de vida e de trabalho».

Vária

Situação intolerável na grelha salarial dos diplomatas. A Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses divulgou recentemente um comunicado considerando que «só com base nas suas propostas de estatuto e grelha salarial se poderá sanar uma situação intolerável para a carreira diplomática». Haveria nomeadamente «disparidades gritantes entre a grelha salarial dos diplomatas e a dos outros corpos especiais».

Para os médicos: prometido descongelamento de escalões este mês. Mário Jorge, membro da comissão executiva da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) disse recentemente à Lusa que o ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, assegurara que os pagamentos resultantes dos descongelamentos de escalões serão efectuados durante o mês de Julho, com retroactivos a Julho de 1990.

Ajudantes técnicos de farmácia admitem greve nacional. Uma greve nacional aos serviços nocturnos foi considerada possível pelos ajudantes técnicos de farmácia em protesto pelas normas inexistentes de segurança no sector. A possibilidade foi admitida no Porto por Raul Teixeira, presidente do Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte.

Grande adesão às greves no sector do calçado. A fábrica de calçado de Arouca e a de Matugal, em Coimbra, registaram recentemente adesões de 95 e de 70 por cento, respectivamente, nas greves por aumentos salariais.

Desmantelamento da CP. A Comissão de Trabalhadores da CP afirmou recentemente que «o conselho de gerência assume a intenção de desmantelar» a empresa. Segundo a mesma fonte, a actual estrutura seria dividida «em duas áreas principais (infra-estruturas e exploração) cada uma das quais é susceptível de se subdividir em diferentes empresas especializadas». Confirma-se, assim, segundo a CT, que reuniu em 7 de Junho findo com os gestores, «a criação de uma empresa de transporte expresso de encomendas (TEX) já em funcionamento, outra para gerir a formação profissional, na qual a CP se associa à Transtejo, ao Metro, aos STCP (Porto) e às administrações do Porto de Lisboa e de Leixões. Esta empresa já deverá funcionar no próximo ano». A CT, que se opõe ao desmantelamento da empresa, manifestou a sua «preocupação por tudo estar a ser feito no maior secretismo, com total falta de transparência e sem acautelar minimamente o futuro dos trabalhadores».

TRABALHADORES

Encontro CGTP-PCP

Coincidência de posições em torno de plataforma reivindicativa

O Secretário-Coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, afirmou na passada semana, em Lisboa, pretender obter compromissos das forças políticas nacionais no sentido de dar resposta positiva aos diversos pontos da plataforma reivindicativa da central sindical.

Carvalho da Silva falava aos jornalistas após um encontro com dirigentes do PCP, naquela que foi a primeira reunião da CGTP com os diversos partidos políticos.

«A CGTP e o PCP apresentam grande coincidência» de posições constantes da plataforma reivindicativa apresentada pelos diri-

gentes da central sindical, referiu Carvalho da Silva.

Desenvolvimento económico e político, estabilidade

de emprego, melhor distribuição da riqueza, melhores salários, aumento das prestações de reforma e do

salário mínimo nacional (para 50 000 escudos em 1992), são alguns dos pontos que a CGTP pretende ver resolvidos pelo Governo.

Carlos Carvalhas, Secretário Geral-Adjunto do PCP, disse que a maioria das reivindicações apresentadas pela delegação da CGTP «estão contidas» no programa eleitoral do Partido.

Para lhes dar resposta «é necessário haver um novo governo e uma nova política», salientou, acrescentando ser possível que o Orçamento de Estado contemple as exigências da plataforma reivindicativa.



Teatro São Carlos

Gestão deficiente aumenta

descontentamento

A comissão de trabalhadores do Teatro Nacional de S. Carlos acusou o conselho de administração de «desenvolver uma política de estagnação dos seus valores artísticos» e de não atribuir qualquer prioridade ao desenvolvimento das potencialidades internas, à estabilidade dos seus corpos artísticos e à rentabilização das suas forças produtivas.

De acordo com esta estrutura representativa dos trabalhadores, que apresentou em conferência de imprensa uma análise do relatório de contas de 1989 do Teatro São Carlos, o conselho de administração, «prejudicando os seus trabalhadores, usou o grande crescimento das receitas e proveitos próprios para desbaratar com importações altamente dispendiosas de pessoal e material estrangeiro».

«Não fazendo com que a sua orquestra actuasse 85 vezes em lugar de 55, o conselho de administração

agravou artificialmente os défices normais do sector, não agraciando as 100 actuações da sua companhia de bailado, que se ficou pelas 53 actuações, acentuou ainda mais as arritmias da sua lógica gestonária», acrescentou a comissão.

Na análise ao relatório de contas de 1989, a comissão de trabalhadores considera que o documento «é esclarecedor acerca dos níveis de aprofundamento de contradições de toda a ordem que o conselho de administração tem levado a cabo», sendo igualmente patente o «desequilíbrio entre o que se denomina de proveitos próprios e a dimensão dos custos».

Ainda segundo a comissão de trabalhadores, a estratégia da administração do São Carlos desembocou num descontentamento e instabilidade laboral que levaram e levarão, alerta, «se tudo continuar neste pé, a movimentações laborais, greves e conflitos de vária ordem e dimensão».

Têxteis em Coimbra

Crise reclama medidas urgentes

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Centro alertou para a situação das cinco principais empresas do sector sediadas em Coimbra, onde se verificam «graves estrangulamentos financeiros» que poderão levar, a curto prazo, ao seu encerramento.

Numa exposição recentemente enviada ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministros do Emprego e Segurança Social e da Indústria, a direcção do Sindicato observa que as empresas Mondorel, Ideal, Francis-

co Martins, Colsi e Fiacco «atravessam uma grave crise» que poderá pôr em risco a continuidade de centenas de postos de trabalho.

A Direcção do Sindicato sublinha que o Estado, além de ser, através do IIEFP, o «principal credor das empresas», detém «responsabilidades, que partilha com os demais órgãos de soberania, na procura de soluções que evitem o encerramento das firmas e o despedimento de centenas de pessoas».

A estrutura salienta ainda que, a verificar-se, o encerra-

mento constituiria um «grave problema social num concelho onde não se vislumbram alternativas de emprego».

O grupo das cinco empresas, com décadas de existência, emprega mais de dois milhões dos 4500 trabalhadores que laboram no sector têxtil do concelho, encontrando-se «em perigo» cerca de 50% dos postos de trabalho deste ramo de actividade.

A estagnação tecnológica e o não ajustamento dos métodos e processos produtivos à abertura de mercados e ao conseqüente acréscimo de

concorrência no sector são, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro (STTLVC), as causas que conduziram à «degradação financeira» das referidas empresas.

Na perspectiva do STTLVC, a situação só pode ser ultrapassada se se proporcionar às empresas meios para alterarem os respectivos passivos, criando as «condições necessárias para a candidatura aos incentivos já existentes e aos que surgirem para a modernização do sector têxtil».

Governo viola a Constituição

— acusa a CGTP

A CGTP acusou o Governo de «não cumprir a Constituição e a lei» ao ter «desprezado, em absoluto, as opiniões manifestadas no decurso da discussão pública» e as tomadas de posição dos órgãos de trabalhadores sobre o «pacote laboral».

Esta posição, tornada pública em comunicado divulgado na semana passada, surgiu na sequência de uma reunião da secção especializada do Conselho Permanente de Concertação Social, no decorrer da qual a CGTP apresentou um documento onde manifesta o seu mais «veemente protesto por o Governo não ter acolhido as propostas de alteração ao "pacote laboral"».

«Segundo informações prestadas pelo próprio Go-

verno — acrescenta a central sindical — houve 1141 tomadas de posição de organizações de trabalhadores que apresentaram, todas elas, propostas de alteração aos diplomas em discussão, mas o Governo não acolheu uma única».

Por isso, a CGTP manifestou a sua preocupação «perante a forma como o Conselho Permanente de Concertação Social tem funcionado após a assinatura do Acordo Económico e Social e no decurso da discussão pública do "pacote laboral"».

«Constata-se que o Governo tem vindo a utilizar o Conselho no sentido de dar cobertura a posições desrespeitadoras da Constituição da República e da Lei», sublinhou ainda a central sindical.

Formalizado o despedimento de 465 trabalhadores da AEP

CGTP-IN protesta formalmente junto do Governo

Formalizado em 8 do corrente o despedimento colectivo de 465 trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa (AEP) foi alvo de um protesto formal da CGTP-IN junto do Governo.

Manuel Lopes, dirigente da Central, disse à Lusa que a situação é «inadmissível».

A empresa que pertence à holding Centrel, presidida por Rocha de Matos, tam-

bém presidente da Associação Industrial Portuguesa, recebeu subsídios do Estado para reconversão tecnológica.

«A única reconversão que fez, disse Manuel Lopes, foi despedir trabalhadores».

A AEP já teve um quadro de pessoal com mais de três mil efectivos. Hoje terá, se tanto, 200 trabalhadores.

Sabotagem na Automática

Entretanto, trabalhadores da empresa concentraram-se na passada semana junto à presidência do Conselho de Ministros para exigirem que o Governo contrarie o processo de despedimento colectivo.

Na ocasião, representantes sindicais recordaram que o IPE (Investimentos e Participações do Estado)

tem 48 por cento do capital da empresa, tendo o Estado disponibilizado em 1986 dois milhões de contos para a reestruturação da AEP.

Na opinião da direcção sindical este despedimento culmina «onze anos de sabotagem da empresa» durante os quais o número de trabalhadores se reduziu de 3500 para os actuais 686, muitos destes com mais de 30 anos de casa.

Golfo

Novas ameaças de intervenção militar

A tensão sobe novamente no Golfo, com a multiplicação de declarações e ameaças de uma nova intervenção militar contra o Iraque. Naturalmente invocando, uma vez mais, pretextos que possam ser bem aceites em termos de opinião pública: contra o desenvolvimento de armas nucleares pelo Iraque ou para impedir a perseguição dos curdos.

Concretamente, o presidente norte-americano, George Bush, disse apoiar a proposta francesa de uma nova acção militar, nas circunstâncias referidas. Proposta que aliás não seria propriamente de iniciativa francesa, pois já antes a imprensa americana referia essa eventualidade.

Na expressão deste formal apoio a Mitterrand, Bush foi acrescentando que os Estados Unidos não permitirão «o levantamento das sanções» internacionais contra o Iraque nem normalizarão as suas relações com este país «enquanto Saddam Hussein estiver no poder».

«Saddam Hussein — disse — prejudica o seu povo, a melhor coisa que pode acontecer é ele ceder o lugar».

Curiosa preocupação numa zona geográfica dominada por ditaduras, que Washington entretanto apoia sem idênticas preocupações.

Mitterrand, por seu turno, anunciou que Paris e Washington manterão «contactos constantes para se informarem mutuamente da realidade das ameaças» do desenvolvimento da arma nuclear pelo Iraque.

Em simultâneo com estas tomadas de posição públicas, e segundo o jornal «Sunday Telegraph», o primeiro-ministro britânico, John Major, irá utilizar a cimeira do «Grupo dos Sete» para pedir ao presidente norte-americano que se «prepare para uma nova acção militar» contra o Iraque se este país não cumprir as exigências da ONU.

O mesmo jornal adiante afirmações particularmente preocupantes dizendo que, apesar dos desmentidos oficiais, peritos em defesa calculam que o anúncio da retirada das forças multinacionais estacionadas no norte do Iraque «pode estar relacionado com um eventual ataque aéreo» contra alvos iraquianos.

Entretanto, também em Israel foram surgindo declarações sobre o «perigo nu-

clear» do Iraque. Numa entrevista à rádio militar, o ministro israelita da Polícia, Roni Milo, afirmou que Israel não pode aceitar a existência de um potencial nuclear árabe, particularmente no Iraque.

Esta clara convergência de declarações ameaçadoras surge num momento em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas exige ao Iraque que forneça, até 25 de Julho, todas as informações necessárias sobre o seu potencial nuclear.

Já depois deste conjunto de declarações, o chefe da delegação da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), a trabalhar no Iraque, afirmou que a lista agora

entregue pelas autoridades iraquianas «contém as informações exigidas sobre as quatro categorias de instalações especificadas e foi entregue a tempo». O porta-voz da organização acrescentou ainda que «se admitirmos que as instalações mencionadas são modestas, pode-se dizer que o Iraque não possui mais do que 500 gramas de urânio enriquecido».

De concreto, e de par do concerto de ameaças por parte dos EUA, França, Grã-

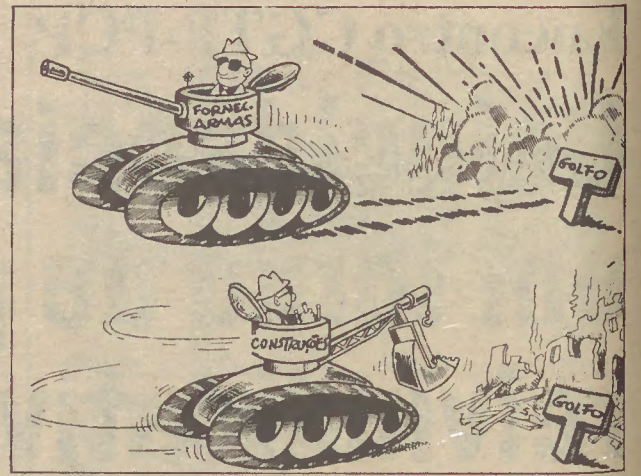
Bretanha e Israel, temos a criação, nestes dias, de uma força multinacional, com base nos efectivos deslocados do norte do Iraque, e que ficará estacionada na Turquia.

Nesta força de intervenção rápida, a participação norte-americana deverá representar cerca de um terço, integrando ainda militares de França, Grã-Bretanha, Itália e, possivelmente, Espanha, Holanda e Turquia.

Um processo que se desenvolve, entretanto, num contexto diferente do que precedeu a trágica guerra do Golfo (de que ainda se desconhece de facto o número de vítimas).

O presidente egípcio, Hosni Mubarak, assegurou que o Egito não participará numa nova operação militar contra o Iraque.

No Irão, a mais alta instância dirigente, o Conselho Supremo da Segurança Nacional, exprimiu «dúvidas quanto à sinceridade dos Estados Unidos e de outras potências no seu projecto de desarmar o Médio Oriente», insistindo que uma redução de armas na região «não pode ser separada do desarmamento no mundo».



O caos depois da guerra

Num momento em que a tensão parece estar a subir novamente na região do Golfo, aqui reproduzimos parcialmente um comentário da jornalista Olga de Alvarez, inserido nas páginas da «Tribuna Popular», do Partido Comunista da Venezuela.

A guerra do Golfo terminou oficialmente há poucos meses. A vitória das forças armadas, eufemisticamente denominadas de «aliadas», cobriu de glória os generais norte-americanos que as comandavam e que hoje podem utilizar no campo político e financeiro as suas «façanhas» guerreiras.

Mas na Jordânia, no Iraque, na Palestina e no Líbano, a guerra continua, agora ainda em condições mais dramáticas que antes da intervenção americana. A repressão no Iraque, as incursões israelitas no Líbano e na Palestina, a revolta curda e shiita, desenrolam-se numa situação de caos económico quase total, consequência directa da guerra do Golfo. No Iraque há fome, epidemias, a quase total destruição do sistema de água potável e das vias de comunicação.

A vitória norte-americana significou apenas a «libertação» do Kuwait das forças de ocupação iraquianas. Nenhum dos outros objectivos invocados antes e durante o conflito foi alcançado.

«Onde estão os ganhos?», pergunta-se o comentarista norte-americano Anthony Lewis. «Será o mundo um lugar mais seguro depois de toda a retórica moral sobre os objectivos desta guerra?»

Embora os Estados Unidos não tenham alcançado um dos seus objectivos básicos, que era a queda de Saddam Hussein, a guerra é apresentada como o maior êxito militar de toda a sua história. De facto, a «libertação» do Kuwait custou a vida de apenas 150 soldados norte-americanos, uns mor-

tos em acção, outros em acidentes de aviação.

Mas do outro lado há pelo menos 100 mil soldados iraquianos mortos na guerra, mais de 70 mil civis vítimas dos bombardeamentos, e ninguém sabe quantas são as vítimas civis e militares dos confrontos entre os curdos, os shiitas e o exército iraquiano.

Na avaliação feita pelas potências vitoriosas, essas vidas não contam. A sua lógica militar e política ficasse pelas contagens das suas próprias forças. Os outros não contam.

A lógica contemporânea da conquista consiste em invadir os países que por qualquer razão se tornem incómodos para o império. Os exércitos chegam com a sua elevadíssima tecnologia bélica, provocam a mudança política conforme os seus interesses, ficam o tempo que os seus políticos consideram necessário e retiram-se então, deixando o país «libertado» amarrado por acordos militares e económicos que tornem impossível qualquer tentativa de mudar a situação criada.

As forças aliadas estão lentamente a abandonar os territórios do Golfo Pérsico e deixam atrás de si países que, como o Kuwait e a Arábia Saudita, afinam as suas ditaduras, em vez de entrar pelos caminhos da democracia, como figuravam nas promessas da propaganda norte-americana durante o conflito.

Os Estados Unidos, para além de garantirem para si o controlo do petróleo árabe, fortaleceram decididamente um mercado para as armas, dada a instabilidade política existente na região. Neste momento, os produtores norte-americanos batem-se com os de outros países pelo negócio de rearmar os árabes. Durante a guerra, o governo norte-americano falava de desmilitarização da região. Era apenas mais uma das suas manobras propagandísticas.

Curdos da Turquia

Onze pessoas foram assassinadas e outras três detidas numa grande operação repressiva desencadeada pela polícia em Istambul, contra as organizações de esquerda.

Assassinatos que se sucedem a uma outra acção policial, quando do funeral, em Diyarbakir, sudeste da Turquia, de um dirigente do Partido Popular do Trabalho. Então a polícia (segundo os números oficiais) matou três pessoas e feriu 60.

Este agravamento da mais violenta repressão contra as forças de esquerda e os curdos da Turquia, tem dado origem a grandes protestos, em particular dos curdos, quer na própria Turquia, quer no estrangeiro, onde há grandes comunidades de emigrantes.

Milhares de curdos manifestaram-se nestes dias em diversas localidades da Anatólia, região turca de maioria populacional curda, contra «as forças da ordem».

Em Paris e em Londres, algumas centenas de curdos realizaram uma greve de fome de 48 horas, «contra a guerra que o Estado turco move contra os curdos».

Em Bruxelas, 50 curdos ocuparam pacificamente a delegação da Amnistia Internacional, como forma de protesto contra a repressão.

Síria e China

A Síria e a China afirmam, em comunicado comum, que só com a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados pode haver estabilidade na região.

«As duas partes — diz-se no comunicado emitido no final da visita que o primeiro-ministro chinês Li Peng, efectuou à Síria — analisaram a perigosa situação no Médio-Oriente e sublinharam que a estabilidade na região não pode ser alcançada se Israel não abandonar todos os territórios árabes que ocupou em 1967».

O comunicado refere ainda que os dois países apoiam os esforços actualmente em curso para alcançar a paz através do cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

Palestiniano Morto

O exército israelita matou a tiro um jovem palestiano, na cidade de Jenin e pelo menos sete outros palestinos ficaram feridos num total de quatro confrontos na Cisjordânia.

Os confrontos sucederam-se quando soldados, apoiados por helicópteros, efectuaram uma gigantesca operação de busca casa-a-casa na cidade de Nablus, tendo sido imposto o recolher obrigatório naquela região de 120 mil residentes.

Propostas Americanas

O presidente sírio considerou aceitáveis as últimas propostas norte-americanas para a realização de uma conferência de paz para o Médio Oriente, sublinhando que tais propostas partem «das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU que garantem os legítimos direitos políticos dos palestinos».

O presidente sírio referiu ainda os esforços de Bush para que os EUA e a União Soviética sejam «a força motriz do processo de paz e assegurem o sucesso da Conferência», e manifestou a sua satisfação por ter sido atribuída à ONU uma «importância especial» e por ter sido aceite a participação europeia na Conferência.

Pacifista Israelita

O pacifista israelita Abbie Nathan, foi detido para interrogatório no aeroporto de Telavive, depois de um encontro em Tunes com o dirigente da OLP, Yasser Arafat.

Nathan, de 64 anos, fez greve de fome durante 40 dias em Maio e Junho para exigir a revogação de uma lei israelita que proíbe contactos entre israelitas e membros da Organização de Libertação da Palestina.

Em 1989, o pacifista esteve detido durante quatro meses por se ter encontrado com Arafat e está a ser julgado por um segundo encontro com o líder da OLP.

Nathan afirmou que continuará a trabalhar para promover o diálogo israelo-palestiniano.

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Uma das mais importantes obras do neo-realismo
Agora em 4ª edição, com introdução de Isabel Pais de Lima
Um livro indispensável na sua biblioteca

Soeiro Pereira Gomes

edições
Avante!

As alternativas para o Terceiro Mundo não passam por Londres

Em vésperas da reunião dos sete países mais industrializados do mundo — os G-7 (Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e Canadá) — alguns milhares de manifestantes juntaram-se no centro de Londres, apelando ao cancelamento das dívidas dos países do Terceiro Mundo.

Os organizadores da campanha pelo cancelamento da dívida afirmaram ser seu objectivo protestar contra a política seguida pelos sete em relação aos países devedores.

Uma questão candente, pelas repercussões dramáticas que tem ao nível da vida (e da morte) quotidiana das populações de vastas zonas da América Latina, África e Ásia.

A degradação da situação económica, em função das «políticas recessivas de inspiração liberal», destinadas a «assegurar a transferência de recursos» para cobrir os encargos com o serviço da dívida externa — foi uma questão recentemente abordada num encontro de movimentos e partidos políticos de esquerda da América Latina, realizado no México.

No documento aprovado neste encontro dá-se particular realce à necessária cri-

ação de alternativas a tal política.

«É indispensável pensar na nossa própria alternativa, com os nossos próprios critérios, a fim de evitar que as relações económicas com os países imperialistas e os mecanismos de mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva em relação aos países desenvolvidos», afirma-se no documento.

E sublinha-se: «A solução de fundo das dificuldades e problemas está hoje na transformação profunda das nossas sociedades e na integração política e económica da América Latina e do Caraíbe, que durante séculos incentivou as lutas de libertação e constitui hoje ideia motora para impulsionar a nossa efectiva emancipação face ao processo de reestruturação do capitalismo a nível mundial». Pretende-se assim «contribuir para forjar uma nova ordem internacional que respeite os nossos valores nacionais e corresponda às necessidades dos nossos povos».

Avançar para esse objectivo, «só será possível instalando nos nossos países Estados democráticos e independentes e governos empenhados na transformação, contando com um forte apoio e uma decisiva participação dos seus povos. Este tipo de apoio só será possível nos nossos dias com sociedades justas, democráticas e organizadas».

Neste processo deverão ter participação fundamental «os sectores afectados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos sectores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, de par dos sectores mais desprotegidos da sociedade».

Com esta perspectiva, trata-se, no plano económico, de uma «organização democrática da sociedade» que «defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida económica. Isto deverá ser feito numa

perspectiva antimonopolista e de justiça social».

Para os representantes da esquerda latino-americana, nesta base será possível «consolidar em cada um dos nossos países, os objectivos e valores comuns: democracia económica, política e social; respeito pelo voto e participação política directa e permanente do povo; pluralismo; direitos dos cidadãos; direitos humanos; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; protecção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos indígenas do nosso continente; solidariedade social e soberania nacional».

O documento aprovado no México sublinha particularmente a ligação entre justiça, igualdade e liberdade, reafirmando o «compromisso com a democracia económica, política e social, que consideramos valor permanente em todos os momentos de luta».

Destaca-se «a necessidade de articular as dimensões económica, cultural e social da democracia com a sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são assim inseparáveis da liberdade».

Nesta perspectiva a democracia, considerada como «processo aberto de criação de novos direitos», deverá incorporar «reivindicações e alternativas apresentadas pelo movimento das mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens e pelas nacionalidades e etnias — minoritárias ou não — que sofrem a opressão e discriminação nas nossas sociedades».



Delegação do PCP regressa do Extremo Oriente

Depois de visitar a China, a delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, deslocou-se à República Popular Democrática da Coreia e ao Japão.

À sua chegada a Pyoung Young a delegação do PCP foi acolhida por Li Zong Ok, vice-presidente da RPD da Coreia que ofereceu um banquete em honra da delegação com a participação de altos dirigentes do Partido do Trabalho da Coreia.

Álvaro Cunhal encontrou-se com Kim Il Sung com quem manteve uma

ampla troca de informações e opiniões em clima de amizade e solidariedade. Nas conversações que se realizaram nos dias 7 e 8 de Julho, participaram também Albano Nunes, membro do Secretariado do PCP, e Kim Young Sun, secretário do CC do PTC.

A delegação do PCP durante a sua estadia na RPD da Coreia visitou a Barragem do Oeste e empreendimentos e locais de interesse histórico e cultural.

Durante a visita ao Japão, que se realizou entre

os dias 10 e 14, a delegação do PCP realizou conversações com uma delegação do Partido Comunista Japonês, dirigida por Tetsuzo Fuwa, presidente do Presidium Permanente e presidente da Comissão Internacional do PCJ e Shoji Nihaize, membro do Presidium. Durante as conversações que se realizaram em ambiente de compreensão e camaradagem foi efectuada uma ampla troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e questões internacionais.

À delegação do PCP foi oferecido um jantar em que além da referida delegação participou Kazmo Shii, chefe do Secretariado. A delegação encontrou-se na sede da Central Sindical ZENROREN, com o seu secretário-geral, Kumagai Kanemichi. Visitou a cidade de Kawasaki onde se encontrou com o Comité do PCJ da Siderurgia Keihin Seitetsu.

A delegação do PCP seguiu depois para a Índia, tendo regressado ontem a Lisboa.

Congresso do PAICV

O reeleito secretário-geral do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, Pedro Pires, afirmou domingo, na Cidade da Praia, que «o PAICV, saído do V Congresso, é um partido novo, mais aberto à sociedade».

No discurso de encerramento do Congresso, que contou com a presença de perto de 300 delegados, Pedro Pires realçou também que «o Conselho Nacional eleito, ao congregar experiência e juventude numa composição plural, encerra em si uma proposta de modernidade e combatividade, enquanto pressupostos indispensáveis para inovar e vencer».

Para o dirigente do PAICV, «o V Congresso situou-se como fórum gerador de novas energias e entusiasmo, indispensáveis a revigoração do PAICV para os novos desafios que tem a enfrentar e deve vencer».

«Neste quadro, os novos estatutos aprovados (...) irão possibilitar que se imprima um *elan* novo a todo o processo de renovação dos órgãos e estruturas do partido, dos métodos e estilo de trabalho», salientou Pedro Pires, único candidato ao cargo de secretário-geral daquela organização.

Segundo o mesmo dirigente do PAICV, a declaração política aprovada pelos delegados «constituiu também um dos pontos altos do congresso» e representa um «quadro orientador e uma referência clara não só para os militantes, amigos e simpatizantes do PAICV, mas também para a sociedade em geral».

OUA condena

O presidente da Organização de Unidade Africana (OUA), Ibrahim Babangida, lamentou o levantamento das sanções norte-americanas contra a África do Sul.

Considerando-o um «gigantesco passo atrás para o movimento democrático», Babangida condenou o levantamento das sanções por poder encorajar os líderes brancos sul-africanos a fortalecerem as suas posições nas futuras negociações para um regime multi-racial.

Num encontro com diplomatas africanos Babangida, que é também presidente da Nigéria, afirmou que existem grupos de sul-africanos brancos «à espera de qualquer enfraquecimento da solidariedade internacional para tomarem vantagem com violência».

O presidente da OUA considerou que as reformas iniciadas pelo presidente Frederik De Klerk estão longe de cumprir as exigências do Congresso norte-americano, criticando por isso o anúncio do levantamento das sanções feito por George Bush.

Caso Letelier

O Supremo Tribunal do Chile decidiu reabrir a investigação ao assassinio, em 1976, em Washington, do antigo ministro e embaixador chileno Orlando Letelier.

Depois de ter recebido um pedido formal do governo do presidente Patricio Aylwin, o tribunal deliberou por nove votos contra sete nomear o magistrado Adolfo Banados para reabrir o caso.

A investigação de Banados deverá centrar-se na emissão pelo Ministério chileno dos Negócios Estrangeiros, em 1976, de vários passaportes falsos alegadamente usados por agentes da polícia secreta chilena para se deslocarem aos Estados Unidos para preparar o atentado.

Letelier, socialista e destacado opositor do antigo ditador Augusto Pinochet, foi assassinado, juntamente com um assessor norte-americano, Ronni Karpent Moffit, quando o carro em que viajavam foi alvo da explosão de uma bomba em 21 de Setembro de 1976.

Letelier era um antigo ministro e foi embaixador junto das Nações Unidas durante o governo do presidente Salvador Allende, que foi derrubado por Pinochet num golpe sangrento em 1973.

Camponeses assassinados

Catorze pessoas foram mortas por membros do Exército peruano na localidade andina de Huancavelica, noticiou hoje o jornal «El Peruano».

Os habitantes de Rudiopampa, a 18 quilómetros de Huancavelica, afirmaram que, a 4 de Julho, os soldados chegaram àquela povoação, sem explicação alguma, e levaram à força de suas casas oito mulheres e seis homens de duas famílias.

Os membros do exército despojaram as vítimas dos seus bens, tendo os seus corpos sido encontrados mutilados oito dias depois por um padre, numa mina abandonada a 14 quilómetros de Rudiopampa.

Os camponeses tinham-se queixado ao fiscal especial de Huancavelica sobre a prisão destas pessoas, e por isso foram ameaçados por um oficial que os instou a retirar a denúncia sob pena de serem acusados de terroristas.

Hospital do Patrocínio corrompe saúde em Évora

Mau gasto dos dinheiros públicos, clientelismo, tráfico de influências, eleitoralismo, incompetência. A situação do Hospital do Patrocínio em Évora é um extenso libelo acusatório ao PSD e ao Governo.



O Hospital do Patrocínio esteve desde 1980 para ser integrado no Hospital Distrital de Évora. Depois, em 86, Leonor Beza resolve entregá-lo à Santa Casa da Misericórdia de Évora e à iniciativa privada. As obras necessárias, pagas pelo Estado,

nunca se fizeram. Mas quando chegam períodos eleitorais os trabalhos recomeçam e prometem-se inaugurações nunca concretizadas.

A situação foi de novo denunciada pelo PCP cuja Direcção da Organização Regional de Évora emitiu há

duas semanas um comunicado onde é feito um levantamento das ilegalidades vividas naquele serviço hospitalar.

O último desenvolvimento, agora que se aproximam as eleições, é o anúncio feito pela boca do Secretário



A cidade de Évora vive momentos difíceis no que diz respeito ao serviço hospitalar

de Estado da Saúde da aceitação das obras naquele hospital e a programação de uma nova inauguração nas vésperas do próximo acto eleitoral, «porventura abrilhantada pelo anúncio cabeça de lista do PSD que na impossibilidade de inaugurar estradas, pontes ou outras obras públicas que não construiu no distrito, se prepara para apanhar a boleia do seu colega da Saúde», diz o PCP.

Promessas eleitorais

A história remonta a 1980. Então, igualmente em período eleitoral, Sá Carneiro anuncia num comício da AD em Évora a integração do Hospital do Patrocínio no Hospital Distrital e em 20 de Outubro desse mesmo ano celebra-se uma escritura pública entre a Liga Portuguesa contra o Cancro e o Hospital Distrital de Évora (HDE) para consumação do processo de integração.

Só em 1983, num despacho de sete de Abril assinado pelo então Secretário de Estado da Saúde, foi aprovado um programa integrado do Hospital Distrital prevendo a sua expansão para as instalações do Patrocínio, mas a concretização do acto foi sucessivamente adiada até 1985.

Até aí nunca fora inscrita no Orçamento de Estado qualquer verba que permitisse o arranque das obras.

Acusa o PCP, no comunicado a que fizemos referência: é «a hipocrisia das promessas eleitoralistas feitas anteriormente e sacrificadas logo a seguir no altar dos jogos internos das clientelas e compromissos dos partidos do Governo».

Só uma proposta do PCP apresentada em 1986 na Assembleia da República (AR) e à revelia do então minoritário Governo do PSD, consegue destinar uma verba de 70 mil contos para o reinício das obras.

Leonor Beza actua

Mas nesse mesmo ano Leonor Beza entrega com carácter definitivo à Santa Casa da Misericórdia de Évora a gestão do Hospital do Patrocínio, anunciando a possibilidade de uma parte das suas instalações serem utilizadas pela iniciativa privada.

A ministra manda entregar os 70 mil contos aprovados na Assembleia da República à Santa Casa de Évora e revoga o programa integrado do Hospital Distrital de Évora, contrariando assim a decisão do parlamento.

Por outro lado o protocolo assinado pelo Governo e a Santa Casa da Misericórdia de Évora viola a vontade do dador, os compromissos anteriormente assumidos pelos próprios Governos do PSD, a lógica da racionalização dos equipamentos de saúde inseridos no Programa Integrado do HDE anteriormente aprovado pelos próprios Governos PSD e configura utilizações abusivas do erário público quando determina que será o Estado a assegurar «os encargos totais relativos à conclusão das obras necessárias ao edifício bem como o respectivo equipamento» de uma estrutura que é entregue para exploração do sector privado.

Tudo isto culmina com a demissão do então Conselho de Gerência do HDE que

chegou a colocar o ministério em tribunal. É nomeada uma Comissão Instaladora da confiança de Leonor Beza. Significativamente um dos primeiros actos desta comissão foi retirar de tribunal todos os processos contra o ministério.

Foram assim «cilindradas insuspeitas vezes da própria área do PSD que ou saram, em obediência à sua consciência, recusar ser cúmplices de tão escandaloso acto» sublinha, o PCP.

PCP propõe inquérito e intervenção do Tribunal de Contas

O PCP decidiu propor na Assembleia da República um inquérito a todo o processo do Hospital do Patrocínio, em Évora, e requereu a intervenção do Tribunal de Contas. Por outro lado os comunistas reclamam a rápida concretização das obras deste hospital e a sua reintegração no Hospital Distrital de Évora que tem necessidades de expansão e de outras valências de âmbito regional.

Desde sempre o PCP tem acompanhado o caso do Hospital do Patrocínio, intervindo e empenhando-se tanto no plano autárquico como na Assembleia da República no sentido de colocar definitivamente esta instalação ao serviço da população.

Intervenções, requerimentos e a proposta de inscrição no orçamento do Estado de 1986 de 70 mil contos para as obras no Patrocínio foram algumas iniciativas dos comunistas no Parlamento.

A Assembleia Municipal de Évora realizou por proposta dos eleitos do PCP uma sessão extraordinária para debater a situação de que resultou a aprovação de uma moção enviada ao Ministério da Saúde onde se questionava a evolução do processo, designadamente a cobertura orçamental das verbas entretanto gastas com a obra entregue à Misericórdia.

Diga-se que em resposta o Ministério diria que em 1988 e 1989 gastaram-se 600 mil contos mas, significativamente, não explicaria a origem das verbas ou a respectiva cobertura orçamental.

No passado dia 18 de Junho o Ministro da Saúde esteve na Assembleia da República para debater a situação do Patrocínio depois de os deputados comunistas eleitos por Évora terem apresentado uma requisição nesse sentido.

Dessa reunião concluiu-se, para os deputados comunistas, da irregularidade de todo o processo conduzido pelo PSD no Ministério da Saúde como acabou por ser reconhecido pelo próprio ministro e pelo secretário de Estado Jorge Pires em entrevista a um órgão de comunicação social.

Por outro lado regista-se a ausência de qualquer programa que justifique as verbas despendidas com o total descontrolo das despesas realizadas e vultuosas dívidas aos empreiteiros.

«O Hospital estava a ser construído de forma luxuosa», diria o próprio secretário de Estado.

Uma situação a que não será alheio o facto de o Ministério ter empossado uma chamada *equipa de projecto* com funções simultâneas de execução e fiscalização da obra.



Os médicos do Hospital Distrital tomam a sua vida profissionalmente a sério e concretizam com um mínimo



a festa!

AMORA-SEIXAL • 6, 7 e 8 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 5
18 de Julho de 1991
Não pode ser vendido
separadamente

EM SETEMBRO

VER
OUVIR
CANTAR
DANÇAR



A «festa» está aí. Em Setembro vamos lá: ver, ouvir, cantar, dançar.

Falemos de algumas novidades. A XV edição da Festa do «Avante!» vai este ano apresentar desfiles de moda. Trata-se da apresentação de modelos de vestuário, recorrendo ao desfile de manequins, numa iniciativa inserida num conjunto que se prepara especialmente dedicado à juventude.

A «festa!» vai também comemorar os 50 anos de carreira do escritor Manuel da Fonseca e evocar os nomes dos escritores Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes, representantes do movimento neo-realista, sobre cujo surgimento passaram 40 anos.

Os filatelistas vão ter também o seu espaço e a possibilidade de observarem duas exposições: uma sobre a relação entre a arte e os selos, outra sobre o percurso da filatelia portuguesa desde a instauração da República até ao presente.

Finalmente fale-se da Cidade Internacional: ali vão estar presenças habituais de partidos amigos de vários países, mas o destaque vai para a presença da América Latina com presenças como é o caso da Bolívia. Asseguradas estão já as presenças de Cuba, URSS, China, República Popular da Coreia, França, Espanha, Grécia e da Fretilin de Timor-Leste. A solidariedade será o grande tema do pavilhão onde se situará a Cidade Internacional da «festa!».

A sétima Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» funcionará nos moldes anteriores, isto é, em forma de completa abertura às mais diferentes técnicas, processos e correntes estéticas das artes plásticas nacionais. A Bienal será, mais uma vez, uma das importantes componentes culturais do Pavilhão Central da «festa!». Esperam-se mais de 500 participantes entre artistas consagrados e jovens.

Falta apenas mês e meio! Lá estaremos, todos, para o reencontro: os cenários, cores, sons, luzes, sentimentos, objectos, pessoas, trabalho... Colóquios, música, artes plásticas. Teatro, desporto, folclore, artesanato, jogos tradicionais, gastronomia.

Adquirindo uma Entrada Permanente (EP) teremos acesso a esse mundo e a sua compra antecipada permitirá que ele seja melhor, mais rico, mais diversificado.

Os aspectos de divulgação da «festa!» estão a ser neste momento trabalhados, podendo já um pouco por todo o país serem vistos cartazes e pendões alusivos à XV edição deste acontecimento político-cultural.



Desporto na Atalaia

O desporto vai estar na «festa!». Pesca desportiva, chinquinho, tiro ao alvo, xadrez, cicloturismo, futebol de salão, damas, atletismo e canoagem. Antes e durante a «festa!».



Cicloturismo

Modalidade cada vez mais querida daqueles que após uma semana de trabalho pedalam para descontraír, preservar a saúde e aprender. O cicloturismo permite conhecer lugares, episódios, espaços.

Convívio é norma para quem pratica este desporto.

No dia 1 de Setembro centenas de cicloturistas vão partir e chegar ao local da «festa!»: a Atalaia. Será a primeira grande prova cicloturística da Festa do «Avante!». A concentração é às 8 e 30 com partida prevista meia-hora depois.

A organização está a cargo do Núcleo Cicloturista das Torcatas com o apoio da Federação respectiva estando já as inscrições abertas.

Futebol de Salão

Portugal é campeão mundial de futebol de salão. Desde sempre a «festa!» tem apoiado esta modalidade. Decorrem já os torneios concelhios que irão dar lugar às distritais para no final serem apuradas as quatro melhores equipas nacionais que disputarão as finais nos dias sete e oito de Setembro na Atalaia.

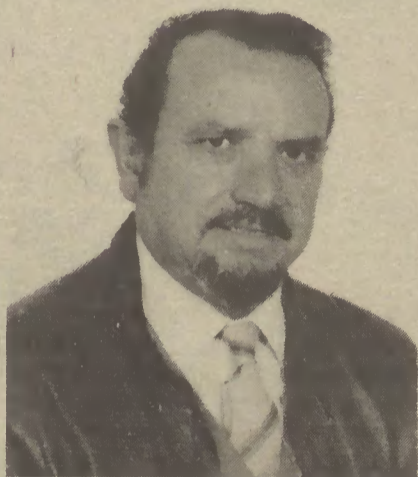
Aliás do concelho de Beja recebemos já resultados da 1.ª fase da prova ali realizada. A segunda fase terá início na próxima segunda-feira e aproveitamos para lembrar aos árbitros e delegados das equipas apuradas que amanhã às 21 horas realiza-se uma reunião para tratar do sorteio e outros assuntos de interesse nas sedes do PCP na Rua da Ancha, 21.

Já agora para a posteridade aqui ficam os nomes das equipas apuradas em Beja para a segunda fase deste torneio de apuramento para a «festa!»: José Alberto Oliveira; Café Zeca; O Portão; Papelaria Samid; Salão de Jogos Relax; Café Beira Torre; Doce Fino e Boavista.

Xadrez

Esta é uma das modalidades que em termos de participação na «festa!» cresce de ano para ano. Simultâneas e torneios realizam-se antes e durante a própria «festa!» e aqui fica a chamada de atenção para o dia 4 de Agosto, onde na Sociedade Musical Cinco de Outubro em Paio Pires se organizará uma iniciativa que promove e divulga esta modalidade e a competição na Atalaia.

Eles apoiam a Corrida da «festa!»



Manuel Viegas
Vice-presidente da Federação Portuguesa de Atletismo entre 1976 e 1988.



Mário Luiz Salvo Paiva
Glória do atletismo do Benfica. Antigo presidente da Associação de Atletismo de Lisboa organismo do qual é o actual presidente da Mesa da Assembleia Geral. Assessor do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa.



Bernardino Pereira
Treinador da atleta Albertina Dias



Bernardo Manuel
Professor de Educação Física, membro da direcção técnica da Federação Portuguesa de Atletismo. Treinador do meio fundo do Sporting, clube de que foi atleta internacional tendo em 1981/82 sagrado-se campeão da Europa de Corta-Mato em Itália.

«Com a Revolução de Abril vários sectores de actividade portuguesa foram positivamente afectados e o desporto não fugiu à regra. O atletismo como surto de desenvolvimento em vários sectores, não podendo olvidar-se o papel activo do PCP através das suas organizações, com a realização de várias acções desportivas, culminando com a grande corrida da Festa do «Avante!»».

«É de louvar mais esta iniciativa, pois é neste tipo de corridas que aparecem novos valores para o nosso atletismo. Bem haja a organização da Corrida do «Avante!»».

«Todas as iniciativas desta natureza são de louvar. As provas de estrada em Portugal têm tido um grande incremento e a Corrida da Festa do «Avante!» vem reforçar esta componente desportiva. Os atletas José Dias, Luís Horta, Fernando Fernandes e outros, participantes nas edições anteriores, têm sido um bom exemplo da confraternização com os chamados *atletas de pelotão*. Como técnico faço aqui um apelo para que o maior número possível de atletas participe nesta prova».

«A corrida constitui, na actualidade, uma verdadeira manifestação de natureza popular, que, cada vez mais, atrai as pessoas a qualquer nível. O desenvolvimento desta actividade deve-se sobretudo a factores de euforismo endógeno, como por exemplo o prazer de correr, o hábito de manutenção e mesmo como função terapêutica.

Os êxitos desportivos obtidos pelos nossos mais cotados atletas, com expressão máxima em Carlos Lopes e Rosa Mota, transmitiram ao processo uma mensagem tipo *marketing*, de resultados e estímulos visíveis. Não é de estranhar portanto, até pela irreversibilidade do fenómeno, que um pouco por todo o lado, se organizem provas abertas, ou seja de carácter popular. Nestas iniciativas,

muitos dos praticantes se apresentam com objectivos distintos, por vezes em oposição, de que destaque entre outros, o convívio, o teste de capacidade e a competição. A Meia Maratona da Nazaré e a novíssima Meia Maratona de Lisboa apoiada pela Câmara Municipal de Lisboa, devido à sensibilidade do vereador do Pelouro do Desporto, eng.º Rego Mendes, traduzem pela sua envergadura o tipicismo referido. É neste quadro que surge também a «Corrida do Avante!», que evidencia bem marcadamente uma louvável característica popular. Organizada habitualmente em Setembro, enquadrada nos festejos alusivos ao jornal «Avante!», tem suscitado grande entusiasmo e participação expressiva».



Damas

Vai acontecer aquela que certamente será a maior simultânea alguma vez realizada no nosso país: é já no domingo que vem num acontecimento que prepara a participação na «festa!» de uma modalidade por ela sempre acarinhada.

Muitos irão, mais uma vez, procurar soluções com a cabeça entre as palmas das mãos e ver o relógio a esgotar o tempo...

Tiro ao alvo

Modalidade que conta com cada vez maior número de atletas, onde a presença feminina vem acontecendo num crescendo constante, é a segunda vez que se faz representar na Festa do «Avante!». A prova de promoção terá lugar no dia 24 de Agosto com o apoio do Clube Recreativo Pombalense estando as inscrições abertas.

Na «festa!», claro, terá um pavilhão próprio.

Chinquilho

Não podia faltar à «festa!». «Lá vai a malha» poderia ser um termo para designar este desporto tão popular, praticado por tantos e tantos entusiastas.

Desde a malha grande que chega a pesar cinco quilos até à malha pequena, são centenas os praticantes.

É um desporto de permanente convívio, sempre acompanhado por petiscos diversos. Acaba sempre em bem e os vencedores são incontestáveis.

No dia 4 de Agosto no Clube Recreativo Pombalense terá lugar uma prova de apresentação da iniciativa. Na «festa!» haverá mais.

Pesca

Foi nos antigos estaleiros do *Olho de Boi*, onde hoje se encontra o Museu Naval da Câmara Municipal de Almada, que se realizou no passado dia sete uma prova de pesca pela primeira vez integrada no calendário de provas da Festa do «Avante!»

Os pescadores começaram a dar banho à minhoca às oito da manhã numa prova que durou cinco horas. Peixe raro no Tejo é a sarda mas, curiosamente, parece ter desejado participar nesta festa. As espécies mais apanhadas foram no entanto o robalo, a tainha, as sarguetas, o garrento e as douradas.

Ao todo os 22 participantes pescaram quase 23 quilos de peixe e o maior exemplar foi apanhado por Joaquim Gonçalves: uma bela tainha com dois quilos 530 gramas.

Uma jovem rapariga de 13 anos e um jovem pescador com apenas seis anos estiveram presentes. Foram entregues prémios para as três melhores equipas e do 1º ao 10º classificados e ainda para o melhor exemplar e o mais jovem pescador.

Na própria «festa!» vai realizar-se uma prova de pesca, o que acontecerá pela primeira vez.

Entretanto para os entusiastas da modalidade fica o aviso que em Idanha-a-Nova decorre no próximo dia 28 o aí já tradicional convívio de Pesca Desportiva promovido pela comissão concelhia do PCP, estando as inscrições abertas até ao dia 26 pelos telefones 077/22310 e 072/22070 ou ainda nos centros de trabalho do PCP.

À pesca seguir-se-á um almoço, para o qual estão convidados todos os não pescadores que o desejarem, após o qual se entregarão os prémios da prova.

Os candidatos CDU pelo círculo de Castelo Branco estarão presentes.





*... escrevem tanto
 escrevem tanto
 mas
 não dizem nada
 dos
 artistas...*

E' JÁ P'RA SEMANA SUPLEMENTO ESPECIAL A CORES

ora



Fiscal de si próprio

Depois é o regabofê. Em Maio de 87 Leonor Beleza nomeia uma *equipa de projecto* para o Hospital do Patrocínio com estas funções: coordenar, elaborar o programa e executar o projecto. Um dos elementos desta *equipa* é nomeado para fazer a *fiscalização geral do empreendimento* que ele próprio como elemento dessa *equipa* de projecto programa e executa. Este «fiscal de si próprio» era

então Director Regional das Instalações e Equipamentos do Sul.

A verdade é que as obras pouco avançaram até às vésperas das eleições autárquicas de 1989. Mas com eleições à porta foram imediatamente retomadas e fizeram-se as respectivas promessas públicas de inauguração.

As eleições passaram e imediatamente tudo paralisou. Agora fazem-se novas promessas e as obras, no Patrocínio, recomeçam...



O direito à saúde deve ser defendido por todos

Comissões de Base de Saúde O direito de participar

«Saúde, o direito de participar» é o lema do oitavo Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde que no próximo sábado realizar-se-á nos pavilhões do Rossio, em Évora, cidade onde a situação dos serviços de saúde, nomeadamente a nível hospitalar, atravessa momentos de instabilidade nunca antes vistos, conforme nestas páginas do «Avante!» damos conta.

Num documento de apresentação deste Encontro faz-

se uma primeira análise do que hoje, em todo o país, vivemos neste domínio: «degradação, desorganização, alienação e conseqüente incapacidade de resposta dos serviços oficiais de saúde face às necessidades da grande maioria da população».

Tal é possível pela alteração introduzida no artigo 64.º da Constituição que abriu portas a uma política governamental a retirar ao Estado a obrigação de garantir o direito à saúde aos portugueses.

Assim o orçamento para a saúde é em Portugal o menor da CEE. São entregues serviços oficiais à exploração privada com fins lucrativos. Governamentalizam-se as gestões dos órgãos do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Mantêm-se as ARS em regime de instalação, atrasando a regionalização dos serviços de saúde. Tomam-se medidas demagógicas e irresponsáveis como a abertura de novas urgências sem as condições necessárias, deslocando

do pessoal de serviços já deficitários, fechando-se ou reduzindo-se as unidades de internamento dos centros de saúde.

É opinião das Comissões de Base de Saúde, expressa no documento a que fazemos referência, que a melhor maneira de contrariar a acção destruidora do Governo e para construir um SNS geral, universal, eficiente, descentralizado e gratuito «é conseguir o envolvimento e a participação activa de cada um e de todos na luta pelo direito à saúde».

Para este Encontro estão convidados órgãos de Poder Local, do movimento sindical, de reformados, deficientes, grupos parlamentares e de saúde dos partidos políticos que defendem o SNS e muitas outras organizações e individualidades com objectivos convergentes no sector.

No encontro far-se-á a análise da situação na saúde, documentada pela divulgação dos resultados de um inquérito que está a ser efectuado em vários distritos do país pelas Comissões de Base de Saúde. Em debate estará também o tema da participação dos cidadãos e dos seus organismos representativos no planeamento, gestão e controlo dos órgãos do SNS com atenção para os aspectos técnico-profissionais, sócio-culturais, éticos e políticos.

O Encontro é aberto a todos aqueles que nele quiserem participar e começa às dez horas da manhã.

Médicos do Hospital Distrital de Évora contra administração

A situação hospitalar em Évora atravessa momentos difíceis, com óbvios prejuízos para as populações. Para além do caso do Hospital do Patrocínio, também no Hospital Distrital de Évora a instabilidade vigora. Culpa para a política de saúde do Governo PSD.

O último desenvolvimento ocorreu sexta-feira passada. Setenta e dois médicos deste hospital subscreveram um abaixo-assinado em que denunciam a situação a que se chegou e declinam qualquer responsabilidade no funcionamento deficiente do hospital.

«Grande parte dos problemas existentes resulta de

uma gestão autocrática, sem diálogo e demagógica», diz-se nesse documento.

Os médicos do Hospital Distrital de Évora afirmam que este «está a funcionar em condições que se têm degradado e que não correspondem aos meios técnicos, humanos, de instalações e situação sociogeográfica de que dispõe».

Mais adiante, o documento afirma que «os aspectos relevantes do funcionamento do Hospital são preteridos em favor de questões secundárias» estando o quadro médico preenchido apenas a 23 por cento com ausência de unidade de cuidados intensivos.

E os médicos de Évora vão mais longe, segundo eles a classe «sente-se perseguida e sente o peso do controlo administrativo de todo o hospital, com subalternização das funções dos directores de serviço, sem funcionamento do Conselho Médico e de momento sem órgãos de direcção médica».

Nas urgências a situação torna-se mais grave já que é ali que mais se sente a falta de preenchimento do quadro médico.

Por outro lado médicos credenciados têm-se afastado do Hospital Distrital de Évora, com relevo para o serviço de anestesia que deixou de dar cobertura à cirurgia

electiva tal é a deterioração do relacionamento e condições de trabalho ali existentes.

Uma situação a que não será certamente alheia a política de gestão hospitalar aplicada no tempo de Leonor Beleza ao nomear num grande número de hospitais portugueses gestores da confiança governamental com o afastamento, na prática, da classe médica das administrações hospitalares.

O abaixo-assinado foi entregue ao Ministério da Saúde, à Direcção-Geral dos Hospitais e ao Provedor de Justiça, segundo informação divulgada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul.



Evora denunciam situações que tornam o estabelecimento difícil de

A paixão do ministro da Educação

Fulminando as bancadas da oposição o ministro disse: a proposta do governo representa «verdadeiramente um orçamento da reforma educativa, que doseia o imperativo da quantidade com a paixão da qualidade, que aposta no alargamento do acesso sem descuidar a necessidade da excelência» (Roberto Carneiro, na Assembleia da República).

Os deputados da maioria entreolharam-se, entre pasmados e satisfeitos, com a súbita inspiração do ministro. Para o outro lado do hemiciclo, atónitos ao centro, mais à esquerda murmurando «mas que grande lata», os sentimentos dividiam-se.

Mas nem por um instante alguém entendera ou intuía apenas, a importância do que verdadeiramente acabara de passar-se.

Que o ministro tão só cumprira o anúncio profético da sua paixão.

E que seria entregue às gentes, criticado e atormentado das mais variadas maneiras e processos, e que tudo isso tinha um sentido que só a ele era dado conhecer e cujo final lhe robustecia os passos e enchia de comiseção o semblante com que enfrentava todos os ataques.

E foi assim que enfrentou estoicamente o longo caminho do mandato ministerial.

Que o analfabetismo ainda atingia um em cada cinco portugueses com mais de quinze anos e que alastrava o fenómeno do analfabetismo funcional, atiravam-lhe uns.

Que oitenta por cento das crianças da CEE, em média, frequentavam a educação pré-escolar, quando em Portugal ainda nem uma criança em cada três, apontavam-lhe outros.

E sempre propensos às comparações, iam-lhe os críticos lembrando que menos de metade dos jovens portugueses, com idades compreendidas entre os três e os vinte e quatro anos, frequentavam qualquer grau de ensino, quando na vizinha Espanha e em França esse valor se elevava já a setenta e quatro e setenta e sete por cento, respectivamente. E que a Espanha, com doze vezes mais alunos a tempo completo no ensino secundário e quase dez vezes mais no ensino superior, em relação a Portugal, representava um verdadeiro perigo para o nosso mercado de trabalho.

Um verdadeiro coro demoníaco perseguia-o para toda a parte e a todo o instante repetia, sem cessar, factos e números de atormentar.

Era o abandono da escolaridade obrigatória - sabia o ministro, por exemplo, que aos catorze anos mais de um quarto dos jovens já se encontrava fora da escola e que só no distrito de Braga, aos quinze anos, era quase metade?

E as taxas de reprovação? Um autêntico descalabro! Até os seus pares da CEE tinham tido necessidade de tocar no assunto - um em cada três alunos reprovados no ensino básico, antiga primeira e segunda classe da primária; taxas médias de reprovação nos nove anos da escolaridade obrigatória da ordem dos trinta por cento; índices de repetência no ensino superior que batiam todos os recordes; era de facto um assunto que as autoridades portuguesas precisavam de atalhar.

E as carências e a degradação de muitas instalações escolares, por todo o país e com falta, por vezes, dos recursos mais elementares? E os excedentes de alunos, as turmas sobrelotadas, o funcionamento escolar em regime duplo e triplo? Verdadeiramente de arrasar!

Não havia gabinete de imprensa ou serviço de imagem capazes de consertar tantos destroços depois das visitas.

Eles eram os professores, mafarricos, sempre a protestarem contra a falta de condições das escolas, a acusarem o ministro pela desmotivação e pelo abandono da profissão, a reivindicarem melhores condições de vida e de formação e a entrarem em greve só porque o ministério se atrasara a pagar os novos índices e escalões da carreira. Deixasse o ensino de ser público que eles teriam a resposta! Eles eram os estudantes, também com reivindicações e a ingratidão das jovens gerações.

Eles eram os pais, que em vez de defenderem os bons velhos valores, apareciam agora com coisas estranha-

mente concretas, críticas e reclamações que particularmente penalizavam.

Elas eram as autarquias, sempre a reclamarem verbas para custearem novas obrigações na área escolar.

Eles eram, também, os reitores das universidades públicas, atentos aos cortes de verbas do ministério, na linha do favorecimento do ensino privado em que o próprio ministro se vinha empenhando de modo muito especial.

Não conseguia o ministro fazer nada e em parte nenhuma, que não se erguesse de imediato o coro das críticas e dos protestos.

Legislava sobre quadros para afixar a excelência das escolas? Atiravam-lhe logo com os «quadros de honra» do tempo de Salazar e de Caetano...

Mandava uma bandeira nacional para içar em cada escola? Lembravam-lhe logo a seguir o que fazia falta em cada estabelecimento de ensino, para que o símbolo nacional fosse ali verdadeiramente respeitado...

Preparava legislação para substituir a avaliação escolar por atestados de frequência? Acusavam-no logo de pretender resolver na secretaria o grave problema do insucesso escolar e de só se preocupar com o branqueamento das estatísticas...

Legislava para substituir a gestão democrática das escolas e concentrar de facto a sua direcção num órgão unipessoal não electivo, o «director executivo»?

Erguia-se um enorme coro de protestos e acusavam-no de sonhar com os «reitores» do antigamente...

Mandava preparar a introdução, no ensino superior público, de propinas anuais de centenas de contos e de um sistema de empréstimos bancários para os alunos as poderem pagar? Aqui d'el rei, toda a gente o acusava da elitização da educação...

No último ano da legislatura a situação tornara-se particularmente penosa.

Primeiro foi o orçamento da educação, apresentado com uma discrepância de dezenas de milhões de contos em relação ao Orçamento do Estado da responsabilidade do Ministério das Finanças. Cairam-lhe em cima de todo o lado...

Depois, foi a ruptura em que entrou o sistema escolar. Parecia que um pirómano invisível se dedicava a atear problemas que o ministro, por mais que corresse e discursasse não conseguia jamais apagar...

A paixão anunciada aproximava-se do clímax e terríveis dúvidas tinham começado a assaltar o próprio ministro.

Foi o tempo de afirmar que «não podia inventar dinheiro» e que «os problemas da educação eram quase impossíveis de resolver» (Público, 15 e 17/11/90).

E o tempo também da renúncia: «não vejo que seja útil, e até que seja desejável para a minha sanidade mental e para o meu equilíbrio psíquico, afectivo e físico que este período extremamente duro de funções ministeriais possa ser prolongado por mais tempo... depois de quatro anos de ministro e de três e tal de secretário de Estado tenho direito à reforma política e julgo que devo dar o lugar a outro» (O Independente, 23/11/90).

Apesar de tudo, aguentou.

Sabia agora a data marcada para o desfecho, o sexto dia de Outubro.

Mas nem a certeza da previsão lhe trazia qualquer tranquilidade. Concentrados na sua cabeça, sempre à volta, girando como loucos sem parar, professores, alunos, pais, autarquias - reclamavam, exigiam, criticavam, acusavam - insensíveis à paixão da qualidade em que, por eles, se consumira.

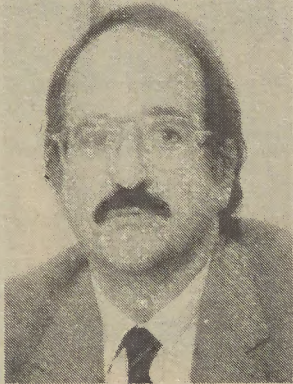
Apenas quando o olhar se fixava na moldura da parede frontal regressava a paz ao seu espírito. Naquele rosto, indecifrável e soturno, de monsenhor Escrivá de Balaguer, ele via o que via e sentia que algo o empurrava para voos em fundos sempre mais e mais azuis.

Tanta provação por que passara, algum reconhecimento deveria ter.

Com Jesus, que foi Jesus, o caso fora diferente.

Mas ele... e se ele conseguisse ressuscitar como ministro?

Parecia que um pirómano invisível se dedicava a atear problemas



Edgar Correia
Membro da C. Política do PCP

Maiorias absolutas e maiorias necessárias

■ José Casanova

Impressiona e preocupa a gula com que o PSD coloca como seu objectivo primeiro para as eleições de Outubro a obtenção da maioria absoluta. Na realidade, a experiência dos últimos quatro anos confirmou amplamente os perigos e perversidades decorrentes da maioria absoluta concentrada num só partido. A tentação de afrontamento dos princípios democráticos que povoa a liderança do PSD e atinge a sublimação em Cavaco Silva, teve farto alimento na maioria absoluta que tem dado suporte ao governo laranja. A governamentalização e partidarização do Estado, a prepotência, o autoritarismo, a corrupção, o nepotismo, o clientelismo, a demagogia elevada à sua expressão máxima, encontraram na maioria absoluta do PSD terreno fértil para se desenvolverem e estenderem os seus múltiplos tentáculos a todas as áreas da vida nacional.

Foi ainda essa maioria que permitiu a Cavaco Silva concretizar parte de um sonho seu: o sonho do Chefe infalível e incontestado, omnipresente, onisciente, omnipotente — ridículo e provinciano, sem dúvida, mas até por isso extremamente perigoso. A pouco mais de dois meses das eleições importa não esquecer que o sonho já desvendado do Primeiro-Ministro é esclarecedor sobre o previsível conteúdo da sua parte ainda oculta. O desejo da maioria absoluta é o desejo do «quero, posso e mando», é a negação do diálogo e a sua rejeição como componente essencial da vida democrática, é uma forma específica de ambição ditatorial. Tudo isto ressalta na prática e no discurso cavacistas. Do alto do pedestal da actual maioria absoluta, com arrogância incontida e com a habitual solenidade pernóstica, o ainda Primeiro-Ministro ditou em recente entrevista a sua sentença: ou a maioria absoluta ou a oposição.

A alternativa colocada é amplamente esclarecedora e elucidativa e dispensa quaisquer comentários. Ela suscita, todavia, uma pergunta imediata: trata-se apenas de pura chantagem ou aquilo é para cumprir?, é mentira ou verdade? Porque se é mentira, então o cavaleiro é mentiroso; e se é verdade, então esta poderá ser a melhor de todas as notícias dadas aos portugueses nos últimos quatro anos.

Entretanto, tudo isto deverá ser motivo de séria reflexão para todos os democratas. A luta para acabar com a maioria de direita tem que ser uma luta comum da esquerda, e tem que assentar na conjugação plena de todos os esforços disponíveis e convergência de vontades sem pretensões hegemónicas. A insistência do PS no objectivo da maioria absoluta, além de irrealista e inconsistente, revela uma evidente incapacidade de leitura da realidade que vivemos, dos seus perigos e potencialidades. O PS sabe (hoje, como em situações anteriores) que não vai obter a maioria absoluta. Insistir em apontá-la como meta é fugir à avaliação objectiva da realidade e deslocar a atenção dos democratas daquilo que é essencial.

Na verdade, a alternativa ao Governo PSD e à sua política não necessita, sequer, que o PS seja o partido mais votado, bastando-lhe que a direita fique em minoria e que os partidos democráticos constituam uma maioria de apoio a um governo democrático. Para isso o reforço da CDU é uma questão essencial.

A situação que vivemos revela fortes possibilidades de derrotar eleitoral e politicamente a direita e dela emergem dois dados que não podem ser ignorados:

— a formação de um governo de esquerda que leve à prática uma política de esquerda só é viável com o PCP: com o seu conhecimento das situações, com as suas propostas, com a sua disponibilidade de intervenção, enfim com a sua participação activa na elaboração e na concretização dessa política;

— há uma maioria capaz de governar em estabilidade e com total respeito pelas regras e princípios democráticos: é a maioria que resulta do diálogo, da convergência, do entendimento das forças democráticas; uma maioria que porque gerada pelo diálogo democrático, assenta na priorização dos interesses nacionais em relação aos exclusivos interesses partidários e é factor de evolução e de reforço da democracia.

Trabalho com direitos melhor qualidade de vida

- razões de luta dos metalúrgicos e mineiros

A luta desenvolvida pelos metalúrgicos e mineiros, apesar de silenciada pelos principais órgãos de comunicação social, tem tido grande impacto e uma adesão elevadíssima. Ela desenvolve-se em torno dos seis objectivos prioritários definidos no V Congresso da FSMMP e visa: Redução do horário de trabalho; Estabilidade no emprego; Fazer cumprir, salvaguardar e melhorar os direitos sociais e sindicais; Dignificação e valorização profissional; Melhorar salários e subsídios; Desenvolver o sector.

Os metalúrgicos e mineiros reclamam do Primeiro-Ministro o abandono do Pacote Laboral, face à lamentável decisão da maioria de deputados do PSD e CDS que, na Assembleia da República, votaram a autorização legislativa em completo desrespeito pelo direito das organizações dos trabalhadores de participarem na elaboração da legislação laboral.

A Federação Sindical do sector decidiu pedir explicações à Assembleia da República pelo facto de o referido órgão de soberania ter ignorado o direito constitucional de petição, concretizado por milhares de cidadãos e organizações que se lhe dirigiram, com posições e opiniões contrárias ao projecto do Pacote Laboral do Governo, ou seja: a Assembleia da República decidiu-se pela autorização legislativa sem primeiro ter apreciado a petição que lhe foi dirigida sobre a matéria, contrariando um direito constitucional ao afastar os cidadãos da participação em matéria que lhe diz respeito.

A par da luta contra o Pacote Laboral, há que salientar a luta pela redução do horário de trabalho com resultados concretos obtidos em empresas que passaram a aplicar as 43 horas e que até então se tinham recusado à respectiva aplicação. Outras empresas reduziram o horário de trabalho, aproximando-se das 40 horas semanais como máximo.

Igualmente se salientam a luta pela contratação colectiva e pelas reivindicações de empresa com a conquista no terreno do essencial das reivindicações que o patronato tem recusado assinar à mesa das negociações e contrariando os seus objectivos de esvaziamento total do contrato colectivo de trabalho para assim ficarem com campo aberto à aplicação do Pacote Laboral.

Os metalúrgicos e mineiros sempre defenderam e defendem a permanente inovação tecnológica do aparelho produtivo instalado, tendo em vista a sua ampliação e modernização, a promoção do emprego e a melhoria das condições de trabalho; posições que foram reafirmadas no recente V Congresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Neste Congresso, concluiu-se pela necessidade de se **alterar o padrão de especialização da indústria nacional**, onde os sectores

representados pela Federação poderão desempenhar um papel chave no quadro duma nova especialização industrial, dado incluírem sectores de ponta (alta tecnologia), indústrias reconhecidas como estratégicas (bens de equipamento), e recursos mineiros igualmente considerados estratégicos.

Por isso são **inseparáveis: o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento dos sectores representados pela Federação**. As situações preocupantes, de empresas do sector a serem inviabilizadas, subsectores a diminuírem a capacidade produtiva, minas que continuam encerradas, a privatização de empresas altamente lucrativas e estratégicas, a redução da força de trabalho qualificado resultante da precarização do emprego e a violação de direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, contradizem o «progresso e modernidade» que o Primeiro-Ministro vem proclamando.

Alguns exemplos:

- Na Siderurgia Nacional continua em curso um chamado Plano de Reestruturação da Empresa que além dos milhões de contos de erário público já gas-

tos, apenas implicou uma redução de efectivos, aliás superior àquele que o Governo inicialmente previa, com a consequente desvalorização da qualificação profissional então existente e os negativos efeitos no actual funcionamento da empresa.

- **No sector de fundições** após a declaração pelo Governo como um sector em reestruturação, ao que é dado conhecer, apenas se tem colocado alguns milhões nos bolsos do patronato com a supressão de postos de trabalho.

- **No sector da metalomecânica pesada**, depois dos milhares de postos de trabalho destruídos e sem uma verdadeira reestruturação do sector, o Governo avaliou a passagem para as mãos da multinacional ABB do controlo deste sector fundamental para o nosso desenvolvimento.

- **No sector automóvel**, de entre outros objectivos, registam-se os que têm vindo a

público, nomeadamente, quanto à implementação do projecto da Ford/VW sem serem esclarecidos os contornos desta iniciativa bem como os seus efeitos no restante sector, designadamente as restantes empresas existentes incluindo a própria Ford na Azambuja.

- **No sector naval** regista-se a concentração de importantes empresas na estratégia de grandes grupos económicos, salientando-se ainda a gravidade de não estar a ser devidamente ponderada a importância que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm, não só para a economia nacional como para toda a região em que se situam.

- **No sector mineiro** mantêm-se minas ilegalmente encerradas, tarda a implementação de medidas de aproveitamento das potencialidades deste sector designadamente os projectos mineiros/metalúrgicos e as condições de segurança continuam à espera das necessárias medidas.

A política industrial prosseguida pelo Governo Cavaco Silva continua a caracterizar-se por uma intervenção activa a favor das posições do patronato nacional e estrangeiro e menosprezando os interesses dos trabalhadores do sector e do País.

É confrangedor verificar que, apresentando-se o Governo como pretensão campeão da modernização, promova e pratique políticas que tendem a perpetuar o atraso da indústria e, ainda em nome da modernidade, procure restaurar práticas de sobreexploração do trabalho, que só têm paralelo na 1ª revolução industrial.

Não se pode confundir estabilidade governativa com estabilidade social e laboral, nem progresso absoluto com progresso justo. Em contraste com a propalada estabilidade governativa, aí está a profunda instabilidade de emprego e a violação de direitos sociais e sindicais.

Em contraste com as inaugurações de obras em tempo de eleições, aí temos o fosso cada vez mais alargado entre pobres e ricos, por um lado com manchas cada vez maiores de pobreza e por outro o aumento dos sinais exteriores de riqueza que traduzem os desequilíbrios e injustiças cada vez mais visíveis na sociedade portuguesa.

Não se pode continuar a optar pela «montra» do progresso e a destruir as bases da sua construção (o aparelho produtivo nacional).

É hoje um imperativo, a necessidade de outra política que respeite os direitos dos trabalhadores e que invista no aparelho produtivo nacional, para gerar a riqueza necessária para os trabalhadores e para o País.



JOÃO PAULO
Membro do CC do PCP e coordenador da federação dos Sindicatos da Metalurgia Metalomecânica e Minas de Portugal.



Estórias alentejanas

A lápide de Santo Aleixo

Nas primeiras semanas do Verão voltei a aldeias da Margem Esquerda do Guadiana por onde não passava há anos.

O que mudou e o que permanece?

A resposta exigiria uma análise sociológica.

O sujeito das grandes transformações foi inegavelmente o vendaval revolucionário do 25 de Abril. As raízes que deixou naquelas freguesias são inseparáveis dos motivos pelos quais os moradores não se deixam impressionar pela massacrante propaganda do Governo. As populações de uma ou outra aldeia podem oscilar quando colocadas perante problemas do Poder Local. O nome dos candidatos pesa muito nas eleições autárquicas. Mas nas eleições legislativas vota-se contra Cavaco e o PSD, vota-se pela CDU, ou seja pela coligação em que os comunistas constituem a força principal.

A opção pelo PCP no distrito de Beja vem de longe. O povo habituou-se ali a identificar o Partido com as suas lutas e aspirações. Não se deixa enganar com facilidade.

O discurso sobre a utilidade do voto numa força política — a CDU — que não vai governar o País e a advertência, insistente, sobre o perigo de o PS se aliar à direita são mais rapidamente entendidos e assimiláveis em aldeias alentejanas com elevado índice de analfabetismo do que em cidades do Norte e do Centro.

Revisitei Santo Aleixo da Restauração numa tarde de brasa. A secura do ar fez-me lembrar a das estepes da Ásia Central. O calor era tamanho que nem os cães apareciam nas ruas. Era a hora da sesta domingueira.

Fui até à igreja, belo edifício seiscentista sobranceiro ao casario branco, baixo, desalinhado. É alta e grande, com duas torres e um pórtico austero, de pedra amarelada, bem trabalhado como os da maioria dos templos da fronteira.

Na fachada uma placa recorda que os habitantes da aldeia têm sido nela o sujeito da História. Informa-se que a igreja foi construída pelo povo, destruída pelos espanhóis durante as guerras da Restauração, logo reconstruída pelo povo, destruída pelos espanhóis no início do século XVIII e outra vez reconstruída pelo povo de Santo Aleixo.

Não são muitas as palavras, mas valem por uma lição de história profunda. Interpretar a inscrição numa perspectiva religiosa restritiva seria não entender o que se passou.

Aquela fronteira foi durante séculos terra de lutas constantes. Mesmo quando havia paz, os moradores tinham de defender os seus bens dos bandos que atravessavam a raia para roubar o gado e saquear casas.

Nos momentos críticos, os senhores de Beja e das grandes vilas hesitaram sempre, dividiram-se. Alguns escolheram o lado de Castela. Foi assim em 1383, foi assim após a Revolução de 1640 quando os espanhóis quase arrasaram Santo Aleixo. Bem mais tarde, durante a Guerra da Sucessão de Espanha, destacamentos do exército invasor do Duque de Osuna devastaram a Margem Esquerda, deixando ruínas por onde passaram.

O povo de Santo Aleixo bateu-se sempre para que a sua aldeia continuasse a ser terra portuguesa. E com tal bravura que a palavra Restauração passou a integrar o nome do pequeno povoado alentejano.

A diferença de atitude entre a casta senhorial e o povo manteve-se tempo afora. A arrancada da Reforma Agrária, no ano 75, e as ofensivas e leis concebidas e impostas por governos de direita com vista à sua destruição são disso prova — as duas faces de uma realidade social marcada pelo antagonismo de classes. Sem forçar analogias é correcto afirmar que os grandes agrários alentejanos se comportaram como herdeiros materiais e espirituais da antiga aristocracia fundiária e que os trabalhadores das cooperativas e UCP's foram em Abril continuadores de lutas cujas raízes populares são identificáveis em aldeias como Santo Aleixo da Restauração.

Ao fim da tarde, com o calor já a amornar, foi bom, sentado à roda de grandes-mesas, na sociedade e em cafés, verificar, em conversas com velhos e jovens, que o espírito participatório e comunitário (e de resistência ao abuso e à prepotência) se manifesta em Santo Aleixo com tanta espontaneidade. ■

Aquela tarde em Serpa

No início éramos mais de sessenta. Depois a grande mesa em T desfez-se e formaram-se grupos com frequentes mudanças de lugar.

Já passava das oito e cada um de nós retardava o momento da despedida, saboreando ainda o encanto da jornada. Foi em Serpa.

Tudo havia começado com um almoço promovido pela Concelhia do PCP no restaurante da piscina municipal, no âmbito da campanha pré-eleitoral. Metade dos participantes tinha vindo das aldeias, de Vale de Vargo, Pias, Vila Nova, Ficalho, Brinches... Os restantes eram de Serpa, a maior parte de profissões liberais.

Comida a caldeirada, as intervenções não duraram mais de vinte minutos. Foi nelas dito o indispensável. Após a apresentação da lista dos candidatos da CDU pelo distrito chamou-se a atenção para a necessidade de se colocar a direita em minoria e de serem criadas condições para uma convergência futura das duas maiores forças democráticas — o PCP e o PS. Falou-se do Poder Local e da política de Cavaco, do Alentejo e de Serpa.

Tomado o café, o pessoal das freguesias saiu rumo às suas aldeias. Temi que o convívio acabasse ali. Enganei-me. Ganhava atmosfera e as pessoas abriram-se. Ficaram para conversar, para trocar impressões sobre uma infinidade de questões que, nestas vésperas eleitorais, as preocupam. Da política geral partiu-se para assuntos muito diversificados. De Portugal saltou-se para o mundo. O diálogo andou pelo Golfo, por Angola e pelos EUA com regresso a Serpa e passagens, muitas, por Lisboa.

Vieram rodas de imperiais e caracóis, petiscos de queijo, linguça e presunto, cada um a pagar o que consumia.

Os moradores recentes ouviram com interesse evocar coisas da Serpa antiga, a do fascismo, anterior ao 25

de Abril. Falou-se, naturalmente, da Reforma Agrária, dos seus erros, heroísmo e grandeza, sobretudo do seu significado social, da importância que teve na transformação do viver das aldeias.

Havia ali pessoas com maneiras muito diferentes de sentir e olhar o mundo. Algumas nunca votaram na CDU. Naquela tarde, porém, o ambiente de fraternidade ajudou o diálogo, transpôs barreiras e superou incompreensões.

A convergência fez-se na aceitação do fascínio da terra alentejana e na condenação da direita como estilo, como linguagem e programa, como proposta de futuro assente no egoísmo e na hipocrisia.

Bush e Cavaco, o mundo cruel dos agrários, a desinformação da RTP, as estórias de reformados e emigrantes, o vasto mundo e a Margem Esquerda vinham sempre desembocar na conclusão de que, afinal, as escolhas da vida, hoje como há séculos, implicam sempre uma opção política, embora por vezes esta não suba ao nível da consciência.

Cantou-se, como é da praxe em convívios humanizados. Modas alentejanas a condizer com o cenário.

Eram oito horas, repito, quando o encontro acabou. Naquela tarde, em Serpa, todas as grandes questões enunciadas no Manifesto da CDU e que vão condicionar o voto do povo português em Outubro tornaram-se, directa ou indirectamente, tema de debate em volta da mesa do almoço promovido pela CDU, em conversas informais e por caminhos variadíssimos.

Além da parede envidraçada, o sol, a descer no horizonte sobre a planície, incidia na água límpida da piscina olímpica, emoldurada por um relvado (a praia como lhe chamam as crianças) maior que o de um campo de futebol.

Fiz subir à memória imagens da piscina cheia de jovens de todas as classes sociais — espectáculo inimaginável antes do 25 de Abril, quando Serpa era um burgo quase feudal dominado por meia dúzia de famílias.

A direita não compreende aquilo. O discurso que Cavaco pronunciou em Moura, na sua visita àquela cidade, veio confirmar essa incapacidade de entender o Alentejo e as suas populações. ■

Miguel Urbano Rodrigues



Congresso do ANC

A esperança mora na África do Sul

Estou a recordar-me do magnífico poema de António Gedeão sobre o Tribunal do Santo Ofício e Galileu Galilei. Eles, os do Santo Ofício (lembram-se?), a ameaçarem Galileu com a fogueira e ele, Galileu, a saber que era a Terra que girava em volta do Sol e não o Sol em volta da Terra como queria a Igreja (lembram-se?). Os juízes não sentiam o movimento, mas eles próprios giravam no giro da Terra. Por maior que fosse a força da Igreja, era certo, absolutamente certo, que se acabaria por descobrir que éramos nós que girávamos e nada podia deter esse giro...

Estou agora a recordar-me do esforço, a repressão titânica, o crime que foi o «apartheid» para que o povo da África do Sul não pudesse ser livre. A ONU designou-o como crime contra a Humanidade. Tudo ou quase tudo se fez para que o tempo parasse. Mas no fundo da vida agitavam-se e movimentavam-se as sementes do futuro. O povo da África do Sul lutava. E o ANC acreditava que num dia, ao cabo de tanta dor, ao cabo de tanta luta, ao cabo de tanta esperança, ao cabo de tantos milhares de dias nas celas da prisão de Robben Island, outro tempo viria, o tempo da liberdade, da democracia, o tempo da dignidade.

E todo o mundo viu que Mandela saiu da prisão como Herói do Mundo. O «apartheid» ficou mais mesquinho.

E depois veio a legalização do ANC, do Partido Comunista Sul-Africano, da COSATU (Central Sindical).

Em Durban, por onde passou Bartolomeu Dias e Fernando Pessoa, de 2 a 6 de Julho, na capital da província do Natal, mais de dois mil delegados, eleitos, escreveram as primeiras páginas da futura África do Sul não racial, democrática e livre.

Num clima de grande maturidade e responsabilidade política, num ambiente de confiança e muitas vezes ao som da alegria que nenhum sofrimento matou, o ANC marcou o tempo futuro.

O Congresso do ANC ficou marcado por alguns traços políticos dos quais sublinhamos: a **aposta no processo político de negociações** para desmantelamento do «apartheid» e democratização da África do Sul; a **aposta nas acções de massas para assegurar o êxito ao processo**; **luta contra a violência**; **convocação de um Congresso de todos os partidos**; **formação de um governo interino**; **eleição para uma Assembleia Constituinte**; governo saído do sufrágio universal, ou seja um cidadão, um voto.

O processo

Face à nova correlação de forças na região (independência de Angola, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia), à luta incessante do povo e do ANC, ao isolamento internacional da República da África do Sul, às sanções, à nova situação internacional, a situação chegou a um ponto em que a velha política não podia prosseguir e não bastava a força do ANC para se realizar uma nova política.

O processo de negociações significa precisamente a incapacidade do poder se manter e a necessidade de uma nova política que a cada instante e em última instância dependerá permanentemente da correlação de forças entre os vários contendores.

No entender do ANC sérios obstáculos se colocam neste caminho, sobretudo a violência proveniente do Inkahata, uma organização que representa o poder tribal de Butelezi, investido pelo «apartheid» (daí o ser totalmente ilegítimo); não se fundando sequer na linha tradicional de chefia africana. Os dirigentes do «apartheid» o coroaram e dele se servem para tentar enfraquecer as posições do ANC.

Para se ter uma ideia mais exacta, Butelezi tem a seu cargo e às suas ordens polícia e forças de segurança.

O Congresso decidiu apoiar em cheio este processo e levá-lo às suas últimas consequências: a total democratização da África do Sul.

Acções de massas

O ANC considera que o meio mais eficaz para fazer triunfar este processo é promover a mais ampla aliança de forças políticas que isole ainda mais os racistas e os seus fantoches.

Para tal a acção política e organizativa do povo a secundar e apoiar as posições do ANC nas diferentes fases do processo é um elemento estratégico de capital importância.

Ao contrário do que pretende De Klerk e outros as acções de massas são elementos decisivos para ajudar a desequilibrar a correlação de forças de modo favorável ao ANC, tendo em conta a situação defensiva em que se encontra o poder.

Luta contra a violência

A violência desencadeada contra o ANC e o povo constitui uma verdadeira ameaça ao processo político.

O seu objectivo é claro: enfraquecer o ANC, criar a ideia que não é viável uma África do Sul dos africanos, intimidar a população e impedir a democratização do país.

A violência gratuita e discriminatória como forma absoluta de desestabilização faz lembrar uma espécie de Renamo antes do pinto sair do ovo. Em Moçambique a Renamo visa destruir a independência. Na África do Sul visa impedir a independência por via da outorga do poder aos representantes legitimamente eleitos pela maioria.

Pudemos visitar zonas destruídas, pudemos ler «dossiers», ver vídeos, falar com gente, e não pode haver dúvidas que aquela violência só é possível por **cumplicidade do governo**.

Desde 1987 que foram mortos milhares de pessoas e ninguém foi preso ou julgado.

Desde então até hoje a polícia não impede que os simpatizantes de Butelezi andem e se manifestem armados.

Têm sido entregues «dossiers» ao governo e até hoje nada.

Diz-se e com propriedade que bastava um activista do ANC ter um canivete ou uma faca para ser detido; agora os activistas do Inkahata, a polícia e as forças de Butelezi participam no massacre do povo, sem que ninguém seja detido e levado a tribunal.

O ANC defende um acordo com, Inkahata para que se ponha termo à espiral de violência. O ANC tem proposto códigos de conduta, medidas para relaxamento da tensão, sem que o Inkahata de Butelezi se mostre disposto a negociar.

O Inkahata tem medo do princípio de um cidadão, um voto. O poder de Butelezi reside no «apartheid». Depois do «apartheid» onde iria buscar o poder? Só assim se explica o seu medo, e a sua obstinação no terror. É no fundo o terror da democracia.

Congresso de todos os partidos e formação de um governo interino e eleições para a Constituinte

Nesta fase da vida política sul-africana, o ANC propõe um Congresso de todos os partidos para dele sair um acordo para a formação de um governo interino, no qual estarão

incluídos representantes de todos os partidos e formações políticas.

O objectivo central desse governo interino será o levar o país à realização de eleições para uma Assembleia Constituinte, a qual elaborará e aprovará a futura Constituição da África do Sul.

Desde já o ANC considera essencial assegurar a todos os grupos (brancos, mestiços e indianos) uma representação adequada na vida política.

Trata-se sem dúvida de um passo importante para salvaguardar o futuro e a estabilidade da África do Sul.

O Congresso deverá desaguar num governo interino formado na base dos participantes nesse fórum, ao qual será incumbida a missão de criar as condições para se realizarem

O ANC propõe um Congresso de todos os partidos para dele sair um acordo para a formação de um governo interino

eleições para uma Assembleia Constituinte, na base de um cidadão, um voto.

O ANC defende o método proporcional exactamente para permitir a todas as etnias e grupos sociais a sua representação Constituinte e mais tarde parlamentar.

Este é em termos mais ou menos sistematizados o caminho que o ANC propõe para uma África do Sul democrática, livre e não racial, integrada na comunidade internacional.

Como todos os programas encontrará pela frente as adversidades e as venturas da vida. É um programa de homens para um povo. Será posto à prova com a força de um povo inteiro que o apoia e que encontra a resistência mais ou menos feroz de uma minoria que teima em não reconhecer o inevitável.

Nesta fase da vida dos povos não posso deixar de assinalar no terreno da luta das ideias que também no que se refere à África do Sul a **política de dois pesos e de duas medidas é verdadeira por parte do Ocidente**.

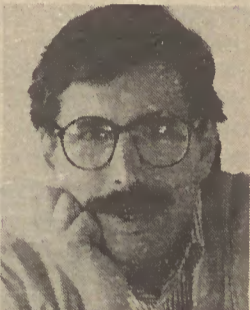
Com que pressa no Ocidente se pressionam regimes e individualidades para que as eleições decidam a legitimidade do poder, enquanto na África do Sul nem sequer o direito de votar para a esmagadora maioria do povo está assegurado?

O que faz o Ocidente correr em Angola ou na Nicarágua que não faz na África do Sul?

A visita à África do Sul refresca. Como dizia Joe Slovo, Secretário-Geral do PC Sul-Africano, o que está em crise na África do Sul não é o socialismo, **mas sim o capitalismo**.

Parte integrante do ANC, partido independente, o Partido Comunista considera, tal como o ANC, que saiu reforçada a aliança provada em mais de seis décadas de luta.

Vi um povo alegre, acreditando no futuro. Vi o futuro nos olhos dos delegados. Vi o povo no ANC. A esperança nova na África do Sul. Que nenhum crime a estrangule. Que a solidariedade impeça que a esperança da maioria morra no poder económico e militar da minoria.



DOMINGOS LOPES
Suplente do CC do PCP



Argélia

Os «irmãos muçulmanos» ao assalto do poder

O integrismo alimentou-se da crise. A Frente Islâmica tenta conquistar o poder.

Apelos à «guerra santa», milícias «afegãs» (antigos mercenários recrutados pela Arábia Saudita para participar na rebelião contra o governo de Cabul), sequestro de mulheres, assassinatos e fanatização da juventude urbana desempregada, sem perspectivas e vivendo em cidades superlotadas — são estes alguns dos ingredientes do plano de conquista do poder preparado na Argélia pela Frente Islâmica de Salvação (FIS).

Desde o início dos anos 70, a Arábia Saudita — ajudada pela cumplicidade ocidental e, sobretudo, pelo rei Hassan II de Marrocos, grande amigo do rei Fahd — conduzia uma guerra subreptícia contra a Argélia «culpada» do não-alinhamento militante na cena internacional. O presidente Boumediene tinha-se tornado na encarnação de «Sheitan», o diabo, depois de ter ousado dizer, na conferência dos chefes de Estado islâmicos em Lahore, em 1976: «Não iremos para o paraíso com as barrigas vazias.» Foram então organizados, à força de dólares, verdadeiros focos de desestabilização, nomeadamente por ocasião da peregrinação anual a Meca.

No início dos anos 80 apareceram os primeiros sinais da influência dos «irmãos muçulmanos» numa parte da juventude argelina, nomeadamente nas grandes cidades. Não se trata de um facto ocasional: chegava então à maturidade a primeira geração de argelinos nascidos depois da independência, que não tinha conhecido nem a miséria nem o subdesenvolvimento da era colonial, que tinha beneficiado da escola e que alimentava as aspirações de uma juventude moderna. O modelo ocidental do outro lado do Mediterrâneo fascinava e, ao mesmo tempo, era tanto mais rejeitado quanto mais inacessível. Simultaneamente, o movimento de libertação nacional no mundo árabe sofria um recuo face aos repetidos golpes das ingerências e das guerras iniciadas pelos protectores ocidentais de Israel e dos regimes autoritários e feudais do Médio Oriente. A revolução iraniana, a sua utilização pelos ayatollahs, a guerra Irão-Iraque, constituíram, paradoxalmente, pontos de apoio dos «irmãos muçulmanos» junto da juventude.

Nos quinze anos que se seguiram à independência, a Argélia transformou-se profundamente com o desenvolvimento económico. Um desenvolvimento que sofreu os primeiros reveses no início dos anos 80, sob o efeito conjugado da crise económica internacional e da burocratização do regime. Não é por acaso que as primeiras manifestações

A FIS aposta numa situação de grande instabilidade, promovendo confrontos violentos e erguendo mesmo barricadas nas ruas da capital argelina



de rua integristas partiram dos estudantes de Argel no início de 1983. Os que então apareceram nas ruas, no centro da capital com a frente cingida por faixas verdes, faziam parte da primeira geração de estudantes formados como árabes, a quem o Estado foi entretanto incapaz de oferecer saídas numa sociedade com um cunho ainda fortemente francófono, nomeadamente no domínio da produção.

Foi também no decurso desses movimentos de revolta que Abassi Madani e os seus amigos do FIS lançaram publicamente uma proclamação (que valeu ao primeiro três anos de prisão) intitulada «O ano I da República islâmica argelina» e exigindo a abolição da Constituição, da justiça civil e da reforma agrária.

No Outono de 1988 a revolta contra a crise tomou grande amplitude. A sangrenta repressão desencadeada por um regime em desespero, face a um levantamento de cuja evolução não se tinha apercebido, constituiu um dos mais férteis terrenos para o recrutamento massivo dos jovens pelos integristas. Dois anos antes, a jovem economia argelina tinha sido vítima do mais grave golpe desde a independência: a queda dos preços dos hidrocarbonetos. A resposta «liberal» dada à crise pelo regime, de acordo com as direc-

trizes do Fundo Monetário Internacional, ampliou ainda a sua intensidade.

A cultura muçulmana da Argélia tem um cunho de tolerância. É aliás significativo que a população rural, tradicionalmente crente, não tenha respondido aos apelos à «guerra santa» dos fanáticos argelinos. Estes não conseguiram afirmar-se nas municipalidades que tinham conquistado em massa nas últimas eleições. A FIS parece ter sido decapitada perante uma relativa indiferença da população. Mas os problemas de fundo mantêm-se. Nunca foram tão graves: a revolta dos jovens das cidades aguarda apenas uma faísca, seja qual for — num preocupante vazio político — para reatar o fogo. Já em 1924 um comunista argelino, Hadj Ali Abdelkader, escrevia em «A estrela norte-africana»: «O conforto que o proletariado muçulmano procura no lado abstracto do islão é uma expressão do seu sofrimento, o grito de alinhamento de um explorado com todos os seus irmãos de miséria, seus correligionários.»

■ **Michel Muller**
Exclusivo
l'Humanité *Avante!*

**ANGARIADORES
PERMANENTES
DE ASSINATURAS
DO *Avante!***

Vantagens para os angariadores:

**comissões em dinheiro de 2,5% a 10%
e ainda prémios especiais trimestrais**



FICHA DE ASSINATURA DO AVANTE!

A preencher pelo assinante

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código postal _____
Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o Banco/Estação
do Correio _____, dirigido a Editorial «Avante!»,
Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa, no valor de _____\$ _____.

A preencher pelo angariador

Nome (individual ou organização) _____
Morada _____
Localidade _____ Código postal _____



TABELA DE ASSINATURAS

Portugal (Continente) — 50 números: 4500\$00; 25 números: 2325\$00. Regiões
Autónomas — 50 números: 5707\$50. Espanha — 50 números: 7090\$00.
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — 50 números: 12 190\$00. Europa (e Argélia,
Marrocos, Tunísia e URSS): 13 350\$00. Macau — 50 números: 11 140\$00.
Extra-Europa — 50 números: 16 450\$00.

Televisão a retalho

BOA NOITE, ANDRÉ! BOA NOITE, ARTUR!

A imprensa diária e a própria rádio noticiaram com relevo o encontro do líder da ANC, Nelson Mandela, com a comunidade portuguesa radicada na África do Sul. Os espectadores da televisão portuguesa, habituados que estão à versão que a RTP lhes dá do posicionamento político daquela comunidade no seio da sociedade sul-africana, estaria de certo à espera que o serviço público de televisão tivesse um rasgo e aproveitasse a oportunidade rara para ouvir, de viva voz e de viva imagem, as opiniões que tal importante encontro suscitara nos seus participantes. E chegou mesmo a parecer que, no passado «Jornal de Sábado», tal oportunidade chegara, já que o próprio «head line» da notícia fizera prever o seu lógico desenvolvimento.

Puro engano! Quando Artur Albarran anunciou a ligação por satélite a Joanesburgo não foi para ouvir qualquer representante da comunidade portuguesa mas sim para mais uma «charla» sobre a 25ª Conferência Nacional do ANC, desta vez com um senhor louro, impecavelmente vestido e (que sorte!) com excelente pronúncia de português, («internacionalmente considerado como analista e conhecedor profundo da situação sul-africana» — justificava-se Albarran). Andreas Thomashaussin, chamava-se ele, professor de Direito Comparado na Universidade de Pretória. Mal acompanhado, a coisa passou-se como se de uma chamada interurbana se tratasse, mas com «boneco», aproveitando as maravilhas da técnica moderna, o satélite. Em directo, durante cerca de 9 minutos, uma pechincha!

Albarran e Thomashaussin tratavam-se, carinhosa e familiarmente, por Artur e André! E o que tinha, André, de especial, a comunicar-nos?

Que, aparentemente, o Comité Nacional Executivo do ANC tivera dificuldades em arranjar e propor a composição da Direcção — tudo naquela base de raciocínio especulativo que se conhece quando se trata de analisar o funcionamento da democracia interna dos partidos. Evidentemente muito «desideologizado», André afirmava (sem corar) que a luta que o ANC travou durante décadas contra a exploração, a opressão, os massacres, o «apartheid», acabara por ser «por nada», pois, quando os seus membros saíram das prisões e da «ilegalidade», também tinham acabado o comunismo, o marxismo, a ideologia!

Entretanto, contraditoriamente com o que acabara de afirmar, André dava percentagens significativas da influência política, social e eleitoral do ANC — «símbolo das aspirações do povo» (sic) — enquanto que, segundo ele, o Partido Inkahata de âmbito muito mais regional e tribal, e sem «ideologia» a propor aos eleitores, apresentava percentagens de intenções de voto muito mais modestas.

Artur e André, uns pândegos!

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS?

Pela calada da noite, afastada da audiência que «Sassá Mutema» arrasta para o Canal 1, a informação do Canal 2, dirigida por Adriano Cerqueira (que acumula o cargo com o de comentador de corridas da Fórmula 1), vai igualmente fazendo os seus serviços a Cavaco Silva e seus ministros. É uma (des)informação diferente, às vezes mais sofisticada e menos agressiva, nalguns casos servida em peças de formato mais atraente e em que investe um pouco

mais de trabalho (coisa que não abunda no «Primeiro»). E, em outros casos, ela serve de alibi para futuras estatísticas de tempos de antena, transmitindo notícias, mostrando rostos, desenvolvendo acontecimentos «impossíveis» de passar no telejornal. Assim se faz o frete e se contabilizam os tempos com notícias mais «incómodas» que, de outro modo, poderiam macular o Governo e a sua sensibilidade. Mas, por vezes, a tentação é muito forte. O INE safu, há dias,

com os habituais dados mensais referentes à inflação. E é interessante verificar como, para números e indicadores iguais, pode haver interpretações diversas, tão diversas que, para a imprensa diária, a inflação «acelerou» de novo, enquanto que, para a informação televisiva, ela «desacelerou».

No quadro abaixo, eis os diferentes pesos e as diferentes medidas da nossa inflação, na interpretação do «Público» e na interpretação do «Jornal das Nove».

«Público» — 13-07.91

«A inflação voltou a acelerar em Junho, tendo o índice de preços ao consumidor subido 0,8 por cento. Com este novo aumento, a inflação situava-se em Junho em 12,6 por cento. E a aceleração só não foi maior porque o ritmo do crescimento dos preços alimentares ainda está abaixo da média. Assim, as expectativas não são animadoras, tanto mais que no final de Junho os empresários da indústria apontavam para um maior crescimento dos preços nos próximos três meses. (...) A variação média dos últimos doze meses está em 12,9 por cento e a meta traçada pelo Governo para o ano corrente está cada vez mais comprometida».

Jornal das nove — 12.07.91

«A inflação está a descer em Portugal. Lentamente, mas a descer».

Os últimos dados do INE referem que a inflação média anual foi, em Junho, de 12,9 por cento, uma ligeira descida de 0,1 por cento em relação ao mês anterior. A confirmar que esta tendência de quebra não é muito forte, o facto de a «inflação homologada», ou seja, a comparação entre os preços de Junho deste ano e Junho do ano passado, ter sido de 12,6 por cento. Finalmente, a «inflação mensal», ou seja, quanto aos preços que subiram entre Maio e Junho: a inflação foi 0,8 por cento, um valor bastante abaixo do de Maio».

DISTRAÇÃO?

O Telejornal da passada 4ª feira, 10.07.91, terminou com uma daquelas notícias que a televisão costuma arranjar para o final dos serviços noticiosos, após o Desporto.

Muitas vezes o ensejo dá até para apresentar «vídeo clips» ou «trailers» de filmes, numa forma indirecta de (aparentando estar-se em cima do acontecimento) fazer propaganda encapotada de lançamentos ou estreias e, assim, prestar mais um favor às multinacionais do disco e do cinema. É, aliás, um favor que dispensa grande labor. Já vem tudo preparado, é só desenlatar...

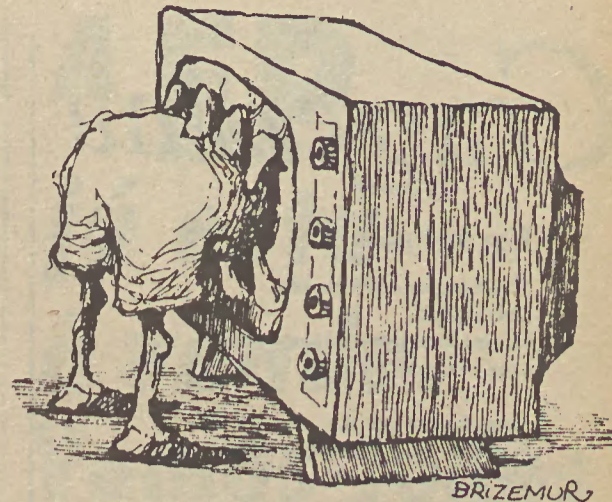
Mas, desta vez, o caso foi diferente e sumamente interessante: terminara a «Mostra Atlântica de Televisão», certame interna-

cional que se realiza anualmente nos Açores, organizado pelo Centro de Produção da RTP naquela Região Autónoma. No colóquio-mesa redonda que encerrou o evento, falaram vários especialistas em televisão e comunicação social. E o locutor da peça relatou-nos que um dos oradores, Salvato Trigo, Director da Escola Superior de Jornalismo, considerara na sua intervenção que «os canais privados que aí vêm não nos desresponsabilizam da missão cultural de qualquer estação de televisão» salientando, ainda, não ser legítimo que «os canais privados se dediquem à popularização e à ciganização cultural».

Prosseguindo no mesmo tom, agora em directo e com som síncrono, ouvimos ainda o orador dizer: «nós, como cidadãos, temos a obrigação de pedir ao Estado que a televisão privada ou a televisão exercida por entidades privadas, tenha regras de funcionamento muito claras, nomeadamente no plano ético, nomeadamente no plano cultural e, também, no plano político-educativo».

A câmara, manifestando grande pudor, afastou-se por instantes do rosto de Brás Teixeira, membro do Conselho de Gerência, da RTP, também presente.

Mas uma pergunta convém aqui deixar: antes de nos distrairmos com estes apelos face à iminência das televisões privadas, não seria melhor começar por nos preocuparmos, todos, com a televisão que existe e em relação à qual tão preclaras e oportunas considerações se ajustam como uma luva?



O CHEQUE EM BRANCO

Foi no «Jornal de Sábado»: nada menos do que quatro peças sobre a antevisão da cimeira dos sete, em Londres. Ou melhor: os espectadores poderiam ter pensado, após o anúncio dessa sequência, que era esse o objecto prioritário das atenções. Cedo se enganaram.

Não se tratava de analisar a recessão económica mundial, a luta de galos, as contradições de interesses, entre os três testas de ponte do sistema capitalista — EUA, Japão, Europa. Do que se tratava em todas essas peças e intérpretes (José Rodrigues dos Santos, em Londres; Carlos Fino, em Moscovo; Luís Pires, em Washington; Mário Moura, em bruxelas), erade avaliar, fundamentalmente, a oportunidade do «cheque em branco» à União Soviética, a propósito da presença de Gorbachov na capital britânica.

E esta operação de mal disfarçado anticomunismo terminou com chave de ouro: o «Jornal de Sábado» convidou para uma entrevista em estúdio Adão da Fonseca, Professor de Economia da Universidade Católica. Desde logo, às suas primeiras palavras, se ficou a reconhecer a elevação de pensamento, a competência técnica, e, mesmo, o apurado domínio da língua pátria. À pergunta sobre o que é que Portugal poderia esperar desta reunião dos sete mais industrializados do mundo, o professor respondeu, sem hesitar: «Bom... Portugal, como país pequeno que é, pode esperar que os grandes se entendam e que, havendo paz e regras claras, possamos, dentro destas regras, beneficiar ao máximo das oportunidades que surgem no mundo».

Mas Albarran, insatisfeito, insistiu:

«Que regras é que nos convinham?»

Ao que o professor respondeu, categórico:

«Bom... Convem-nos, acima de tudo, que existam regras — quaisquer que elas sejam! Os países grandes têm a possibilidade de não cumprir as regras. Os países pequenos não têm essa possibilidade. Portanto, é sempre preferível que hajam quaisquer regras do que nenhuma regras».

Satisfeito com este rigor científico, Albarran mudou de assunto, lá mais para o fim:

«Uma última pergunta: até que ponto é que acha que Gorbachov devia levar, de facto, um cheque em branco?»

«Pois... Eu diria que, na minha opinião, não deveria levar um cheque em branco. (...) Nós temos que incentivar a União Soviética a juntar-se a nós, a juntar-se às nossas regras (não explicou quais, de entre as quaisquer)».

Como o Presidente Bush dizia aqui há uns tempos: Para andar é necessário começar por gatinhar! E a União Soviética tem que começar por gatinhar na direcção de uma economia mais aberta».

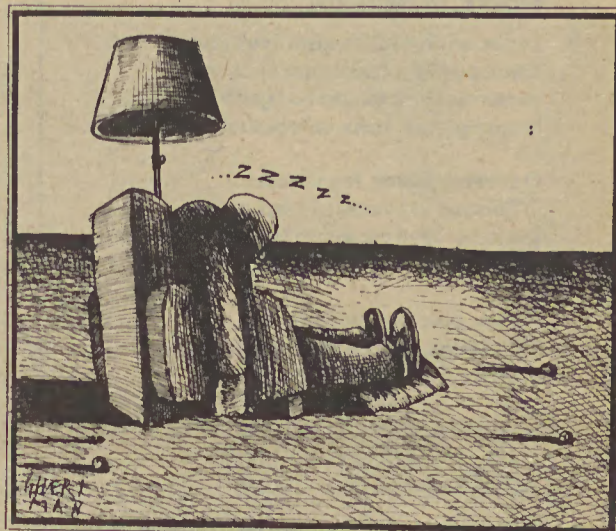
Desagrado, apesar de tudo, com a subtilidade da citação, Albarran preferia uma versão mais «hard core»:

«Portanto, ajudá-los, mas obrigando-os a mudar legislação e, enfim, o esquema de produção?»

O professor: «Exactamente! Mas eu gostaria de realçar a importância...» Neste ponto, a única medida de sanidade mental era desligar o televisor.

Dito e feito.

Francisco Costa



Com tantas «inflações», afinal a nossa algibeira está mais vazia ou mais cheia?

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Escândalo

Não te importes, Fernando.
Deixa andar.
O lume forte fica em lume brando
e tudo vai passar...

Suponhamos que não.
Suponhamos, por mera conjectura,
que o que negas então
com tanta convicção,
é a verdade pura.
(Casos tantos e tais
já são banais...)

Nesse caso há-de haver mais um pedido
de inquérito. Pois tem acontecido.
Mas deixa. Come. Caça.
Goza a vida, raposa.
Goza à vontade. Goza.
Porque o tal inquérito não passa...

... até Outubro. Ao cabo,
sim, pode ser o diabo...

Epigrama

És do governo tarimbeiro?
Estás filiado no PSD?
Tens falta de dinheiro?
Estás na maré baixa?

Homem, pois já se vê,
mete um vale à caixa...

Cuidados Familiares

Malmequer, bem-me-quer
aquele lugar é para a minha mulher.

Na repartição, a fazer iô-iô,
meti o meu avô.

Pra directores estão na trilha
o meu genro e a minha filha.

O meu cunhado que é bom rapaz
já tem o emprego que lhe apraz.

Na chefia já pus, pra todos os efeitos,
certa menina que me faz uns jeitos.

Na minha família há um ideal:
todos queremos servir Portugal...

Tudo a Arder

Promessas houve muitas.
Palavras são gratuitas.
Bombeiros desprezados
prevenções por fazer
nem aviões, nem água, nem cuidados...
... e os pinhais a arder...

Aumentam os impostos.
Aumentam os desgostos.
O pobre? Que se lixe!
Quem trabalha? Nem ver!
O doente? Que espiche!
... e a gente a arder...

Grandes dão-nos com os pés.
Só ámens, tagatés
é só o que Cavaco
sabe ter.
Alarga-se o buraco...

... e Portugal a arder...

Isto é o Diabo!

Leitor: tudo se sabe ao fim e ao cabo.
Engana-se quem pensa que um segredo
se esconde para sempre no lajedo
braços, pernas, anéis, cabeça e rabo.

O governo gastou, feito nababo.
O Tribunal de Contas não está quedo
e veio a achar o escabroso enredo
das massas que lá foram para o Diabo.

Rezam, põem as mãos fingidamente.
Têm Deus na boca, mas tranquilamente,
é o diabo que acham doce e terno.

Se alma e dinheiros ao diabo dá
todo o governo de Cavaco está
nos caldeirões ardentes do inferno!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Casinhas

No pântano de corrupção em que se transformou o ministério PSD à frente da governação do País, o caso relatado pelo «Independente» até nem tem grande significado: limita-se a uma vulgar subavaliação dos terrenos adquiridos pelos ministros Fernando Nogueira e Marques Mendes em Caxias para a construção dumas moradias que os respectivos, entretanto, parece que já habitam com a tranquilidade a que têm direito. O facto de ambos estarem a pagar, por via disso, metade dos impostos a que a restante vizinhança está obrigada ou um outro, protagonizado pela própria fiscalização, ao estabelecer taxas na base da pergunta a um dos estupefactos vizinhos dos ministros se era «dos nossos» (do PSD, entenda-se), pouco significado tem neste contexto, porque os favores duns milhares de contos prestados a governantes com provas dadas é uma irrelevância quando comparados aos favores prestados a gente que nem pertence ao Governo - limita-se a mandar nele. O aborrecido disto é ambos se limitarem a negar o facto num vulgar «desconheço», o que fica muito mal em duas personalidades - cada uma ao seu estilo - conhecidas de todo o País

como as que melhor equilibram o nó de gravata no bico dos pés das mais convicentes canduras. Afigura-se-nos que há aqui, da parte destes governantes, uma metodologia a esquecer que o poder vai e as casinhas ficam. Mas é preciso explicá-las enquanto é tempo, como tristemente aprendeu o Costa Freire...

Gases

Com a maior das naturalidades, o Governo de Cavaco Silva anunciou-nos o gás natural através da adjudicação da construção e exploração de um gasoduto do dito cujo ao consórcio Gás de Portugal-Gaz de France. O negócio, além de obviamente sigiloso, surge agora a enfermar de outras maleitas, como se depreende da acusação feita pela SNAM e Enagás, empresas que integram o consórcio liderado pela Petrogal, que afirmam ir impugnar a decisão enquanto acusam: Como se pode adjudicar um empreendimento destes sem saber-se, por exemplo, uma coisa tão fundamental como seja o preço que os portugueses vão pagar por esse gás? É óbvio que as referidas empresas não estão a levar em linha de conta o raciocínio fundamental deste Governo, que assenta

no pressuposto de que os portugueses pagam tudo o que se lhes mandar. E aceitam tudo sem discutir, como um outro pormenor deste volátil negócio demonstra, quando os representantes da SNAM e Enagás - como dissemos, duas das empresas do consórcio perdedor encabeçado pela Petrogal - explicam a ausência da Petrogal neste negócio engendrado pelo Governo devido ao facto de, tal como outras empresas públicas que integram o consórcio, terem «recebido indicações do Governo para se retraírem e não reagirem»...

Barragens

Cerca de 2000 agricultores barricaram a estrada que liga Óbidos a Peniche em protesto contra a política agrícola do Governo e exigindo serem recebidos pelo ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, ou pelo secretário de Estado Álvaro Amaro - pedido, aliás, já duas vezes formulado sem resposta. Espera-se que o Governo mande, pelo menos, o ministro da Defesa ao local, já que é o que ultimamente mais desenvolvimento se tem mostrado em utilizar o livro de cheques governamental para umas ofertas de última hora. Um tractorzito, por exemplo, talvez seja um bom ponto de partida para a necessária pacificação dos agricultores da zona...

Frases da Semana

“A Comissão Permanente não deve estar em reunião permanente, apesar de estar em funcionamento permanente”

☞ (Silva Marques, deputado do PSD, na AR, 9.7.91)

“Os senhores deputados querem é desviar a opinião pública das inaugurações”

☞ (João Salgado, deputado do PSD, na AR, 9.7.91)

“O capitalismo popular é uma mera tentativa político-propagandística (...) Está tudo feito para passar as empresas nacionalizadas para os grandes grupos económicos, antigos ou novos”

☞ (Alfredo de Sousa, economista e prof. universitário, ao *Tal e Qual*, 12.7.91)

“Em Mário Soares existe um lado “político” que está soberanamente aborrecido com os últimos quatro anos de presidência”

☞ (José Miguel Júdice, *Semanário*, 13.7.91)

“O animal político adormecido que há em Soares renasce com o cheiro e o ruído das pugnas eleitorais”

☞ (Idem)

“A ideia que ficou é a de que Proença propõe um hipermercado televisivo e Balsemão um supermercado, enquanto a Igreja se quedou por uma mercearia”

☞ (*Expresso*, 13.7.91)

“Não é possível dissociar a reacção da RTP, perante a mensagem presidencial, do uso excessivo de poder que é posto nas suas mãos”

☞ (Mário Raposo, Provedor de Justiça)

“Peço desculpa, mas não estou disponível para falar sobre nada”

☞ (Jaime Gama a *O Jornal*, 12.7.91)

“No PS os dirigentes não se riem conforme as necessidades da circunstância”

☞ (Nuno Brederode a *O Jornal*, 12.7.91)



Agenda

Esta semana no distrito de Setúbal:

Palmela - Sexta, às 21h00, nos Loureiros, **debate sobre Saúde** com **João Camilo**. Sábado, almoço-convívio no **Terrim** e, às 21h00, sessão na Escola da **Baixa de Palmela**;

Forninho (Palmela) - Sexta às 21h30, na colectividade, **debate sobre Agricultura** com **Rogério Brito**;

Setúbal - Sábado, encontros de **Odete Santos** com habitantes e direcção da Cooperativa de Habitação do **Faralhão** (às 15h15) e das **Pontes** (às 18h00); sessão pública nas **Pontes** às 21h00. Segunda-feira: os candidatos **Odete Santos** e **Rogério Brito** visitam os Bombeiros de Setúbal e encontram-se com Trabalhadores da Câmara Municipal;

Sesimbra - na quarta-feira **Octávio Teixeira**, **Odete Santos** e **José Manuel Maia** visitam instituições de saúde e segurança social do concelho.

Sines - domingo, a partir das 12h00, almoço-convívio com sardinhada. Participa **Octávio Teixeira**;



à sexta-feira
**O ENCONTRO
É NO VITÓRIA!**

amanhã:
Música africana

Amizade Portugal-Cuba

Para assinalar o 26 de Julho, data do assalto dos revolucionários cubanos chefiados por Fidel Castro ao Quartel de Moncada, a Associação de Amizade Portugal-Cuba promove na próxima quarta-feira um jantar no restaurante Valenciana, durante o qual Sérgio Ribeiro e Miguel Urbano Rodrigues recordarão o acontecimento e a sua importância internacional.

Inscrições podem ainda ser feitas através do telefone 65 7305.

Gaia

Domingo
no Jardim do Morro
(Junto à Ponte D. Luís)

Festa popular dedicada aos Reformados

13h00 - Piquenique
14h30 - Música Popular Portuguesa
16h00 - Intervenção política dos candidatos

Luís Sá, do PCP
Carlos Marques, da UDP
Alberto Andrade, Independente

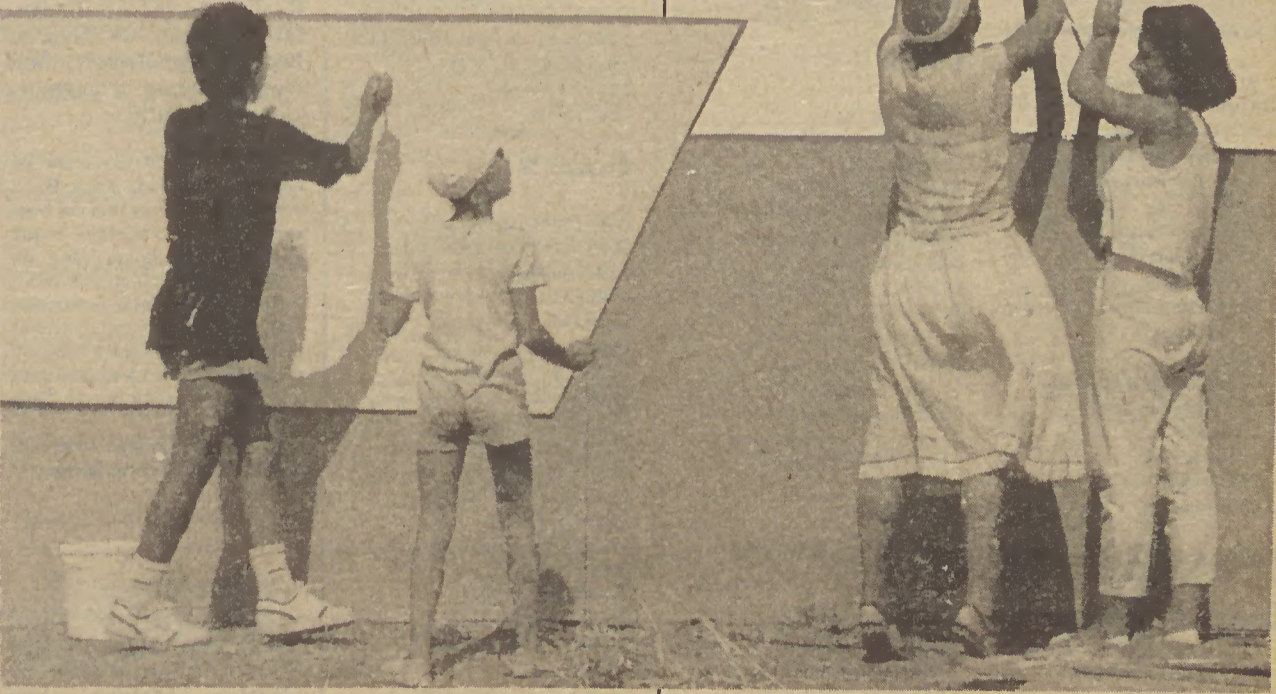
Debate com Reformados em Tires

Domingo às 16h
no Centro de Trabalho
com a participação de
Felicidade Montoito


Candidatos Jovens no Jardim



Os jovens que integram as listas CDU em todo o país escolheram o Jardim do Príncipe Real em Lisboa para se darem a conhecer, assim como às grandes linhas orientadoras da sua campanha eleitoral. O encontro foi marcado para hoje às 15h30 na Esplanada «O Paço do Príncipe» e nele estarão presentes nomeadamente **António Filipe** e **Amélia Pardal**, candidatos por Lisboa e **José Moraes**, que faz parte da Lista CDU de Setúbal.

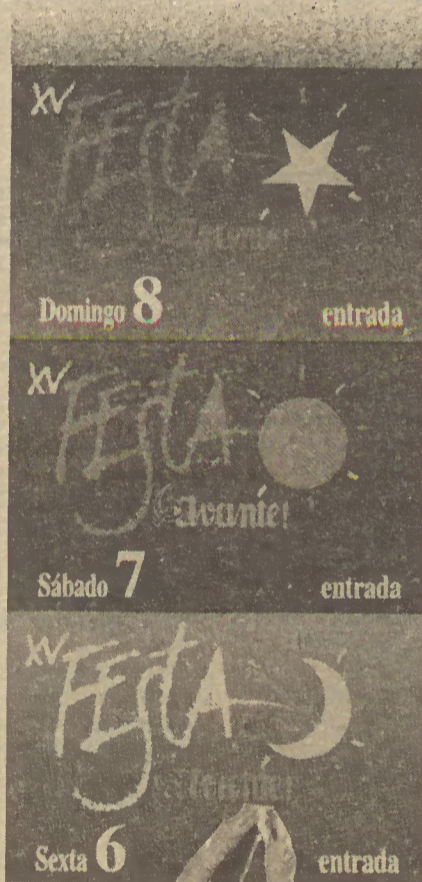


A EP já está à venda. Vamos todos construir a Festa

XV FESTA  Atalaia • Amora • Seixal
6, 7 e 8 Setembro 1991
Talão para distribuição de brindes
não dá entrada na festa

XV FESTA  Avante!

Atalaia • Amora • Seixal - 6, 7 e 8 Setembro 91



Televisão

Quinta, 18

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 O Império de Carson
14.55 Brown Sugar
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Eternos Novatos
21.55 Twin Peaks
22.50 Crónicas do Sobrenatural
23.20 24 Horas
23.40 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 Nos Caminhos de James Cook
16.10 O Homem da Carabina
16.35 Recreio do 2
17.05 A Vida é Dura
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Dramazine
21.55 Sinais do Tempo
22.55 As Abandonadas (ver «Filmes na TV»)
00.30 Especial Desporto - Golfe

Sexta, 19

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Descoberta do Mundo
14.00 O Império de Carson
14.55 Brown Sugar
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.05 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Loucuras da Polícia (ver «Filmes na TV»)
23.15 Cheers, Aquele Bar
23.45 24 Horas
00.05 Remate
01.05 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.20 As Aventuras de Black Beauty
16.45 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.20 Rotações
23.15 Derrick
00.05 Roseanne

Sábado, 20

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem

13.00 Notícias
13.15 Operação Mozart
13.40 Febre em Beverly Hills
14.25 Eric Clapton
15.40 Desenhos Animados
16.00 Algém Lá em Casa Gosta de Mim (ver «Filmes na TV»)
17.45 Memórias da Humanidade
18.40 Quem é Charlotte
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.35 Amor à Primeira Vista
22.05 Casa Chela
22.40 Hercule Poirot
23.40 A Maldição (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
11.00 O Mundo em Extinção
11.55 Forum Musical
13.15 Agarra o 2
14.10 Escola de Sereias (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Outras Músicas
21.00 Estádio
00.25 Paul Simon

Domingo, 21

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 Rod Stewart em Hamburgo
15.30 Por Favor não Matem o Dentista (ver «Filmes na TV»)
17.25 Mãe à Força
17.50 Mistura Fina
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.45 Domingo Desportivo
24.00 Viagem ao Maravilhoso

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Fora de Horas
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
12.35 Primeiro Jornal
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
18.50 Circo
19.20 Bastidores da Casa Branca
20.15 Luz na Sombra
21.00 Nós Dots
22.00 Artes e Letras - «Joan Sutherland, 'La Stupenda'»
22.50 O Mensageiro (ver «Filmes na TV»)
00.35 Tauromaquia

Segunda, 22

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Eurythmics
15.55 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 Jogos Sem Fronteiras
23.00 Praia da China
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.40 Bate, Bate, Coração

13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Expedição
16.40 Recreio do 2
17.10 O Livro dos Recordes
18.00 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.00 Ópera

Terça, 23

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Guerra em Tempo de Paz
14.00 O Império de Carson
14.55 Simple Minds
16.00 A Vida Continua...
17.00 O Ás da Polícia
17.30 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 A Lei das Ruas
22.30 1ª Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
24.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.45 Documentário
16.40 Recreio do 2
17.05 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemagazine
22.00 Morrer Como um Homem (ver «Filmes na TV»)
00.00 Arsenio Hall
00.55 Universidade Aberta

Quarta, 24

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 O Império de Carson
15.00 Finne Young Cannibals
16.00 A Vida Continua...
17.00 O Ás da Polícia
17.25 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Eleni - A Guerra Selvagem (ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Madeira - Cá Entre Nós
16.35 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Homem Rico, Homem Pobre
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Corrida de Touros
23.05 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta

Filmes na TV

As Abandonadas

«As Abandonadas» (México/1944). Realização de Emilio Fernandez, interpretação de Dolores del Rio, Pedro Armendariz. P/B, 97 minutos.

Sem Emilio Fernandes e Gabriel Figueiroa este seria um melodrama «mexicano» tradicional, na linha de um sem número de outros que saíram, antes e depois deste, dos estúdios da Cidade do México. A fronteira entre o folhetim tido e este terceiro filme de Fernandez programado pela RTP está na densidade humana que o realizador, embora sem o fulgor de «Maria Candelária», confere às personagens e aos conflitos e na mestria de Gabriel Figueiroa, mais uma vez director da fotografia.

Quinta, 22.55, Canal 2

Loucuras da Polícia

«Off Beat» (EUA/1986). Realização de Michael Dinner, interpretação de Judge Reinhold, Meg Tilly, Cleavant Derricks, Joe Mantegna. Cor, 121 minutos.

Segundo a nota elaborada pela RTP e que é a nossa única referência, o herói deste filme é um bibliotecário que troca de identidade com um seu amigo polícia e nessa nova pele se vê envolvido numa série de peripécias e equívocos, animando «uma comédia simpática e divertida que retoma a atmosfera das comédias românticas de Hollywood nos anos trinta e quarenta»...

Só vendo. Mas valerá a pena?

Sexta, 21.25, Canal 1

Escola de Sereias

«Bathing Beauty» (EUA/1944). Realização de George Sidney, interpretação de Esther Williams, Red Skelton, Basil Rathbone, Ethel Smith. Cor, 97 minutos.

O «filme aquático» por excelência, esse subgénero do musical americano dos anos 40, nascido com uma estrela, que brilhou com ela e com ela se apagou, embora o sucesso se deva tanto aos extraordinários recursos de nadadora de Esther Williams quanto à espectacularidade dos cenários e às inovações técnicas de filmagem.

A história não tem graça nenhuma, Red Skelton é um cómico menor, mas lá que os bailados na água são uma beleza, são!

Sábado, 14.10, Canal 2

Alguém Lá em Cima Gosta de Mim

«Oh, God!» (EUA/1980). Realização de Carl Reiner, interpretação de George Burns, John Denver, Teri Garr, Donald Pleasence. Cor, 100 minutos.

Carl Reiner é um autor de comédias estimado e este filme teve aquando da estreia um bom acolhimento do público, o que aliás resultou numa série de «continuações», menores como é costume, dirigidas por outros realizadores. Um velhinho é contactado por Deus e por Ele encarregado de dar uns jeitinhos para que o mundo cumpra as Suas leis...

Um lote de bons actores, com destaque para George Burns.

Sábado, 16.00, Canal 1

A Maldição

«Damien Omen II» (EUA/1978). Realização de Don Taylor, interpretação de William Holden, Lee

Grant, Jonathan-Scott-Taylor. Cor, 107 minutos.

Um filme dito «fantástico» a evitar absolutamente, obscurantismo disfarçado de «obra», continuação de «Damien» que a RTP também recentemente exibiu.

Sábado, 00.15, Canal 1

Por Favor não Matem o Dentista

«The In-Laws» (EUA/1979). Realização de Arthur Hiller, interpretação de Peter Falk, Alan Harkin, Richard Libertini.

Realizado por Arthur Hiller e com argumento de Andrew Bergman, «Por Favor não Matem o Dentista» é uma comédia sobre as desventuras de um pacato dentista que é arrastado para bizarras aventuras pelo futuro sogro de sua filha, um agente da CIA pouco ortodoxo. «A conta» com grupos armados e um impiedoso ditador latino-americano, Peter Falk e Alan Harkin interpretam com o seu reconhecido talento os dois papéis.

Domingo, 15.30, Canal 1

O Mensageiro

«The Go-Between» (GBret/1970). Realização de Joseph Losey, interpretação de Julie Christie, Alan Bates, Margareth Leighton, Michael Redgrave. Cor, 111 minutos.

Terceira colaboração de Losey com o dramaturgo Harold Pinter, que já assinara os argumentos dos seus filmes «O Criado» e «Acidente», este «O Mensageiro» é mais uma variação do retrato da Inglaterra aristocrática - intransigente, sectária, arrogante e no entanto fraca - a que o cineasta houvera frequentemente de voltar. Construído como um exercício de memória de um homem que recorda o tempo em

que, garoto pobre protegido por uma família rica e aristocrática, é mensageiro dos amores clandestinos entre a menina da casa e um homem do povo e nesse papel vai aprendendo os mecanismos da perversidade e imobilismo social que permanecem na definição da aristocracia inglesa. «O Mensageiro» é um filme amargo, uma narrativa densa e fascinante onde a maturidade de Joseph Losey como cineasta se afirma. Admiráveis são também os actores, com destaque para Alan Bates e Julie Christie.

Domingo, 22.50, Canal 2

Morrer como um Homem
«Kanal» (Polónia/1956). Realização de Andrzej Wajda, interpretação de Teresa Izewska, Tadeusz Janczar. P/B, 97 minutos.

Título que projectou Wajda, este «Kanal» passa-se em 1944, quando os resistentes polacos pegaram em armas para tentar expulsar de Varsóvia os ocupantes alemães. Derrotados, os núcleos sobreviventes tentam então alcançar o centro da cidade através dos esgotos - e é o dramático percurso através deste «Kanal» a que raros sobrevivem que o filme relata, ilustrando com tocante realismo a coragem, a angústia e o desespero de homens e mulheres apanhados como ratos no absurdo da guerra. «Kanal» foi galardoado com o Prémio Especial do Júri no Festival de Cannes e com a Medalha de Ouro no Festival de Moscovo.

Terça, 22.00, Canal 2

Eleni - A Guerra Selvagem

«Eleni» (EUA/1985). Realização de Peter Yates, interpretação de Kate Nelligan, John Malkovich, Linda Hunt. Cor, 117 minutos.

Quarta, 21.45, Canal 1

Música para muitos gostos

Nos próximos dias quem gostar de música e tiver tempo e dinheiro livres não tem senão que pegar na agenda e fazer cuidadosamente cruzinhas para não atropelar concertos... Do jazz à música de câmara e sinfónica, aos concertos corais e espectáculos de bailado, nos festivais dos Capuchos, Sintra, Costa do Estoril, Fundação Cidade de Lisboa, em S. Carlos, em Espinho ou em Tavira - a fome habitual só afligirá quem (por acaso...) não tiver a carteira bem recheada, a pequena condição indispensável para não perder um pouco do que por aí está anunciado.



CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Chá no Deserto	—	★★★	★★★	★★★
B Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
C Na Lista Negra	—	★★★	—	★★★
D Nouvelle Vague	—	★★★★	—	★★★
E Texasville	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Leonardo Bertolucci — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Irwin Winkler — Forum/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Jean-Luc Godard — King Triplex/3 (14.15, 16.15, 18.15, 20.15, 22.15) — Lisboa.
- E — Real. Peter Bogdanovich — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.

TEATRO

Estrela

ATÉ QUE COMO O QUÊ QUASE

de Samuel Beckett. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia (a partir de sexta-feira no Teatro do Bairro Alto)

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **CONFISSÃO AO LUAR**, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30). **SONHOS**, texto e encenação de Figueira Cid (5ª, 6ª e sáb. às 15 e 21.30; dom. às 16).

TEATRO DA GRAÇA

Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **PAIS E FILHOS**, de Turgenev. Encenação de Rogério de Carvalho, interpretação de Mário Jacques, Isabel de Castro, André Maia, Maria José Pascoal, entre outros.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. De 3ª a dom. 20.30 e às 23. **A GRANDE FESTA**, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO S. LUIZ

R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio. **A BIRRA DO MORTO**, de Vicente Sanchez, encenação e interpretação de Mário Viegas (sáb. e dom. às 21.45); **MÁRIO GIN TÓNICO VOLTA A ATACAR**, adaptação de contos de Mário Henrique Leiria por Mário Viegas (2ª, 3ª e 4ª às 21.30); **O CANTINHO DA MARIA**, interpretação de Maria Vieira (sáb. às 16).

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O PECADO DE JOÃO AGONIA**, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO DE BOLSO DE SETÚBAL

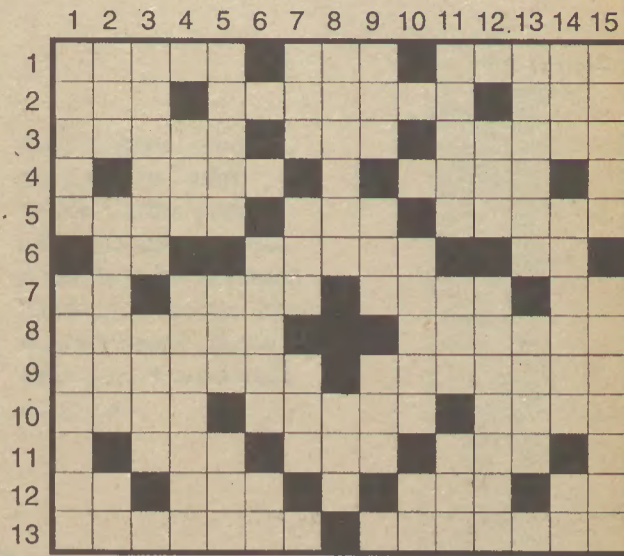
Setúbal. 3ª, 4ª e dom. às 19, 5ª e sáb. às 19 e 22. **SERÁ QUE FUI SUFICIENTEMENTE MARXISTA?**, de Patrick Besson, encenação de Carlos César (até 31/7).

Para crianças

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. **SOPA E COISAS SELVÁGENS**, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1- Rei Persa; dignidade militar turca; último rei bretão; 2- rio da provincia portuguesa do Minho; membros da tribo de Levi; suf. qualidade; 3- ilustre; árvore gutfífera de S. Tomé; máculas; 4- criados grave (pl.); lavram; 5- pron. demonst.; regressa; espécie de raia; 6- cont. de prep. e art.; repetir; saudável; 7- outra coisa; tinge; ausento-me; 1 100 romanos; 8- versejava; freg. do conc. de Arcos de Valdevez; 9- encorajado; crestado; 10- boneca de trapos; renque de árvores; fileiras; 11- altar; ligo; cólera; 12- prep.; gemidos; afastei-me cont. prep. e art.; 13- não mencionadas; indícios.

Verticais 1- Poeta italiano do séc. XIV; cercado de arame; 2- parente; com sal; prep.; 3- refuta; nascente de água; 4- braços de rio; quartos de dormir; 5- líquido gordoroso (pl); ovário de peixe; gritos de dor; 6- grita; apelido; 7- fração de unidade; observava; onda; 8- antigo casaco para homem (pl); letra grega; 9- amarro; conj; tanto; 10- lisos; iniciais do corpo nazi policial alemão; 11- corpo celeste; partias; progredias; 12- rio da Suíça; provincia do Canadá; 13- topónimo ligado ao livro «Cidade e as Serras»; tabuinha para manter imóvel um membro; 14- trajó; cruz suástica; aperto; 15- relativo a rosa; côdeas.

Solução do número anterior

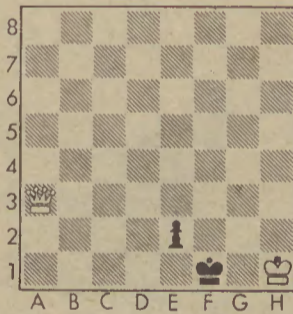
Horizontais 1- Notícia; afagara; 2- elo; ar; animador; 3- te; os; anotado; 4- rol; aa; orago; 5- camomila; ova; 6- suja; arenosa; ir; 7- ema; lie; dia; ode; 8- lê; basilar; aves; 9- pam; seroaram; 10- patim; Sá; sir; 11- perenes; si; ar; 12- oncrados; dá; elo; 13- remaras; camélia.

Verticais 1- Neta; selo; pôr; 2- olé; cume; pene; 3- tô; Rajá; parem; 4- coma; batera; 5- cá; ló; laminar; 6- iró; mais; meda; 7- saireis; SOS; 8- ale; lés; 9- Ana; andaras; 10- fino; oiro; ida; 11- amorosa; as; a.M.; 12- gatava; ária; 13- adaga; ovar; el; 14- rodo; idem; ali; 15- aro; crês; broa

DAMAS

CCCXIII - 18 de Julho 1991
Proposição nº 313
Por: E. Lieubray
Le Jeu de Dames, V/1922

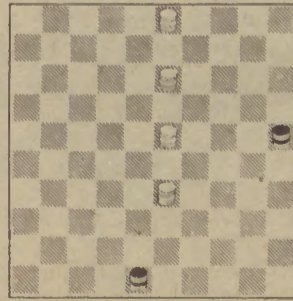
Pr.: [2]: (25)-(48)
Br.: [4]: (3)-(13)-(23)-(33)



Branças jogam e ganham (5T)

Golpe Nº 313
Por: Duboille
- Julho, 1937

Pr.: [10]: 6-11-12-13-14-18-19-23-24-35
Br.: [10]: 27-28-31-32-36-38-39-40-41-50

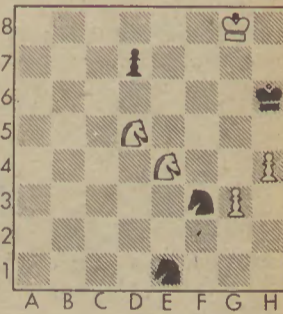


Branças jogam e ganham

XADREZ

CCCXIII - 18 de Julho de 1991
Proposição nº 313/A
Por: Sam Loyd
Chess Monthly, Fev. 1857

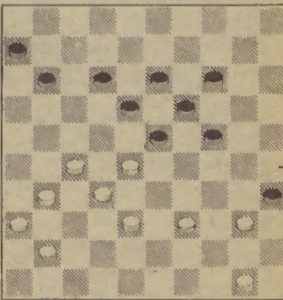
Pr.: [2]: P62-Rf1
Br.: [2]: Da3-Rh2



Mate em 5 lances

Proposição nº 313/B
Por: Arthur Havasi
Deutsche Schschzeitung, 1918

Pr.: [4]: Pd7-Cs.é1, f3-Rh6
Br.: [5]: Ps.g3, h4-Cs.d5, é4-Rg8



Branças jogam e ganham

Soluções do nº CCCXIII
Nº 313 (E.L.): 1. 23-12, (48-26); 2. 13-9, (26x8); 3. 3x26 (25x3); 4. 33-17 e 5. 26x3+ 1. (48-37 ou 43); 2. 13-30 e + 1. (25-43); 2. 13-31 e +
Golpe Nº 313 (D.): 1. 28-22, (35x42), 2. 32-28, (23x21); 3. 41-37!, (18x27); 4. 31x22, (42x31); 5. 36x29+

Nº 313/A (S.L.): 1. Df8+! e 2. Dd6 e3. Df4+ e 4. Dd4, Rf1!; 5. Dg1++ 1. Df3+?, Rê1; 2. Dd3, Rf1!
Nº 313/B (A.H.): 1. Cf4, C:h4; 2. g4, Cé13; 3. g5+, C:g5, 4. Cd6! e g.

A. de M.M.

A. de M. M.

Tempo

Céu geralmente pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Noroeste, na faixa costeira. Pequena descida de temperatura.



Mas num pequeno destaque cabem pelo menos estes dois nomes:

Juliette Greco: hoje à noite, às 21.30, no Teatro S. Luiz em Lisboa, em espectáculo integrado no Festival dos Capuchos. Acompanhada por um quinteto instrumental, apresenta neste recital único o seu novo espectáculo, «Je Suis Comme Je Suis...», durante o qual fará a evocação da sua carreira e também da de outros intérpretes que marcaram a canção francesa nos últimos 40 anos.

Paul Simon: acompanhado por uma banda de 17 músicos, o grande interprete e compositor apresenta sábado à noite no Estádio Alvalade o seu novo espectáculo, cujo alinhamento repousa sobretudo nos temas dos seus dois últimos discos - um deles «nascido» na África do Sul, o outro no Brasil. Parece confirmar-se que na primeira parte do espectáculo actua Rui Veloso.



Com pés e cabeça

Os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado estiveram na passada quinta-feira a dançar descalços na rua como protesto contra a falta de condições de trabalho e de vida. Exigem melhores salários, o estatuto profissional de desgaste rápido, assistência médica

qualificada, reforma aos 40 anos, um massagista e um fisioterapeuta permanentes, subsídios de vestuário e maquilhagem. Instalaram-se ao princípio da tarde frente à SEC de Santana Lopes e mais tarde junto do Palácio de Belém. Consigo trouxeram

um carro de som, comunicados, dois panos com palavras de ordem e o Lago dos Cisnes que dançaram para surpresa de muitos transeuntes, que ali ficaram a assistir ao inesperado espectáculo. Disseram que não têm tempo para esperar mais, que só

podem dançar até aos quarenta anos, e querem ver satisfeitas de imediato as suas reivindicações. Estão fartos de aguardar pelos resultados de uma luta que começou com a exigência dos seus salários, actualmente cerca de 90 contos por mês, serem equiparados aos

dos restantes corpos artísticos do Teatro de São Carlos, onde a Companhia Nacional de Bailado foi integrada há cinco anos atrás. Hoje querem dançar, muito mais até, «mas com pés e cabeça».



a talhe de FOICE

A canícula

Os especialistas em comportamento estão convencidos de que o calor contribui para o aumento da violência nos seres humanos. Ao que se crê, as altas temperaturas provocam alterações nas reacções neuroquímicas do cérebro, o que se reflecte depois no comportamento humano.

Em abono desta teoria estão as estatísticas policiais de alguns países, como é o caso da vizinha Espanha, onde a violência aumenta com a subida da temperatura nos termómetros. Como já todos devem ter reparado, anda para aí uma vaga de calor até dizer «Chega!», e fora os felizardos que podem passar o dia de molho ou à sombra da bananeira, não há ninguém que ature ninguém.

Os automobilistas lançam olhares assassinos uns aos outros e presenteiam-se com buzínadas furiosas; os utentes dos transportes públicos andam à beira de rosar aos vizinhos suados que lhes cabem em sorte; operários e funcionários públicos disputam aos balcões a primazia da cerveja gelada; pacíficas donas de casa são assaltadas pela súbita vontade de desancar o merceiro. Nem mesmo os políticos estão a salvo da onda de calor, obrigados os governantes a abandonar o ar condicionado dos gabinetes para inaugurações pré-eleitorais e os opositores a ir-lhes no encaço a desmistificar a obra de fachada, com os resultados de todos conhecidos: guerras nos jornais, (de) bates televisivos, luta livre radiofónica.

Não se julgue que o fenómeno é exclusivo nacional. Nos Estados Unidos, onde o calor se faz sentir de forma desmedida, o presidente Bush começou já a acusar os sintomas fatídicos e ameaça mandar os seus boys para as quenturas do deserto a dar nova lição ao ditador de Bagdad, que nem a guerra do Golfo nem o pós-guerra curdo tiraram do poder. Em França, o ami Mitterrand ressentiu-se da vaga de calor que assola a Europa e diz-se pronto a fazer avançar a legião francesa para o mesmo objectivo. Nem os tradicionalmente frios britânicos escapam, como se demonstra pelo calor de John Major no apoio aos outros dois, com o buço perlado de suor a esconder os calafrios das sondagens que o dão em queda acelerada.

O que significa que o mundo pode estar à beira de uma nova cruzada anti-iraquiana, dita de justiceira porque destinada a pôr termo à capacidade nuclear do Iraque, desta feita provocada por insolação.

Sem chegar ao ponto de afirmar que os dirigentes mundiais andam tresloucados pelo calor, comentadores e analistas da nossa praça, destilando suor e postas de pescada limitam-se a falar da iminência de nova guerra como quem diz das bichas para a Caparica.

Dirão uns que é do calor e outros dos brandos costumes. Nem dá para discutir. Desde que vá dando para encher papel...

Outros poderão admitir que estes nossos comentadores, de tanto à beira-mar plantados, acham qualquer coisa uma frescura - até uma guerra.

Um dia destes ainda aparecem para aí uns especialistas a garantir que as debilidades de certa imprensa portuguesa se devem à localização geográfica e temperatura ambiente, temperada mas com influências do norte de África e que a única salvação está em pôr o país todo com os pés de molho nas águas do Atlântico.

AF

ÚLTIMAS

Pelo regulamento de carreiras CP paralisa amanhã

— Carris: novas greves em Setembro

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários mantinha à hora do fecho da nossa redacção a convocação de uma greve de 24 horas para amanhã, sexta-feira, como resposta à intransigência do conselho de gerência em alterar a sua posição relativamente às reivindicações dos trabalhadores.

Esta greve de 24 horas que conta com a adesão dos sindicatos da UGT e que coincide com uma paralisação convocada pelo Sindicato dos Maquinistas para o período das 05.00 às 11.00 horas, insere-se num processo de luta que se arrasta há já algum tempo visando a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas, a negociação do regulamento de carreiras e a redução da idade de reforma.

Grande adesão na Carris

Também em greve estiveram na passada segunda-



feira os trabalhadores da Carris, entre as 02.00 e as 14.00 horas, em apoio às suas reivindicações no âmbito da negociação do regulamento das carreiras. Com um nível

de adesão estimado na casa dos 95 por cento, valor idêntico ao registado na paralisação realizada faz amanhã oito dias, a greve será retomada nos dias 12 e 13 de Setembro

- de acordo com a decisão dos plenários de trabalhadores efectuados segunda-feira nas estações - se até ao fim de Agosto a administração não desbloquear a situação.

Agricultores cortam vias em protesto contra o Governo

Agricultores de vários pontos do País cortaram a meio da manhã de terça-feira a linha ferroviária do Oeste, entre o apeadeiro da Gorda e Óbidos. O carril foi arrancado, tendo sido colocadas árvores no local e ateado o fogo. A circulação passou então a fazer-se entre Lisboa até ao Bombarral e Figueira da Foz até Caldas da Rainha. Entre o Bombarral e Caldas da Rainha a circulação esteve interrompida nos dois sentidos. Esta acção foi empreendida por cerca de três mil agricultores que já tinham cortado na segunda-feira as estradas número 8 e 14, no cruzamento para À-da-Gorda na via que liga Torres Vedras a Peniche.

Segundo os manifestantes, os cortes da circulação manter-se-ão até que o Ministério da Agricultura dê uma resposta às reivindicações dos agricultores, que se interrogam se valerá a pena continuar a sê-lo em Portugal devido aos elevados preços dos factores de produção, dos mais elevados da Europa.

No local estavam presentes três milhares de agricultores representativos de associações dos agricultores do Oeste, Beira-Litoral, Beira-Interior, Baixo-Minho, produtores de leite do Norte e Douro e aguardava-se a chegada de representantes de outras associações de todo o País.

Em declarações à agência Lusa, os agricultores disse-

ram ter solicitado uma audiência ao Ministro em Março passado, não obtendo até ao momento qualquer resposta. O mesmo aconteceu com o secretário de Estado da Alimentação, acrescentaram.

Também no distrito de Bragança, agricultores cortaram o trânsito em diversas estradas do concelho de Mogadouro, em protesto contra os baixos preços que a EPAC está a pagar pelos cereais.

Os produtores exigem cinquenta escudos por quilo, preço do cereal para panificação, e não os quarenta e três escudos que a EPAC está a pagar desde segunda-feira, por considerar o cereal de baixa qualidade, designado de forrageiro.

O agricultores bloquearam desde então o acesso à balança e ao silo da EPAC, concentrando-se no local mais de trinta tractores. Entretanto, os dirigentes da Cooperativa Savodouro esperavam que a situação fosse solucionada durante uma reunião com todos os produtores prevista para a tarde de terça-feira. Após um encontro com o Governador Civil de Bragança, a direcção da cooperativa responsabilizou-se pela recepção de todo o tipo de cereal a um preço de garantia a discutir com os produtores. A qualidade mínima exigida pelas normas da CEE não foi atingida na safra deste ano devido à seca.

Carlos Lopes BPA ameaça despedir

Carlos Lopes, foi medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, e de prata em Montreal. Teve uma carreira



brilhante, cujo exemplo, em esforço e aplicação, inspirou novas gerações de atletas. Da sua rica experiência aproveitam hoje

directamente, jovens e crianças, nas escolas, que visita regularmente, ao abrigo de uma colaboração que mantém com a Direcção Geral dos Desportos. Uma ligação ao desporto que reparte, ainda, com a de treinador de atletismo do Belenenses, mas que, inexplicavelmente, corre o risco de ser interrompida. Porquê?

A direcção do Banco Português do Atlântico, recentemente privatizado, onde trabalhava antes de entrar de licença sem vencimento há 15 anos, confrontou-o com uma opção: ou reassume novamente as suas funções na instituição bancária ou, caso contrário, corre o risco de ser despedido...

A Direcção Geral dos Desportos, ao que se sabe, está a procurar encontrar uma solução para o problema, no sentido de evitar que o tri-campeão do mundo em corta-mato tenha de abandonar o desporto.

Associação de Sargentos

A pedido da Associação Nacional de Sargentos, uma delegação desta estrutura foi recentemente recebida na Soeiro Pereira Gomes pelos camaradas Blanqui Teixeira e João Amaral.

No encontro, foi dada uma informação sobre algumas questões referentes à situação existente entre os sargentos das Forças Armadas.